

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**DITADURA, MEMÓRIA E JUSTIÇA: “REVOLUÇÃO” E GOLPE  
DE 1964 TRANSITAM NO CIBERESPAÇO**

Luzimary dos Santos Rocha

SÃO CRISTOVÃO  
SERGIPE-BRASIL  
2016

LUZIMARY DOS SANTOS ROCHA

DITADURA, MEMÓRIA E JUSTIÇA: “REVOLUÇÃO” E GOLPE DE  
1964 TRANSITAM NO CIBERESPAÇO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal de Sergipe, como  
requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre  
em História, na Área Relações Sociais de Poder.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Célia Costa Cardoso

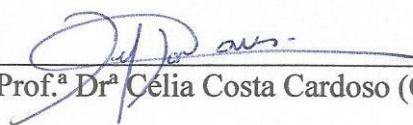
SÃO CRISTOVÃO  
SERGIPE-BRASIL  
2016

LUZIMARY DOS SANTOS ROCHA

DITADURA, MEMÓRIA E JUSTIÇA: “REVOLUÇÃO” E GOLPE DE 1964  
TRANSITAM NO CIBERESPAÇO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal de Sergipe, como  
requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre  
em História, na Área Relações Sociais de Poder.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Célia Costa Cardoso

Aprovada em 26 de abril de 2016



Prof.ª Dr.ª Célia Costa Cardoso (Orientadora - UFS) - Presidente

Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade - USP



Prof.ª Dr.ª Edna Maria Matos Antônio - UFS

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R672d Rocha, Luzimary dos Santos  
Ditadura, memória e justiça : “revolução” e golpe de 1964 transitam no ciberespaço / Luzimary dos Santos Rocha ; orientadora Célia Costa Cardoso. – São Cristóvão, 2016.  
144 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Brasil – História – 1964-1985. 2. Direita e esquerda (Ciência política). 3. Ciberespaço. 4. Memória. I. Cardoso, Célia Costa, orient. II. Título.

CDU 94(81).088:007

*A elas, Carmem Miranda e Luzia Maria (in memoriam),  
eternas em minha vida.*

*Mãe não tem limite, é tempo sem hora, luz que não  
apaga.*

*(Para Sempre, Carlos Drummond de Andrade)*

## **Agradecimentos**

O que posso dizer? Talvez começar por um clichê “Agradeço primeiramente a Deus”. Sim, começarei por ele.

Sou grata a Deus por simplesmente tudo, até pelos momentos em que somos tomados pela insegurança, cansaço, e aquele desejo enorme de concluir a pesquisa. São nesses momentos que descobrimos que estamos apenas no início de uma longa jornada.

Não foi fácil chegar até aqui, tampouco transpor para o papel aquelas inúmeras ideias que ficam soltas em nossos pensamentos. A jornada foi árdua e ao mesmo tempo instigante, pois à medida que avançamos, nos deparamos com novas descobertas. Enfim, vamos aos agradecimentos!

Agradeço aos meus pais Gilmar e Bernadete pelo apoio, conselhos, e por serem fundamentais em minha vida e formação. Aos meus irmãos Rickison e Thierrisson, por simplesmente existirem. Aos professores que por minha vida passaram, em especial a minha orientadora Célia Costa Cardoso, por acreditar em mim, pelos puxões de orelha, paciência e, sobretudo por sua grande contribuição em minha vida acadêmica. Agradeço também aos professores do Programa de Pós Graduação em História, pelos debates e contribuições nesse processo de aprendizagem. Contudo, quero destacar o meu “muito obrigada” a Fabio Maza, Marcos Silva, e Petrônio Domingues.

Agradeço a CAPES pelo financiamento concedido a esta pesquisa. Aos meus amigos, em especial a dois “anjos” que me auxiliaram nesse processo, Maria Aline pelas noites que passamos estudando e debates calorosos sobre nossas pesquisas, Isabela Chagas, minha “irmã-miga” pelo incentivo e auxílio em todas as horas. Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para essa realização, a minha eterna gratidão.

## RESUMO

A pesquisa analisa o *Ciberespaço* como lugar de construção e preservação de conflitos memorialísticos referentes à ditadura civil-militar (1964-1985). O século XX trouxe muitas transformações para o mundo no âmbito político, social e econômico, como também possibilitou o surgimento das novas tecnologias, que se transformaram em suportes criadores de relações sociais, tornando-se geradoras de novas práticas sociais. O advento tecnológico favoreceu o crescimento dos meios de comunicação de massa, destacando-se entre eles a *Internet*, que se consolidou entre as sociedades se tornando um espaço de entretenimento, meio de comunicação, rede de sociabilidade e propagador de ideologias e comportamentos políticos. A partir dessas considerações, este trabalho tem por finalidade discutir o uso do *Ciberespaço* como ferramenta de disseminação das visões político-ideológicas correspondentes à direita e à esquerda, que se traduzem na atualidade em ativismo político em defesa ou oposição ao golpe civil-militar de 1964. Busca-se, nesse contexto, compreender também, a persistência das categorias Direita X Esquerda na sociedade brasileira atual, na identificação e análise de forças sociais que apresentam formas mais complexas de organização política. Além destas questões, analisou-se percepções e imagens demonstrativas destas vertentes, abrangendo a política de reparação dos crimes da ditadura brasileira e a atuação da Comissão Nacional da Verdade. Utiliza-se como principais fontes, textos escritos e imagéticos dos sites dos *Grupos Terrorismo Nunca Mais* (*Ternuma* / direita) e *Tortura Nunca Mais* (esquerda), para identificar e explicitar objetivos, ideologias e projetos de sociedade a partir de leituras atuais sobre a ditadura civil-militar.

**Palavras-Chave:** Ciberespaço, Ditadura, Memória, Direita, Esquerda

## ABSTRACT

The researching analyzes the Cyberspace as place of construction and preservation of memoirs conflicts related to civil-military dictatorship (1964-1985). The twentieth century brought many changes to the world in the political, social and economic context, but it also allowed the emergence of new technologies that have become creators of social relations becoming creators of new social practices. Technological advent favored the growth the means of mass communication, highlighted among them the Internet that consolidated among societies becoming an entertainment space, means of communication, sociability network and propagator of ideologies and political behavior. From these considerations, this working aims to discuss the use of cyberspace as dissemination tool of political and ideological views corresponding the right and the left that are understand nowadays as political activism in defense or opposition to civil-military coup of 1964. Search in this context to understand also the persistence of the Right X Left categories in the current Brazilian society in the identification and analysis of social forces that have forms more complex of political organization. Beyond to these issues they were analyzed perceptions and demonstrative images of these aspects, including the policy of reparation of the Brazilian dictatorship crimes and the actions of the National Commission of the Truth. It is used as main sources, written texts and imagistic from sites of Terrorism *Groups Never More (Ternuma / right)* and *Torture Never More (left)*, to identify and to clarify the objectives, ideologies and projects of society from current readings on the civil-military dictatorship.

**Keywords:** Cyberspace, Dictatorship, Memory, Right, Left



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>I. CIBERCULTURA E CIBERESPAÇO: Ativismo político na rede.....</b>	<b>14</b>
1. Discurso, Poder e Verdade: construções político- ideológicas de projetos para o Brasil.....	20
2. Revolução ou Golpe? .....	25
3. Ativismo Político na <i>WEB</i> .....	36
 <b>II. TERRORISMO NUNCA MAIS (TERNUMA): “A FARDA NÃO ABAFA O CIDADÃO NO PEITO DO SOLDADO” .....</b>	<b>46</b>
1.“Revolução de 1964”: ideias, atuação política e personagens.....	52
2. Ações das Esquerdas: A Guerrilha do Araguaia .....	58
3. Lei de Anistia de 1979 e políticas públicas de memória.....	63
 <b>III. TORTURA NUNCA MAIS: MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA.....</b>	<b>75</b>
1. Para que Nunca Mais Aconteça.....	79
2. Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ e a Política de Transição do Estado Brasileiro.....	90
 <b>IV. DITADURA, MEMÓRIA E JUSTIÇA NO MUNDO VIRTUAL.....</b>	<b>104</b>
1. A Comissão Nacional da Verdade: Instalação e Estrutura Organizacional.....	109
2. Comissão Nacional da (In) Verdade: Entre o Revanchismo e a Manipulação.....	115
3.A Comissão do “Possível”: Entre Acordos e Limites.....	121
 <b>Considerações Finais.....</b>	<b>127</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	

## INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas vivem um cenário dominado pela velocidade e pelo instantâneo. Assevera-se que tal fato tornou-se possível devido ao advento tecnológico iniciado durante o século XX que transformou o mundo possibilitando o surgimento de novas práticas sociais e culturais. Esse processo, como afirma Beatriz Sarlo (2005: 96), afeta a duração da memória: “esse assunto nunca como hoje foi um tema tão espetacularmente social”. Assim, busca-se a recuperação da memória cultural ou, a construção de identidades que acabam perdidas em meio a tantas transformações. Nesse bojo de práticas memorialísticas está a questão da ditadura civil-militar no Brasil, na qual se tem buscado a reparação da memória do período traduzido pelo desejo de justiça dos crimes cometidos naquele período pelos agentes de segurança do Estado.

Marcos Napolitano (2014:315) argumenta que o golpe, posteriormente à ditadura, não foi apenas fruto das divergências entre esquerda e direita política, mas também a consequência da divisão que ocorreu em ambas as correntes, pois, a esquerda que era dividida entre radical e moderada, e direita que apresentava discursos heterogêneos. Essas divergências contribuíram para a criação de uma memória hegemônica do período que, por sua vez, não é considerada a história oficial. “A história oficial é fruto de uma simbiose entre a memória das elites e as histórias dos grupos que ocupam o poder político de Estado, sendo produzida e sancionada pelos historiadores de ofício em instituições legítimas do poder” (Ibidem, p.316).

A memória hegemônica foi a responsável pela atribuição da causa do golpe aos radicalismos de esquerda e direita, sendo assim, seria aquela representativa do processo de transição política brasileira, pautada na busca pela estabilidade institucional. Esse processo memorialístico tornou-se bem sucedido, entretanto, há outras memórias que buscam por espaço na sociedade visando se legitimar como verdadeiras, mediante o conflito de vozes que necessitam ser ouvidas. Nesse ponto, destacam-se as memórias daqueles que sofreram com a repressão exercida pelo Estado autoritário, como também daqueles que atuaram como agentes do governo, uma vez que o primeiro tem a disseminação de suas versões traduzidas na luta por reparação e justiça de tais crimes, e o segundo apresenta sua versão como forma de justificar suas ações consideradas resposta ao radicalismo das esquerdas, propondo-se a defender a ‘revolução’ que salvou o Brasil de um golpe comunista<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Apesar de ter sido um golpe realizado pelas Forças Armadas em parceria com a burguesia industrial, é preciso salientar que nem todos os militares apoiaram o movimento e houve dissidências. Se baseando nesse argumento

Partindo dessas considerações, nota-se que atualmente há um revisionismo em torno do movimento militar de 1964. Historiadores, alguns militares e ativistas de esquerda têm se manifestado propondo novas leituras dos fatos ocorridos e buscando defender ideais já difundidos na sociedade. Embasada nessas observações e a partir do seguinte questionamento: até onde é possível o uso do *Ciberespaço* como meio de ativismo político e lugar de memória?. Essa pesquisa se propôs a responder esta e outras questões a partir da análise das ações dos grupos *Tortura Nunca Mais/RJ* ([www.torturanuncamais-rj.org.br](http://www.torturanuncamais-rj.org.br)) e *Terrorismo Nunca Mais* ([www.ternuma.com.br](http://www.ternuma.com.br)).

O *TERNUMA* é um grupo formado em defesa golpe de 64. O *site*, que está em constante expansão, apresenta como principal objetivo mostrar a ‘verdadeira versão’ sobre a ‘revolução de 1964’ e, através disto, trazer à tona os crimes cometidos pelos grupos de esquerda durante o regime, propondo-se a lutar pela justiça frente a tais crimes. O *GTNM/RJ* foi criado por ex-presos e familiares de mortos e desaparecidos políticos. A atuação do grupo está centrada na denúncia e reparação dos crimes cometidos por militares, como também na defesa dos direitos humanos no pós-ditadura.

Como suporte para a construção desse debate, foi analisado o *site Verdade Sufocada* ([www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com)), que era administrado pelo já falecido Coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra. A *página* disponibiliza e faz propaganda dos livros de memórias escritos por Ustra<sup>2</sup> em conjunto com outra obra da direita intitulada de *O Ovril-Tentativas de Tomada de poder*, escrito por uma comissão de militares que objetivaram divulgar a ‘verdadeira’ história militar e do Brasil. Este *site*, assim como as ações do Coronel durante a repressão, é defendido pelo grupo *TERNUMA*.

Outro *site* também analisado foi o *Memórias Reveladas* (<http://www.memoriasreveladas.gov.br>). Institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e instalado no Arquivo Nacional, possui a finalidade de reunir informações sobre a história política recente do Brasil, mais precisamente o período que vai das décadas de 1960 a 1980. A *página* disponibiliza um acervo de documentos, vídeos, multimídias, exposições relacionadas à repressão e a resistência política durante o período do governo militar.

Pertencentes a ideologias opostas (esquerda e direita), o *TERNUMA* e *GTNM/RJ* se utilizam da *internet* para propagar e defender suas memórias que explicitam o movimento

---

essa pesquisa analisa aqueles militares defendem as ações golpistas realizadas por uma parte do Exército, como também aqueles que atuaram em favor do movimento. Ver: MACIEL, Wilma Antunes. Militares de esquerda: formação, participação na política de engajamento na luta armada (1961-1974). São Paulo, 2009.

<sup>2</sup> USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada**: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Ed. Ser, 2006 e **Rompendo o Silêncio** (1987)

militar de 1964 como atuação militar que contou com a participação de civis, enquanto golpe de estado que instaurou um período de intensa repressão política ao povo brasileiro (visão defendida por uma parte das esquerdas) e, conforme o outro lado, como uma ‘revolução’ que libertou o Brasil das aspirações comunistas possibilitando o desenvolvimento econômico do país (visão das direitas que apoiam o golpe).

Além de buscar reconstruir a trajetória desses projetos políticos e sociais divergentes e suas percepções a respeito do golpe civil-militar, esse trabalho procurou analisar as práticas de reparação realizadas pelo Estado brasileiro a respeito dos crimes de violações dos direitos fundamentais, propondo-se a demonstrar como essas ações são vistas pelo *Tortura Nunca Mais* e pelo *Terrorismo Nunca Mais*. Destacando também o processo de criação e atuação da Comissão Nacional da Verdade, assim como a sua recepção nas esquerdas e direitas brasileiras.

Nesta conjuntura, o *Ciberespaço*, originado da revolução tecnológica que eclodiu no mundo contemporâneo, consolidou-se como um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e de suas memórias (LEVY, 1999). Dessa forma, podemos concluir que esse espaço nada mais é do que o universo cibernético o qual, segundo Lévy (1999), seu surgimento remete ao novo ambiente da comunicação, informação e conhecimento. Assim, é nesse espaço que ocorre a troca, divulgação e disseminação de informações e dos ideais políticos ideológicos abordados nesse trabalho.

Segundo Andreas Huyssen (2000), a sociedade moderna está obcecada pela memória e tomada pelo medo do esquecimento. E esse medo se articula com as questões sociais e políticas contemporâneas, como, por exemplo, a questão dos presos políticos desaparecidos na América Latina. Huyssen afirma ainda que não podemos discutir memória pessoal, geracional ou política sem considerar a relevante influência das novas tecnologias e das mídias, como veículos para todas as formas de memória, sejam elas retratadas em filmes, documentários, sites, redes sociais, entre outros.

Essa pesquisa insere-se no debate acerca da História do Tempo Presente (HTP) e, por se tratar de uma temática contemporânea composta por discussões que se encontram em aberto na sociedade, as conclusões aqui abordadas não são definitivas. Ao fazer HTP, o historiador se depara com inúmeras dificuldades que abrangem desde críticas daqueles que acreditam que deve haver um recuo temporal entre o pesquisador e seu objeto de estudo, até questões referentes à legitimidade das fontes. Cabe destacar que a construção desse trabalho não se deu longe da citada realidade, visto que por se tratar de fontes virtuais, as metodologias

utilizadas no trato desses documentos ainda não estão consolidadas, e este se constitui num impasse que o pesquisador se depara durante a realização do trabalho.

Desse modo, faz-se necessário o uso de ferramentas que busquem captar e transformar essas fontes em documentos, para além do ambiente virtual. Considerando essas questões, utilizou-se como processo de captura desses *sites* o programa *Impressora PDF* (Portable Document File) ou Arquivo de Documento Portátil, pois essa ferramenta possibilita que arquivos sejam salvos diretamente da *internet* sem que se mude sua estrutura original e de modo que fiquem prontos para impressão. Essa não é a única forma de salvaguarda desses documentos, existem programas de computadores que também servem de auxílio, entretanto, para essa pesquisa, o uso da *Impressora PDF* foi o principal método utilizado.

Esse trabalho encontra-se dividido em quatro seções. Na primeira - CIBERCULTURA E CIBERESPAÇO: Ativismo Político na Rede - buscou-se apresentar os discursos ideológicos de ‘esquerda’ e de ‘direita’ acerca da ‘revolução’ ou do golpe civil-militar de 1964, com a finalidade de explicitar a construção do ativismo político na *internet* partindo da teoria e análise dos discursos construídos em torno das ações dos militares em 1964. Essa sessão também procurou abordar as diferentes versões a respeito do movimento civil - militar de 64, ou seja, considerações se o fato foi uma revolução ou golpe e, dentro desse bojo de discussão, abordar a questão do revisionismo historiográfico que se deu a respeito da temática. O último ponto discutido nesta seção foi à questão do ativismo político na web, no qual o objetivo foi procurar compreender como o *Ciberespaço* foi utilizado enquanto meio de militância política tanto pela ‘direita’ como pela ‘esquerda’.

A seção dois – TERRORISMO NUNCA MAIS (TERNUMA): “A Farda Não Abafa o Cidadão no Peito do Soldado” – abordou a formação do grupo e a construção da página virtual do *Grupo Terrorismo Nunca Mais*, explicitando a ideologia defendida pelo movimento através da análise do discurso do material postado no *site*. Nesse sentido, buscou-se discutir as ideias e projetos defendidos pelo *TERNUMA*, assim como suas críticas às esquerdas brasileiras, perpassando por três temas centrais: a Lei de Anistia de 1970 e as discussões em torno da sua revisão, as críticas feitas pelo *site* às ações da esquerda armada durante a Guerrilha do Araguaia, e a visão do grupo sobre 1964 e seus argumentos na defesa do golpe como revolução.

Na terceira seção – TORTURA NUNCA MAIS: memória, verdade e justiça - analisou-se a formação do movimento que deu origem ao *Grupo Tortura Nunca Mais/RJ*,

abordando suas primeiras ações na busca por justiça às atrocidades cometidas em nome da ‘segurança nacional’, os ideais e projetos defendidos pelo grupo que se traduzem nas denúncias dos crimes de violação dos direitos humanos ocorridos no período da ditadura e também na atualidade. Logo após, explicita-se a estrutura do *sítio* centrando na temática das concepções do grupo em relação às medidas governamentais realizadas no processo de reparação da memória daqueles que sofreram com a repressão, assim como as providências tomadas pela justiça, concernente aos crimes de lesa-humanidade, praticados durante a ditadura e ainda na atualidade.

E por fim, a última seção - DITADURA, MEMÓRIA E JUSTIÇA NO MUNDO VIRTUAL – se propôs a discutir a memória e sua utilização no *Ciberespaço* aplicada na compreensão da forma como esses *sites* se utilizam de seus posicionamentos políticos na defesa de suas memórias em relação à ditadura e também nas práticas memorialísticas realizadas pelo Estado. Contexto no qual se insere a criação da Comissão Nacional da Verdade que, através de seu trabalho, visou prestar contas à sociedade mediante a apuração dos crimes cometidos por alguns militares durante a repressão. Nesse sentido, a referida seção buscou analisar o processo de formação da CNV, as visões do TERNUMA e GTNM/RJ em relação à instituição da Comissão.

Por se tratar de um tema concernente à história recente do Brasil, essa pesquisa apresenta debates que ainda permanecem em aberto na sociedade nacional, a citar: questões como a revisão da Lei de Anistia e a apuração dos crimes cometidos por alguns agentes da repressão, reparação da memória do período, entre outras questões aqui abordadas que se constituem em discussões que estão longe de ser solucionadas. Contudo, nota-se que mesmo após 50 anos do golpe civil-militar, as tensões entre defensores e críticos do movimento ainda são evidentes, principalmente no atual momento político que tem assumido as responsabilidades do Estado através das atitudes tomadas em defesa da reparação da memória do período.

## I. CIBERCULTURA E CIBERESPAÇO: ATIVISMO POLÍTICO NA REDE

A sociedade está em constante transformação e a História se propõe a estudar e explicar essas mudanças. Entretanto, a própria disciplina não escapa à mutação. Os processos e descobertas científicas possibilitam o surgimento de novas perspectivas em detrimento de outras e, nesse contexto, a ascensão da história econômica e social acabou por desprestigiar a história política, até então principal temática estudada entre os historiadores (REMOND, 1996). Esse declínio da historiografia política tradicional se deu em função do surgimento dos *Annales*<sup>3</sup> que, em um primeiro momento, condenou essa modalidade e, logo após, foi a responsável pelo ressurgimento e recuperação da história política que passou a englobar novas temáticas e práticas metodológicas. No entanto, Francisco Falcon (1997:70) aponta para o caráter relativo do declínio da história política, pois, do ponto de vista historiográfico, as críticas sofridas por essa corrente teve um percurso restrito fora da França. Ou seja, a ideia de declínio desse ramo não pode ser aplicada em outros países como Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, Estados Unidos e Brasil, pois nesses, a temática que dominava as produções acadêmicas eram ainda os pressupostos metodológicos de conjuntura política.

Os *Annales* proporcionaram uma revolução na historiografia e a terceira geração, denominada ‘Nova História’, será a responsável pelo resgate do político culminando numa renovação da historiografia política que passa a se tornar pluridisciplinar, construído diálogos juntamente com a sociologia, direito público, psicologia, matemática e linguística, entre outras áreas do saber. Além de fatores metodológicos, a ampliação da noção do político também contribuiu para o processo de renovação da história política. As experiências de guerra e a pressão das relações internacionais na vida interna do Estado serviram para mostrar que a política tinha expressiva incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais, fortalecendo assim a ideia de que a mesma possuía consistência própria e dispunha de certa autonomia em relação aos outros componentes sociais. A ampliação do

---

<sup>3</sup> A Escola dos Anais se iniciou em 1929 com a publicação do primeiro número de sua revista intitulada *Annales d'histoire Economique et Sociale*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, considerada a maior referência na modificação dos conceitos historiográficos contemporâneos, possibilitou a ampliação do campo historiográfico trazendo uma redefinição nos conceitos de documento, fatos histórico, e tempo e no método de se fazer história, se contrapondo a historiografia tradicional considerada como mera narrativa, factual, superficial. Além dessas características, observou-se o diálogo com as ciências humanas, considerada um dos seus componentes essenciais. Ver: NOVAIS, Fernando Antonio. SILVA, Rogerio Forastiere. Para uma Historiografia da Nova História.

papel do Estado fez expandir o universo político e, fatores que antes não faziam parte deste, passaram a ser englobados, como no caso da junção do político e com o cultural.

Essas transformações na historiografia possibilitaram que questões contemporâneas passassem a ser discutidas, oferecendo ao historiador múltiplas opções:

que não mais se prenderam a determinadas amarras impostas pela prática historiográfica, como o afastamento temporal do objeto de análise, e aplicaram os mais diversos recursos metodológicos e recorreram a fontes variadas para a confecção de suas análises. (FIORUCCI, 2011:112).

Nesse período, a sociedade estava vivendo o mundo pós-guerras que trouxe o surgimento de novos padrões culturais e sociais inseridos nos avanços tecnológicos, na globalização e no poder da mídia, ou seja, o advento da sociedade pós-moderna. Desta feita, foi em busca por compreender a nova conjuntura social e contemporânea que se construiu a ‘História do Tempo Presente (HTP)’. Rodolfo Fiorucci (2011:119) salienta que a mesma surgiu da necessidade de o historiador abordar a contemporaneidade em resposta aos problemas que incomodavam a sociedade moderna, com o propósito de organizar a grande quantidade de informações que eram disseminadas. Mesmo sendo defendida pelos mesmos historiadores, é preciso observar que história recente e política não são a mesma coisa e, dessa maneira, o “interesse pelo político não é próprio da história recente e político não está exclusivamente ligado a proximidade no tempo” (REMOND, 1999:53).

Para François Bédarida (1992:220), a interação entre presente e passado consiste na principal inovação trazida pelo projeto da História do Tempo Presente. A este respeito o autor discute três linhas de reflexão que, segundo ele, são diretrizes para a historiografia do tempo presente: a relação entre história e verdade, a totalidade, e a ética. Quando se refere à questão da verdade, o historiador defende que a busca da mesma é essencial para toda pesquisa “mesmo sabendo que não conseguiremos dominá-la, mas apenas nos aproximar dela” (Ibidem, p 222).

No que concerne a sua relação com a totalidade, há uma complexidade crescente no mundo real contemporâneo. Assim, a história substitui a busca por explicação enquanto as incertezas se multiplicam. Bédarida aponta para dois problemas relacionados à coerência do sentido e a problemática da globalidade. As pesquisas devem ser reorientadas para questões globais que sejam capazes de adquirir sentido explicativo para os contemporâneos, ou seja, buscar estudar os problemas e não somente o período. Em relação à questão ética, o autor defende que o historiador não pode se furtar à responsabilidade moral como pessoa e cidadão.



Portanto, o pesquisador não é neutro, mesmo que consiga manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo. (Ibidem, p. 224-225)

Carlos Fico (2012) quando se refere à história recente, aponta para a questão da verdade. Segundo o autor, estudar fatos contemporâneos possibilita ao historiador confrontar os acontecimentos com testemunhos vividos o que, para ele, essa seria a única especialidade que distingue a HTP com as demais modalidades historiográficas. Dessa forma, objeto e sujeito estão mergulhados na mesma temporalidade. Para ele, o historiador não tem como definir o que é verdadeiro, mas pode estimular a reflexão sobre a multiplicidade de interpretações possíveis.

Além de surgir da necessidade de o historiador compreender o presente, a HTP está ligada à questão da memória no pós-guerra, e para isso foi introduzido nessa modalidade historiográfica o relato testemunhal, fator que se constituiu como essencial para a compreensão de conflitos contemporâneos. Dessa forma, foram criados institutos que visavam à conservação de documentos e depoimentos sobre a II Guerra Mundial e a memória do holocausto. Esse processo possibilitou que questões como as Ditaduras Militares da América Latina fossem estudadas e a temática da memória política desse período tornou-se um dos principais temas contemporâneos a serem discutidos.

A historiografia do tempo presente, com sua nova gama de abordagens, permitiu que as novas tecnologias se transformassem em fontes e objetos de estudo em muitas pesquisas, e nesse âmbito, a *internet*, apesar de muitas ressalvas por parte de alguns historiadores, se constituiu em uma das principais ferramentas nos novos estudos. Inserida na expansão dos meios de comunicação de massa, a *internet* se consolidou entre as sociedades tornando-se um espaço de entretenimento, comunicação, disseminação de ideias e novo espaço social, originando uma nova cultura na sociedade pós-moderna, intitulada de *cibercultura*.

De acordo com Marcelo Revoredo (2006), o computador é uma invenção norte-americana surgida em meados da II Guerra Mundial e inventada inicialmente para o uso militar com a finalidade de processar cálculos matemáticos e decifrar códigos criptografados. Com a Guerra Fria, o computador passa a ser utilizado como meio de comunicação e controle de informações entre os militares. No início da década de 60, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos criou uma agência militar de pesquisa de ciência e tecnologia, a ARPA (Advanced Research Projects Agency), que tinha como objetivo proteger as informações políticas estadunidenses do governo da Rússia. Mais tarde, a ARPA cria um projeto de redes

que permitirá a interligação dos computadores das instituições do governo americano. Essa interconexão se daria através do uso de linhas telefônicas, nascendo assim a ARPANET.

Na década de 70, a ARPANET foi conectada às universidades americanas e estrangeiras. O projeto teve um bom resultado permitindo assim a iniciativa de expansão da nova tecnologia que, inicialmente, foi utilizada por empresas e instituições acadêmicas. Anos mais tarde, a ARPANET ampliará seu desenvolvimento a partir do TCP/IP (Transfer Control Protocol/Internet Protocol), que proporcionaria o crescimento ilimitado da rede. Assim, na década de noventa, a *internet* passou a ser disponível para praticamente todos os computadores dos Estados Unidos, o que possibilitou sua disseminação entre a população.

No Brasil, a *internet* surgiu no final dos anos 80 tendo sua consolidação no decorrer da década de 90. Inicialmente foi restrita às universidades e instituições de pesquisas, sendo também utilizada pelas instituições governamentais e privadas. O marco da *internet* no Brasil ocorreu em 1995, período em que o Ministério das Telecomunicações e da Ciência e Tecnologia permitiram o acesso privado à *web* e sua comercialização à população brasileira. Os primeiros *sites* a surgirem no Brasil foram os de notícias, posteriormente os de entretenimento, pesquisa, compras, salas de bate-papo e as tão acessadas redes sociais.

A ampliação da *rede* pelo mundo resultou no surgimento da *cibercultura* e do *ciberespaço*. A primeira pode ser compreendida como uma nova cultura surgida da relação entre tecnologia e sociabilidade, representando assim, a cultura contemporânea:

Ela nasce nos anos 50 com a informática e a cibernética, começa a se tornar popular na década de 70 com o surgimento do microcomputador e se estabelece completamente nos anos 80 e 90: em 80 com a informática de massa e em 90 com as redes telemáticas, principalmente com “boom” da internet. (LEMOS, 2002:16).

O *ciberespaço*, por sua vez, consiste no espaço onde circulam variadas formas de informações que permitem à sociedade relacionar-se virtualmente, constituindo-se em um ambiente formador de novas sociabilidades, dando origem à cultura virtual. Pierre Lévy (1997:17) afirma que o mesmo é um novo meio de comunicação gerado da interconexão de computadores em todo o mundo. Segundo ele, o termo não é apenas uma infraestrutura material da comunicação digital, mas também é usado para especificar o universo oceânico de informação abrigado pela comunicação digital.

De acordo com Pierre Levy (1998), o *ciberespaço* é a manifestação mais marcante da revolução contemporânea das comunicações, para o filósofo, o desenvolvimento dos meios de comunicação está atrelado ao surgimento dos meios de transporte consolidando a relação entre velocidade e comunicação. Tal fator é decisivo na formação da sociedade atual, denominada por Levy como “sociedade móvel”. Em termos de relações sociais, o teórico afirma que as mídias, como a imprensa e a televisão, criam um sistema em que a mensagem é selecionada e enviada para o indivíduo formando uma comunidade que está ligada por uma mesma mensagem no sistema de ‘um para todos’. Já o correio e o telefone não permitem a criação de comunidades, mas sim a relação de ‘um para um’, onde há reciprocidade. Contudo, o *ciberespaço* consiste em um meio que combina as vantagens dos dois sistemas anteriores. “De fato, permite ao mesmo tempo a reciprocidade na comunicação e a partilha de um contexto. Trata-se de comunicação conforme um dispositivo ‘todos para todos’” (Ibidem. p 44). Partindo disso, pode-se considerar que o *ciberespaço* engloba e apresenta todas as mídias em um só espaço.

Essas trocas atingem interesses em comum e, a partir dessa interatividade, foi criado o *World Wide Web* (WWW), concebido pelo britânico e cientista da computação, Timothy Berners-Lu, em Genebra, o programa surgiu da iniciativa de buscar melhoria nas pesquisas corporativas entre os físicos. O sistema permitiu interconectar através de vínculos e hipertextos todos os documentos digitalizados do planeta e os tornar acessíveis com alguns cliques a partir de qualquer ponto do Globo. Assim, uma pessoa pode publicar um texto tornando a informação disponível para vasto público nacional e internacional. (ALMEIDA, 2011:13).

Perante esse cenário que está em constante mudança, gerando uma pluralidade de opiniões, Pierre Levy (1998) se questiona acerca da veracidade da informação postada nesse meio, uma vez que o acesso à *internet* oferece uma infinidade de informações. No entanto, ele afirma que o monopólio em relação ao meio de comunicação é que favorece o risco para que se estabeleça uma ‘verdade’ oficial.

O pluralismo não é um fator de agravação dos riscos de manipulação, de desinformação ou de mentira, mas, ao contrário, uma condição para que vozes minoritárias, opositoras ou divergentes possam ser escutadas. Enfim, no plano filosófico, a menos que se aceitem os argumentos de autoridade, uma notícia não é “verdadeira” apenas por ter sido anunciada na televisão, um saber não é garantido apenas por ser ensinado na universidade. Ainda que isso desagrade os crédulos e os preguiçosos, a verdade não é *dada pronta* (por quem?), mas está constantemente em jogo em processos abertos

e coletivos de pesquisa, de construção e de crítica. Ora, o pluralismo intrínseco e a interconexão do ciberespaço (cuja primeira utilizadora, deve-se lembrar, foi a comunidade científica) favorecem justamente tais processos. (LEVY, 1998-b: 45)

Diante desse pluralismo ao qual se refere o autor, deve-se atentar também para o mau uso da *internet* e, considerando tal condição, o Estado brasileiro criou uma legislação visando a sua regulamentação. Foram estabelecidos princípios, garantias, direitos e deveres. Entre estes está a proteção dos dados pessoais e a privacidade dos usuários. Inspirada na Constituição de 1988, a lei preconiza a liberdade de expressão, e a defesa da *internet* como um ambiente democrático aberto e livre, ao mesmo tempo que defende a preservação, a intimidade e a vida privada do indivíduo. A lei nº 12.965 foi sancionada em 23 de abril de 2014 pela Presidente da República Dilma Rousseff, e é considerada a “Constituição da Internet”. Essa lei fez do Brasil pioneiro mundial em legislação sobre uso da *rede*.

Os pontos até então abordados abrangem desde a questão da proteção de informações pessoais à inserção da internet como meio de promoção cultural e social. Uma questão destacada na Lei nº 12.965 é referente à neutralidade, ou seja, nenhum provedor poderá discriminar serviços em detrimento de outros. Os princípios de privacidade definem que, como direito dos usuários, as suas informações não poderão ser usadas para um fim diferente daqueles ao qual foram destinados. Referente à retirada de conteúdos da *Web*, esta só será feita com ordens judiciais, salvo sobre questões como racismo, pedofilia, violência, ou seja, conteúdos criminosos<sup>4</sup> que não respeitem a legislação.

Os usos da *Web* permitem inúmeras possibilidades, dentre as quais está à disseminação de ideologias políticas. No Brasil, é possível identificar uma onda crescente de divulgação de ideias e projetos de grupos que se enquadram nas tradicionais categorias de ‘esquerda’ e ‘direita’ a respeito do golpe civil-militar de 1964. Estes grupamentos se expressam na *internet* através da construção de *sites* que, entre outras finalidades, buscam defender ou se opor à ‘memória oficial’ do golpe, tornando-se comuns nas páginas virtuais do Brasil esses conflitos memorialísticos, principalmente no momento atual de luta pela reparação política daqueles que foram atingidos pela repressão.

---

<sup>4</sup> Ver Lei nº 12.965, 23 de abril de 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm)>. Acesso em 14 de agosto de 2015.

## 1. DISCURSO, PODER E VERDADE: CONSTRUÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DE PROJETOS PARA O BRASIL

Passados mais de 50 anos do golpe civil-militar de 1964, as discussões em torno da temática e as variadas versões sobre os fatos ocorridos durante o período ditatorial, ainda despertam interesse da sociedade e do meio acadêmico. São muitos os debates em torno de questões referentes à criação da Comissão da Verdade, as torturas cometidas por parte de alguns militares, a participação da esquerda no processo político e as variadas nomenclaturas dadas ao movimento militar.

Em meio a esses debates encontram-se representações das vertentes defensoras do golpe que buscam espaço na sociedade na tentativa de justificar a ação do Exército durante a ditadura ou rememorar tal fato que, segundo eles, foi uma ‘revolução’, assim como também aqueles que se posicionam contrários a esses ideais e se manifestam na busca por reparação e justiça dos crimes de violações dos direitos humanos perpetrados por alguns agentes de segurança do Estado autoritário.

Nesses discursos, fica evidente a vontade do enunciante em afirmar suas ideias, em defender o que de fato para ele é a ‘verdade’. Segundo Foucault (2012:235), o discurso não é um produto que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas, o objetivo pelo que se luta é o poder do qual queremos nos apoderar, ou seja, na defesa de um discurso estará sua ligação com o desejo e com o poder: “O poder não está, pois, fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é ele mesmo, elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.”

A disputa pelo poder está presente em todas as esferas das relações sociais. Trazendo esse contexto para a análise dos *sites* dos grupos *TERNUMA* e *Tortura Nunca Mais/RJ*, percebe-se que essa disputa pelo poder se traduz na luta pelo direito de se pronunciar, de dizer aquilo que para ambos é a ‘verdadeira’ versão sobre os fatos ocorridos durante o golpe, e posteriormente à ditadura militar. Contudo, propor uma discussão em torno do que vem a ser a verdade é algo complexo e ainda um debate em aberto pelos historiadores.

Durante o século XIX foi inaugurado o positivismo. Influenciado pelos pressupostos de Leopold Van Hanke, a nova escola atribuiu a história o caráter de ciência que tinha por objetivo a investigação do passado e, reproduzi-lo de forma fidedigna, baseando-se no

princípio da objetividade e neutralidade. Assim, buscava-se a reprodução dos fatos para a produção de uma história verdadeira. Logo, por seu caráter objetivo e imparcial, negou-se à influência da filosofia nas produções historiográficas. Contudo, a busca da verdade é um tema fundamental da filosofia e, discordando dos positivistas, Adam Schaff (1995) afirma que a história, por ser considerada uma ciência, aborda problemas que são filosóficos por excelência e, dessa forma, não podem ser resolvidos sem recorrer à mesma, fato que ocorre quando se opta por discutir questões sobre a verdade histórica.

Para Schaff a verdade é objetiva e não existe outra, seu contrário seria uma verdade subjetiva logo, considerada falsidade. Porém, o autor afirma que mesmo objetiva a verdade é parcial e, de acordo com a teoria marxista, o homem está condicionado à classe que pertence. Portanto, é influenciado por ela e o historiador não escapa a exceção mesmo acreditando que suas considerações são determinadas por leis científicas. “O conhecimento científico, se bem que submetido ao condicionamento de classe, é um conhecimento objetivo, e suas produções são as verdades parciais objetivas”. (Ibidem, p. 185). Sendo assim, não há relativismo e quando se trata de estabelecer uma verdade, esta deve valer universalmente e o indivíduo deve ser capaz de mostrar, de forma concreta, as evidências de sua concepção. Contudo, a verdade pode sofrer mudanças conforme novos conhecimentos sejam agregados a mesma.

Keith Jenkins (2007:55) por sua vez, defende que a busca pela verdade é uma questão construída pela sociedade ocidental que está imersa na concepção do conhecimento absoluto. Em seu estudo sobre as teorias em torno da construção historiográfica ele se propõe a responder alguns questionamentos levantados por si próprio, perfazendo um processo de desconstrução dos dogmas existentes no discurso histórico. Influenciado pelo pensamento de Foucault, seus questionamentos serão voltados para a discussão da relação entre verdade e história.

Partindo dessa premissa: Qual é a situação da verdade no discurso historiográfico? Keith Jenkins (2007-b:57-59) afirma que é impossível obter um conhecimento real (verdadeiro) em determinado estudo histórico: “A verdade é uma figura retórica cujo quadro de referências não vai além de si mesmas, incapaz de apreender o mundo dos fenômenos: a palavra e o mundo, a palavra e o objeto, continuam separados”. Dessa maneira, o historiador britânico argumenta que a verdade sempre foi criada e não descoberta, e o poder, por sua vez, é o fator que ao mesmo tempo pode permitir ou impedir que determinadas coisas sejam ditas. Portanto, a verdade é utilizada pelo poder como uma forma de exercer controle sobre certo

indivíduo ou grupo social: “Sabemos que tais verdades não passam de “ficções úteis” que estão no discurso graças ao poder (alguém precisa pô-las e mantê-las ali)”.

Para Edward Hallet Carr (1982:47), os fatos não falam por si só, mas é o historiador quem decide o que irá abordar e o que se tornará um episódio histórico. Ao discutir sobre os documentos e os fatos, o Edward Carr deixa claro que o documento não conta o que deveras aconteceu, e sim aquilo ou quem o produziu acha que aconteceu, e neste contexto, cabe ao pesquisador analisá-los e confrontá-los com outras fontes (Ibidem, 54-55). Dessa forma, essa pesquisa não tem por objetivo mostrar se as versões da ‘esquerda’ ou ‘direita’ são verdadeiras ou não, mas sim, pretende discutir como esses discursos foram construídos e apropriados por seus produtores, enquanto a ‘verdade’ dos fatos ocorridos entre os anos da ditadura.

De acordo com as fontes observadas nos *sites* dos grupos *GTNM/RJ* e *TERNUMA*, fica explícito que os discursos defendidos nessas páginas virtuais, traduzem o objetivo de seus ativismos que é a imposição de uma determinada verdade acerca daquilo que ocorreu durante a ditadura civil-militar. Assim, não se formam apenas um conjunto de palavras, mas um enunciado organizado e constituído por conhecimentos carregados de visões ideológicas, ou melhor, visões políticas distintas que se pretendem ser tomadas como verídicas por um determinado grupo.

As disputas que se dão no campo político são travadas mediante a construção de discursos, há uma concorrência pelo direito de falar e agir em nome de uma totalidade. Dessa forma, os grupos *Tortura Nunca Mais* e *Terrorismo Nunca Mais* disputam o direito de comunicar sobre as ações que ocorreram durante os anos que se seguiram após golpe civil-militar de 1964, onde cada grupo, com seu respectivo ponto de vista, assevera ser possuidor da versão “oficial” dos fatos que a sociedade brasileira não conhece.

O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo para cuja produção ele contribui ao presta-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. As forças das ideias que ele propõe medem-se, não como no terreno das ciências, pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentindo, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço. (BOURDIER. 2002: 185).

Pierre Bourdier ao se referir aos “grupos profanos” faz alusão ao povo e seu imaginário, pois, para ele, a disputa se constrói com a finalidade de falar e deter o poder sobre esse grupo. De acordo com o que foi explicitado acima, pode-se observar que o discurso construído pelos militares em 1964 segue tal modelo, uma vez que estando no poder, diziam estar defendendo os interesses da sociedade brasileira.

Para Foucault (2012), não existe “enunciado neutro, livre e independente”, pois este sempre faz parte de um conjunto que desempenha determinado papel no meio dos outros, distinguindo-se e integrando-se em um jogo enunciativo. Logo, o discurso se torna “lugar privilegiado para manifestação da ideologia”, transformando-se em um campo de “luta de vozes” que, situadas em posições opostas, querem ser ouvidas pelo outro. Fazer a análise de um determinado discurso consiste em estudar a linguagem juntamente com suas condições de produção, tencionando que ela não pode ser estudada fora da sociedade, pois é nela que se constituem os conflitos ideológicos.

Nota-se que discurso e ideologia estão intrinsicamente ligados e que a última se materializa na primeira: “Temos então que considerar a *formação ideológica* como uma visão de mundo, ou seja, o ponto de vista de uma classe presente numa determinada formação social, e a *formação discursiva* como o conjunto de temas e figuras que materializam uma dada formação ideológica”. (FIORIN, 1988:14). Desse modo, os grupos sociais apropriam-se da linguagem para transmitir suas representações ideológicas e assim agir no mundo.

A análise do discurso consiste em analisar a linguagem enquanto trabalho simbólico e social que constitui o homem e sua história, assim, ela também reflete sobre a maneira como a ideologia se manifesta através da língua e desse modo, o discurso se caracteriza como o lugar onde se analisa a relação da língua com a ideologia: “A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos, e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é “efeito de sentidos” entre locutores”. (ORLANDI, 2005: 21).

Analisar um discurso não consiste apenas na interpretação de um enunciado, trata-se de um procedimento que vai além, buscando trabalhar os limites e os mecanismos de produção. Dessa maneira, busca compreender como o objeto produz sentidos e sua significância para os sujeitos, assim, ela não estuda apenas os sentidos das palavras nos textos, mas também a relação com a exterioridade e as condições em que o enunciado foi



produzido. Dentro desse processo, Eni Orlandi (2005-b:31-34) afirma que a memória também faz parte das produções de discursos e, é nesse contexto que se insere o que a autora ira denominar de “interdiscurso” e “intradiscurso” considerando haver uma relação entre o já dito e o que se está dizendo, ou seja, entre a constituição do sentido e sua formulação.

Nesta conjuntura, o “intradiscurso” se refere ao que se está dizendo, sua formulação, aquilo que estamos dizendo em determinado momento e suas condições. E o “interdiscurso” seria o já dito, um conjunto de formulações feitas e já esquecidas. Esta, por sua vez, é a memória que torna possível o dizer. Dessa forma, todo dizer se encontra entre os dois eixos: o da memória e o da atualidade, determinando as condições para a produção do discurso.

Partindo disso, ao acessar a *página* do grupo *Terrorismo Nunca Mais*, nos deparamos com o seguinte enunciado:

(...) Impregnados de ideologias importadas, os comunistas brasileiros insuflavam a população e arquitetavam um golpe de estado, buscando a tomada do poder por meio de lutas no campo (Ligas Camponesas e Grupos dos 11) e nas cidades (instabilização da política, greves sindicais e subversão hierárquica nas Forças Armadas).

A sociedade brasileira, inquieta, exigiu uma resposta firme das Forças Armadas, que veio desaguar na Revolução de 31 de Março de 1964, desencadeada para dar um basta no caos social que se avizinhava. (..)<sup>5</sup>

Esse excerto foi produzido de acordo com a memória dos defensores da ‘revolução de 1964’, servindo de suporte para a construção positiva dessa idéia na sociedade atual. O *TERNUMA* difunde um posicionamento político favorável às ações dos militares, formando assim o “intradiscurso”. Já o “interdiscurso” é composto pelas referências às ações dos militares em 1964 e ao ideal militar de “revolução que salvou o Brasil de um golpe comunista”.

No decorrer de sua obra, Eni Orlandi (2005-c:46-47) afirma que as formações discursivas se referem à formação ideológica e, dessa maneira, os sentidos são determinados ideologicamente. Fato esse que não ocorre nas palavras, mas sim na discursividade, pois a ideologia se materializa no discurso. A ideologia tem a função de produzir evidências colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência, colaborando para a constituição do sujeito e seus sentidos. Assim, ela será a função do vínculo

---

<sup>5</sup>Ver: Apresentação do Grupo Terrorismo Nunca Mais, *link* “Quem somos”. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em 02 fevereiro de 2015.

necessário entre linguagem e mundo, logo, não haverá discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia: “a ideologia enquanto prática significativa aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história”. (Ibidem, p. 48).

Quando discute sobre a ideologia, Orlandi pontua que a mesma é concebida pelas ciências sociais e humanas como “oculta ao discurso”. Entretanto, para ela, não se trata de “ocultação”, e sim como sendo função da relação necessária entre linguagem e mundo, pois a ideologia aparece ‘dissimulada’ à constituição do discurso. Assim, para ela não há “ocultação ideológica” em uma formação discursiva uma vez que um elemento se materializa no outro, compondo a relação necessária entre linguagem e mundo, pois, o que há é o apagamento do processo de constituição de determinado discurso. (Ibidem, p.49).

Hugues Portelli (2002: 22) afirma que para Gramsci, a ideologia é considerada uma visão de mundo que se manifesta implicitamente nas formas de manifestação de vida individual e coletiva. Temos aí uma concepção ampla de ideologia que abrange também todas as atividades do grupo social dirigente (aquela que detêm o poder). Para o teórico italiano, uma estrutura ideológica não é formada apenas por organizações que têm como função a difusão da ideologia, mas que também abrange todos os “meios de comunicação social e todos os instrumentos que permitem influenciar a ‘opinião pública’” (Ibidem, p.28). Partindo dessa colocação, e diante da complexidade da definição de ideologia, essa pesquisa buscou se apropriar do conceito defendido por Gramsci. Dessa forma, demonstra-se que a *internet* é utilizada como instrumento difusor ideológico das visões de mundo dos grupos *Terrorismo Nunca Mais* e *Tortura Nunca Mais*, concepções que são traduzidas nas apropriações em defesa ou em protesto dos fatos ocorridos durante o período ditatorial.

## 2. REVOLUÇÃO OU GOLPE?

A natureza do golpe ainda é uma discussão em aberto. É possível observar muitos debates em torno do movimento militar, relevantes discussões em relação a sua natureza nas quais historiadores, teóricos, militares e militantes de esquerda ainda debatem sobre o que na realidade foi a tomada de poder realizada pelos militares em 1964, e quais fatores levaram a tal acontecimento, imbricadas na raiz dessas discussões estão as ideologias vinculadas as direitas e as esquerdas políticas.

Segundo Norberto Bobbio (1996), ‘esquerda’ e ‘direita’<sup>6</sup> são termos opostos empregados para explicar ideologias distintas pertencentes às ações políticas existentes em toda sociedade. No contexto ao qual se insere essa pesquisa, a utilização de tais conceitos decorre das experiências de grupos políticos durante a ditadura militar e, mesmo com algumas orientações que defendem o desuso ou desaparecimento de tais conceitos, percebe-se, ao discutir o tema da repressão, que os termos ainda permanecem em uso.

Inserida na temática sobre a ditadura militar, essas divergências de opiniões ideológicas tiveram origem com a Guerra Fria e foram identificadas a partir do embate entre forças capitalistas e socialistas, sendo o primeiro defendido pelos Estados Unidos e o segundo pela Rússia. Essas duas superpotências que emergiram após a Segunda Guerra Mundial passaram a desenvolver políticas de armamento na qual se destacaram pelo uso de armas nucleares como forma de se precaver para a possibilidade de uma guerra mundial.

Para Hobsbawm (1995), a Guerra Fria apresentou uma peculiaridade: em termos objetivos, foi uma guerra ideológica, sem um confronto armado mundial e, apesar das rivalidades existentes, os governos das duas potências aceitaram a divisão desigual do globo. A Rússia estenderia seu controle aos países dominados pelo comunismo e não tentaria ampliar seu espaço com o uso de força militar, e os Estados Unidos controlaria o resto do mundo capitalista. Contudo, alguns países influenciados pelos ideais comunistas lideraram revoluções. Na América Latina houve a Revolução Cubana de 1959 que contribuiu para que o território latino passasse a ser um espaço privilegiado para o período da Guerra Fria, culminando na onda de golpes militares que se iniciaram no Cone Sul e que foram apoiados pelos EUA.

No Brasil vigorou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) propagada pela Escola Superior de Guerra. A DSN tinha como uma de suas principais bases a elaboração do pensamento de contenção comunista internacional, inspirada na Doutrina Trumam, que defendia a ideia de que os exércitos dos países subdesenvolvidos deveriam ser liderados pelo bloco capitalista do EUA, com o objetivo de cuidar da defesa interna contra a ‘subversão’ comunista: “A fronteira a ser defendida passaria a ser ideológica (e não mais geográfica) e o

---

<sup>6</sup> Esses termos derivam do processo revolucionário Francês do século XVIII onde as tendências políticas que defendiam os interesses do Rei junto a Assembleia nacional sentavam-se a sua direita e as tendências que eram opostas a ele sentavam-se a sua esquerda. Dessa forma, os políticos de “esquerda” apresentavam uma atuação reformista que buscava a conquista de direitos para as classes menos privilegiadas e os políticos de “direita” buscavam os interesses das classes dominantes.

inimigo seria, primordialmente, um “inimigo interno”, que poderia ser qualquer cidadão simpatizante ou militante do comunismo”. (NAPOLITANO 2014:10).

O golpe de estado que ocorreu no Brasil em 1964 se construiu em torno desse conflito baseando-se na Doutrina de Segurança Nacional. Vários fatores contribuíram para a consolidação do golpe, dentre eles, a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República em 1961 e, respectivamente, a oposição à posse de João Goulart. Quando Jânio renunciou, o seu vice João Goulart, naquele momento encontrava-se em viagem a China e alguns militares alegando que a presidência de Jango colocaria em risco a ‘segurança nacional’ tentaram impedi-lo de desembarcar e chegar ao posto presidencial. Contudo, mediante manifestações e após muitas negociações, Goulart conseguiu assumir a presidência através da adoção do parlamentarismo. A posteriori ele passou a ser acusado pela oposição, na qual se incluíam a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), de planejar um golpe de estado e de ser o responsável pelos problemas sociais e econômicos vividos no Brasil naquele momento.

A tomada do poder político pelos militares ocorreu numa conjuntura em que o Brasil estava passando por uma crise econômica e por manifestações estudantis, operárias e camponesas em torno das reformas de base propostas pelo governo. Em oposição a esses movimentos, parcela da população, formada pela classe dominante, mostrava-se contrária as mudanças defendidas por Jango. Existem muitas versões que se propõe a explicar os fatos que sucederam ao golpe, e também discutir se houve ou não uma participação da esquerda e dos civis no processo de derrubada do governo de João Goulart. Entretanto, muitos historiadores divergem de ponto de vista sobre tais fatos.

Os trabalhos que se propõe a discutir o golpe de 1964 a partir dessas novas considerações foram chamados de revisionistas. O termo revisionismo é utilizado em vários contextos historiográficos e, inicialmente apareceu em fins do século XIX e início do XX como uma forma de contestar a socialdemocracia, sendo visto com carga pejorativa e causando dissensões, cisões e perseguições no movimento comunista internacional. Após a II Guerra Mundial, foi introduzido no debate historiográfico como forma de caráter renovador e viradas éticos políticos por disputas de ideologias.

Para Dermian Bezerra de Melo (2013) a origem das proposições revisionistas em relação ao golpe civil militar de 1964 tem sua localização no início dos anos 1990, período em

que houve o fortalecimento de uma democracia baseada nos princípios neoliberais e o surgimento, em muitos países, de trabalhos que visavam criticar as esquerdas e suas ações no mundo. De acordo com o historiador, os revisionistas resolveram se utilizar das memórias dos militares ao defenderem que haveria um suposto golpe arquitetado por Goulart em conjunto com a esquerda radical do Brasil. O primeiro argumento defendido pelos revisionistas foi o deslocamento da explicação da ditadura para a problemática do capitalismo:

Sob o argumento falacioso segundo o qual conectar o processo político a dinâmica econômica seria o mesmo que “economicismo”, uma leitura “politicista” veio propor explicação para o golpe e a ditadura um suposto “déficit democrático” na sociedade brasileira, de acordo com o qual, nos idos dos anos sessenta, tanto a direita quanto a esquerda seriam igualmente “golpistas”. (Ibidem, p. 62)

De acordo com Dermian Melo (2013), o trabalho que inaugura esse revisionismo histórico sobre o golpe de 1964 foi escrito pela cientista política Argelina Cheibud Figueiredo, “Democracia ou reformas? Alternativas Democráticas à crise política: 1961-1964”. Utilizada como referência para Jorge Ferreira, ambos acreditam que a explicação para o golpe está centrada no ‘déficit democrático’, ou seja, a luta de classes e a conspiração golpista estão ausentes e, dessa forma, para os revisionistas o golpe de estado passa a ser explicado como a resultante do processo de radicalização das esquerdas que teriam adotado a estratégia do confronto e das direitas que, por sua vez, estariam reagindo a essa radicalização.

Para os revisionistas, João Goulart ao assumir o poder defendeu as reformas de base nas quais pregava mudanças em âmbito social, econômico e político para a construção de um Brasil menos desigual e mais democrático. Considerado pela ‘direita’ como amigo dos comunistas, e pelas ‘esquerdas’ como um governo conciliador, o até então presidente passou a ser pressionado pelos dois lados: por parte dos conservadores por causa da implantação de uma reforma moderada; e pelas esquerdas que queriam a realização das reformas de base em caráter urgente. De acordo com Marcos Napolitano (2014:10), “o golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos para o país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais”.

Jorge Ferreira (2004) defende que a maioria das interpretações sobre o golpe tende a minimizar ou omitir a participação das esquerdas no processo, mas, segundo o autor, as esquerdas unidas na Frente de Mobilização Popular participaram ativamente das lutas

políticas que culminaram no golpe. Ferreira afirma que durante o Governo de João Goulart o maior partido popular de esquerda era o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e tinha como principal líder João Goulart. Inserido nesse movimento estava a figura de Leonel Brizola<sup>7</sup>, cunhado de Jango e o articulador de sua volta ao Brasil, Brizola se tornou o principal ‘porta voz’ dos grupos de esquerda que lutavam pelas reformas de base dentro e fora do governo, sendo foi um dos responsáveis pela criação da ‘ala radical’. O PTB aprofundou suas alianças com outros grupos de esquerda e, juntamente com o PCB, passou a dirigir o sindicato dos operários.

Além desses grupos outros partidos de esquerda também estavam na ativa, mas, eles apresentavam pouca expressão na sociedade e no movimento operário, como o PC do B, Partido Operário – Trotskista (POR-T) e a Organização Revolucionária Marxista (ORM-POLOP), sendo que este último encontrou apoio em estudantes e professores universitários. Inserido no movimento estudantil estavam as organizações Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC), que em 1962 romperam com a Igreja Católica e formaram a um novo grupo denominado de Ação Popular (AP), que passou a defender a luta armada como alternativa para derrubar a ditadura.

Além desses grupos, destacaram-se também as Ligas Camponesas que tinham como proposta inicial a defesa e conscientização dos camponeses em relação aos seus direitos, mas, sob a liderança de Francisco Julião, o movimento se tornou mais radical na luta pela reforma agrária, já que seu líder estava influenciado pela experiência revolucionária cubana. Para Ferreira (2004), Leonel Brizola passou a pregar um discurso radical de defesa das mudanças sociais e econômicas através da revolução com a possibilidade de tomada do poder das mãos do presidente, caso Goulart protelasse as reformas.

---

<sup>7</sup> Leonel de Moura Brizola nasceu no Rio Grande Sul. Simpatizante de Getúlio Vargas, em 1945 passou a integrar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito Deputado Estadual e em 1950 juntamente com João Goulart, foi um dos principais articuladores da candidatura de Getúlio Vargas a presidência e foi secretário de obras do mesmo (1952), 1954 foi eleito deputado Federal (Rio Grande do Sul), em 55 foi eleito prefeito de Porto Alegre, 1958 foi eleito governador do Rio Grande do Sul. “Imediatamente começou a se desenvolver em várias regiões um movimento de resistência aos planos dos ministros militares, visando a garantir a posse do vice-presidente. Esse movimento teve seu ponto mais alto no Rio Grande do Sul, sob a liderança de Brizola, que, depois de ocupar militarmente as emissoras da Rádio Guaíba e da Rádio Farroupilha, formou a chamada “cadeia da legalidade”, comandando 104 emissoras gaúchas, catarinenses e paranaenses e mobilizando a população em defesa da posse de Goulart.” Texto retirado do Verbete disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2015.

Caio Navarro de Toledo (2006:09) argumenta que essas novas formulações passaram a ser bem vistas pelos opositores de ‘direita’, uma vez que a ‘nova visão’ defende a ideia de que as esquerdas também pretendiam dar um golpe de estado “defendendo a ‘qualquer preço’ a realização de reformas sociais e econômicas, as esquerdas se dispunham, inclusive, a adotar soluções não democráticas a fim de que as mudanças na sociedade se efetivassem”. Discordando dessa linha de pensamento que, para ele, não possui embasamento, visto que faltam documentos que atestem a articulação golpista das esquerdas. E mesmo com seu discurso radical em favor das reformas de base e a convocação de uma nova constituinte, os radicais não tinham grande aparato para arquitetar um golpe de estado, pois, sequer conseguiram abalar a ditadura, mostrando-se ineficazes na constituição de alianças com setores progressistas e não golpistas, assim como na preparação dos setores populares e trabalhadores na luta pela resistência ao golpe.

Outra pauta defendida por esses pesquisadores refere-se à participação da sociedade durante o processo golpista e posteriormente na ditadura. Esses revisionistas partem de pontos de vista diferentes para explicar a participação e apoio da sociedade ao golpe, e suas explicações divergem daquela defendida por René Armand Dreifuss, pioneiro da expressão golpe civil-militar. Dreifuss (1989), em seu estudo intitulado *1964: A conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe*, demonstra, a partir de uma extensa documentação, que importantes atores da sociedade foram decisivos na preparação e execução da tomada de poder em 1964. Ao fazer tal afirmação, fica claro que a ação dos militares não foi orquestrada apenas pelas Forças Armadas, mas sim em conjunto com as elites que dispunham de meios estratégicos para consolidar a derrubada do governo.

A abordagem de Rene Dreifuss sobre a articulação do golpe mostrou como a formação ideológica é importante dentro da articulação política, uma vez que a ação das elites não tinha apenas objetivos políticos dentro dessa conjuntura, mas também objetivação ideológica. Os meios pelos quais seus ideais seriam efetivados estão relacionados ao complexo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), formado por empresários de multinacionais e militares associados aos ideais norte-americanos.

A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela envolveu da fase de projetar

uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. (DREIFUSS, 1986:161-162).

O IPES possuía defesa política dupla, pois, aos olhos da sociedade se mostrava como uma organização de empresários respeitáveis, instituindo-se num ‘grupo apartidário’ que tinha como principais objetivos educação cívica, social e cultural entre seus indivíduos e, através disto, contribuir para o desenvolvimento econômico e social além do fortalecimento da democracia brasileira.

Em meio ao grande público se apresentava como órgão educacional que contribuía para a alfabetização de crianças carentes e ainda atuava no meio acadêmico fomentando discussões com envolvimento de professores universitários. Ligado a esses ‘ideais’ estava a real finalidade do IPES/IBAD, que era a ação planejada contra o governo reformista de Jango e contra as camadas sociais que o apoiavam e, para isso, se empenhavam na união de grupos que eram contrários aos ideais desse governo, inclusive penetrando em agrupamentos sindicais e estudantis, contando ainda com importante força dentro do Congresso para conter as ações do governo e das esquerdas.

Utilizando-se do complexo IPES/IBAD, a burguesia se preparou para agir em toda a vida social e política do povo brasileiro mediante meios legais e ilegais que intencionavam a deposição do Presidente. Sua ação se deu através da criação de uma ideia de caos econômico e social, bloqueando as ações das esquerdas e deturpando os ideais comunistas.

A ação das elites ocorreu através de medidas tanto no campo ideológico e social como político e militar. Dentro da primeira conjuntura visavam apresentar ideias que tinham a finalidade de criar uma impressão negativa do bloco popular - nacional reformista, trazendo à tona as conjecturas tradicionais de ‘direita’ vistas como a ‘solução’ para a nação brasileira. A doutrinação ocorria através dos meios de comunicação, peças teatrais, desenhos animados, filmes, artigos de jornais, seminários, congressos. Esses dispositivos eram utilizados como meios para disseminar os ideais políticos e sociais da burguesia e construir uma imagem negativa dos grupos de esquerda, assim como do então presidente João Goulart.

Dessa maneira, mostra-se como foi construído o ideário da direita em torno da disputa pelo poder, no qual, através de ações estratégicas, visavam minar as práticas reformistas do governo de Jango e a crescente atuação das esquerdas, para assim dar voz ao discurso pautado no desenvolvimento capitalista ligado à ação militar. Para Dreifuss (1986), o que de fato



ocorreu não foi uma ação idealizada pelo Exército Brasileiro em conjunto com o poderio industrial americano, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD, que direcionou a ação dos militares até o golpe civil-militar de 1964.

Para os historiadores críticos do revisionismo, essas novas pesquisas acabam contribuindo e fortalecendo o discurso defendido pela direita golpista. Dermian Bezerra de Melo (2012) afirma que a pesquisa de Rene Armand Dreifuss foi bem articulada e que o historiador se utiliza de fontes e documentos para defender sua tese. Os revisionistas, por sua vez, deixaram os critérios metodológicos de lado prendendo-se numa descrição dos elementos civis sem que sejam estabelecidos seus nexos sócio-históricos.

Para defender seu argumento, Dermian Melo faz uma crítica ao historiador Daniel Arão Reis, afirmando que o autor, antes defensor das esquerdas, agora faz uma autocrítica a suas próprias obras defendendo que aquelas pretendiam dar um golpe de estado, e que este foi civil-militar, pois contou com o apoio da sociedade que estava com receio de uma possível tomada de poder por parte dos comunistas. Quando se refere ao adjetivo “civil-militar” sobre a ditadura, Daniel Arão Reis (2014) defende que esta forma de poder acabou em 1979 com a lei de anistia e que a sociedade construiu uma memória seletiva, eximindo-se da culpa e optando por utilizar apenas o termo “ditadura militar”, defendendo que o fim da mesma foi em 1985.

Dermian Melo é adepto da teoria drefusiana e apresenta em suas críticas aos revisionistas uma visão influenciada pelas ideologias marxistas. Para o historiador, essas novas visões sobre o golpe e a ditadura deslocam o sentido dado por René Dreifuss e induzem a interpretações perigosas como a de que a sociedade brasileira apoiou a ditadura militar. Melo conclui suas ideias afirmando que melhor seria se o regime recebesse o adjetivo de “ditadura empresarial-militar”, visto que grandes empresas além de contribuir para a articulação do golpe, tiveram seus impérios consolidados durante a repressão.

Além desse movimento, também existem os pontos de vista daqueles que defendem o golpe. Há livros de memória nos quais alguns militares ou civis adeptos da ditadura, apresentam suas versões dos fatos ocorridos no período ditatorial como uma forma de verdade. Lucileide Cardoso (2012:43-49) afirma que essa produção memorialista se apropriou do conhecimento dos ‘bastidores da política’, uma vez que eles estavam no poder, como

forma de afirmar que seu olhar sobre os acontecimentos era o mais ‘fidedigno’, por serem capazes de revelar documentos e segredos da política, estando, dessa forma, contribuindo para a construção de uma história ‘verdadeira’: “A ideia de preservar a “memória pública” e “salvar a nação” somam aspectos relevantes no processo dos memorialistas do poder, pois na visão deles constitui o próprio sentido de investirem na tarefa árdua de escreverem os seus depoimentos”.

Tanto a esquerda como a direita defendiam uma revolução, entretanto, a mesma apresentava sentidos distintos para ambos. Para alguns grupos conservadores a revolução dos militares estava defendendo o país dos interesses comunistas e prevenindo a nação de uma futura guerra civil, ou de um golpe de estado que seria realizado por Jango, que presidia o Estado em um regime comunista. Desse modo, ao tomarem o poder estavam realizando a ‘vontade do povo’ que se colocava em oposição a João Goulart e qualificava as Forças Armadas como seu representante na luta contra a corrupção, a subversão e a defesa da democracia: “O Estado, então, passa a encarnar a vontade da nação e do povo, estar a serviço do bem comum, e, portanto, situa-se acima dos interesses particulares de grupos ou de classes sociais, definindo seus fins e adaptando seus meios”. (CARDOSO, 2012-b: 20).

As esquerdas brasileiras apresentaram uma cisão de seus interesses e a ala formada pelo PCB defendia um modelo de governo democrático baseado em reformas sociais. A ala radical, formada pelo PC do B, ligas camponesas e pequenas agremiações, defendiam uma revolução que seria pautada em um novo sentido para a democracia, tendo como modelos os regimes soviético, cubano e chinês. Bobbio (1998) difere revolução de golpe de estado no sentido que o último se configura numa tomada de poder das autoridades políticas sem nada ou quase nada mudar nos mecanismos políticos ou socioeconômicos e a revolução só se consolida com profundas mudanças no sistema político, social e econômico.

Para Hanna Arendt (1989:17), a revolução apresenta diferentes sentidos conforme o passar do tempo e, a acepção atual da palavra difere daquela usada durante a Idade Média quando os primeiros movimentos considerados como revolução não produziam mudança alguma na estrutura social. Para a autora, a revolução como questão social e a ideia de ‘mudança histórica’ surgiram na Idade Moderna quando começaram a duvidar que a pobreza fosse uma condição inerente ao homem. Juntamente com esse fator, a compreensão de revolução passou a ser relacionada à ideia de mudança e à noção de liberdade.

Mas a violência não é mais adequada para descrever o fenômeno das revoluções do que a mudança; somente onde ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio, onde a violência for utilizada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem a formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje, pelo ao menos, a constituição da liberdade é que podemos falar de revolução. (ARENDT, 1989-b: 28).

A Revolução Gloriosa realizada na Inglaterra inaugura o uso do termo, no entanto, nesse período a palavra revolução significava um movimento que restaurasse a ordem vigente. De acordo com a autora, a Revolução Francesa possibilitou a participação das massas em busca da inserção das mesmas nas decisões e trouxe ainda um conjunto de imagens inteiramente novas que começa a se agrupar em torno da antiga metáfora, e um vocabulário totalmente diferenciado é introduzido na linguagem política. (Ibidem, p.37).

Essa ressignificação conferida ao termo, iniciada durante o processo das Revoluções do século XVIII, possibilitou o que atualmente é considerada uma revolução. Se aplicado tal conceito ao movimento realizado pelos militares em 1964, nota-se que o que de fato houve não teve nada de revolucionário, pois, a ditadura que se seguiu privou a sociedade da liberdade em seus vários sentidos e não operou mudança no sistema político brasileiro. Em relação à visão das esquerdas sobre o termo, percebe-se que a Revolução defendida por elas apresentava um novo tipo de democracia diferente daquela que era e é aplicada nos países capitalistas, no entanto, quando observamos as revoluções socialistas ocorridas pelo mundo, nota-se seu caráter também ditador.

José Luiz Fiorin (1988:23-25) defende que o discurso político é persuasivo e, no contexto político social de 1964, teremos um discurso por parte dos militares regido pela transformação do ‘caos’ em ‘ordem’ e englobando esse “caos” estariam: desordem, desgoverno, inflação e anarquia, enquanto na ‘ordem’: disciplina, desenvolvimento, honestidade. As reformas políticas seriam o produto de tal desordem e a ‘revolução’ feita por eles traria ‘ordem’ ao Brasil e, ao sufocar o ‘grande caos’, este seria por sua vez o comunismo. Esse discurso será estabelecido pela oposição entre ‘nós’ e ‘eles’. Assim, todo oposicionista foi visto pelo governo como traidor, interpretação que desencadeou e justificou a repressão contra a oposição. O ‘outro’, nesse caso a esquerda, será o responsável pelas ações repressivas do governo, sendo possível devido radicalização de suas ações.

Essa ideologia construída pelos militares em 1964 é fortemente explicitada na página do *TERNUMA* como também de outros grupos que se propõem a defender as ações ocorridas

durante os anos 60. É importante salientar que essas visões são disseminadas por uma parte da direita conservadora, mas não são opiniões dominantes entre as direitas que surgiram no país após a ditadura civil-militar, uma vez que a maioria buscou se desvincular das raízes golpistas. O discurso defendido pelas esquerdas em 1964 apresentou mudanças e autocríticas. Antes se lutavam pela instauração do socialismo no Brasil ou pela aplicação de reformas sociais, porém, atualmente, nota-se o predomínio do ideal de buscar por justiça e cidadania principalmente em relação aos crimes cometidos por alguns militares durante a ditadura e pela garantia de igualdade social entre os indivíduos.

O discurso pautado pelos ‘revolucionários’ de direita busca passar a ideia de que Goulart traiu o povo e firmou um contrato com o movimento comunista. Essa imagem de ‘traidor’ tornou-se necessária para causar uma ruptura entre o povo e o governo, e assim, justificar-se-ia a deposição do Presidente, tendo os seguintes dispositivos para disseminação dessas ideias: à igreja, imprensa, televisão e o rádio. Dentro desse conflito, o povo estaria vivendo de ilusão. Enganados pelas propostas de Jango, enquanto a classe dominante sabendo desse fato pretendia, através de um fazer persuasivo, mostrar à população a ‘verdadeira’ face do presidente, ou seja, trazer à tona o que estava por trás de seus discursos ‘salvando’ a nação brasileira. Essa concepção de que o saber do povo era ilusório e de que o saber das elites era a tradução da verdade permeou o discurso do poder. (FIORIN, 1988).

Com a finalidade de descaracterizar a ideia de golpe os militares se utilizaram do discurso de que o povo (sujeito que delega o poder) transferiu o poder para as forças armadas que, por sua vez, o retiraria das mãos do então presidente. Logo, ao fazerem isso, estavam constituindo a vontade da nação tal como ocorre no processo democrático e, diante disso, haveria uma ‘revolução’ e não um golpe de estado como as esquerdas tanto acusavam. Uma característica dos enunciados desses discursos é a ideia de que o brasileiro é um povo pacífico e ordeiro, de natureza conservadora e avessa a alterações na lei e na ordem: “(...) nosso homem ufana-se da pátria, não vendo nela qualquer elemento negativo nem qualquer coisa a alterar” (Ibidem, p 40). Dessa maneira, a classe dominante disseminava seu projeto às outras classes mostrando que qualquer transformação social seria impossível, uma vez que o sistema aqui implantado era ‘natural’ e de origem coletiva, pois a nação brasileira o queria dessa forma.

Desse modo, ao tomarem o poder os militares estavam recuperando o país do caos e esse fato para eles consistia numa revolução. Para Fiorin, o movimento, no entanto, não

passou de uma “contrarrevolução”, pois os militares visavam a manutenção de uma ordem capitalista que, segundo eles, estava prestes a ser destruída. Revolução é movimento contrário à ordem estabelecida e o movimento de março não possuía essa característica já que pretendia recolocar o país no caminho da ordem vigente. Classes hegemônicas não fazem revolução, mas sim contrarrevolução, para retirar as classes subalternas da cena das decisões políticas. (FIORIN,1988-b:62).

A proposta ‘revisionista’ aqui discutida esta mais voltada para as divergências políticas que ocorreram nas esquerdas brasileiras e, como foi citado, faltam documentos que comprovem tal afirmativa. No entanto, como abordado logo acima por René Dreifuss e José Luis Fiorin, pode-se notar que a direita possuía todo um aparato político - ideológico para realizar um golpe de estado, e não pouparam esforços para essa finalidade, pois, estes sim articularam e planejaram suas ações para a tomada do poder político em 1964. João Goulart, por sua vez, enfrentou resistências da oposição desde o momento de sua posse e, com sua política conciliadora, também passou a enfrentar críticas por partes das esquerdas. O Presidente não almejava dar um golpe de estado como proposto pela ‘esquerda radical’, pois, acreditava que a efetivação de suas reformas ocorreria no sistema capitalista e no presidencialismo.

O processo ideológico que permeou os acontecimentos de 1964 serviu como embasamento para a construção dessa pesquisa. A ênfase na formação ideológica tornou-se necessária para entendermos os discursos travados no *mundo virtual*. No que diz respeito ao que foi realmente tal ação, golpe de estado, revolução, golpe militar ou civil-militar, não restam dúvidas que no Brasil, como em outros países do Cone Sul, o que de fato ocorreu foi um Golpe de Estado articulado pela alta burguesia em acordo com alguns militares que instaurou uma ditadura militar que durou 21 anos.

### **3. ATIVISMO POLITICO NA WEB**

O acesso livre à *Internet* permitiu mudanças em diversos aspectos da sociedade, como, por exemplo, o surgimento de variadas formas de trabalho, comércio, entretenimento e comunicação. Desde o seu surgimento, sua popularização vem crescendo cada vez mais em vários países, possibilitando sua inclusão na formação cultural e social das sociedades modernas. Além das formas citadas, a internet poder ser utilizada como meio difusor de

conhecimento e ideias, bem como mediador de ativismo político, fator determinante para a constituição dessa pesquisa.

Em 2013 as cidades brasileiras foram tomadas por uma onda de protestos que, inicialmente, começou com reivindicações contra o aumento da tarifa do transporte público, mas que logo passaram a reivindicar melhorias em outros setores como saúde, educação, segurança, entre outros. O movimento apresentou algumas características diferentes das organizações sociais tradicionais, pois esses não apresentavam líderes, sindicatos nem partidos políticos, e foi organizado de forma voluntária através do uso das redes sociais na *Web*. Essa última característica decorre do fato de as redes de comunicação sem fio serem a “principal plataforma de comunicação” da sociedade moderna e, sendo assim, os movimentos sociais do XXI estão inseridos nesse contexto. (CASTELLS, 2013:158).

Porém, mesmo que articulados na *internet*, esses movimentos não deixaram de ocupar o espaço urbano de modo que a redes sociais virtuais, ou qualquer outra forma de tecnologia, não são a principal fonte dessas manifestações que expressam projetos sociais, contudo, servem como mais um espaço para organizar e divulgar o movimento. Dessa maneira, não diminui o papel dos partidos políticos e das mobilizações sociais organizadas (*off-line*). Esses movimentos grupais mundiais realizados com uso da *internet* tiveram como ponto de partida o ano de 2010, no norte e no sul do globo terrestre, da Islândia e Tunísia. E não foram apenas a pobreza, a crise econômica ou a falta de democracia que causaram as manifestações, mas também a humilhação e a indignação sofrida pelo povo através daqueles que estão no poder seja ela na forma política, financeira ou cultural (Ibidem, p. 08). As manifestações brasileiras de 2013 apresentaram essas características assim como o caráter apartidário, visto como forma de manifestar a indignação da sociedade perante o sistema político brasileiro.

Manuel Castells (2013:178) define os movimentos de 2013 como “um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto da esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades.” O sociólogo afirma ainda que as manifestações surgiram da indignação da população em relação ao programa de governo no Brasil, liderado pelo PT, que apesar da redução da pobreza e de políticas sociais redistributivas, vem adotando um modelo ‘neodesenvolvimentista’ que tem como objetivo a superação da pobreza esquecendo as outras áreas fundamentais para o pleno desenvolvimento do país.

Para Castells, esses movimentos em rede foram possíveis devido à autonomia que a internet possibilita ao usuário, indo além do controle dos governos e empresas que monopolizam os canais de comunicação como alicerces de seu poder.

Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. Isso porque a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico do seu desenvolvimento. Ela foi deliberadamente programada por cientistas e hackers como uma rede descentralizada de comunicação por computadores capaz de resistir ao controle de qualquer centro de comando. Emergiu da cultura de liberdade prevalecente nos campi universitários da década de 70. (Ibidem, p.168).

Pierre Levy (1998) também compartilha desse pressuposto afirmando que o espaço público de comunicação era controlado por instituições é que a ascensão do *ciberespaço* possibilitou uma situação de desintermediação, ou seja, a *internet* foi programada para ir além do controle estatal, garantindo ao usuário um espaço de individualidade e autonomia, fator que contribui para o surgimento de implicações políticas e culturais que, de acordo com o teórico, ainda não foram totalmente avaliadas.

Essa questão da autonomia defendida por Manuel Castells e Pierre Levy é relativa, uma vez que existem alguns teóricos que discordam de tal visão. Nesse caso, o que se pode concluir é que a *web* foi constituída com a finalidade de ser um meio de comunicação de livre acesso, porém, essa utilização e sua repercussão na sociedade moderna são ressalvas entre os detentores do poder que acabam por criar meios de controle dessas atividades. E um exemplo disso foi a espionagem praticada pelos Estados Unidos que criou programas de vigilância utilizados para espionar americanos e vários países da Europa e América Latina, incluindo o Brasil.

A espionagem virtual praticada pelos EUA veio à público quando em 2013, Edward Joseph Snowden, ex-técnico da CIA (Central Intelligence Agency) que teve acesso as informações, decidiu delatar os órgãos de inteligência que haviam praticado o ato. Edward Snowden afirmou que as comunicações de milhares de cidadãos eram levantadas sem o consentimento dos mesmos. No caso do Brasil, a espionagem se deu através do monitoramento de e-mails e ligações realizadas pelos brasileiros e o governo federal também esteve na mira do monitoramento, sendo os alvos a Presidente República e seus assessores, como também Petrobras e o Ministério de Minas e Energia (BERNARDES, SILVA. 2014).

Em justificativa, o governo dos Estados Unidos afirmou que tais medidas foram tomadas com a finalidade de garantir a segurança de seus cidadãos em face ao terrorismo. No entanto, percebe-se que as razões também abrangem questões econômicas. Em resposta, a Presidente Dilma Rousseff, durante discurso seu na 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, afirmou que a atitude dos Estados Unidos se tratava de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis, sendo uma ameaça à soberania do Brasil<sup>8</sup>. Mesmo diante da ameaça terrorista, fica evidente que as atitudes tomadas pelo governo norte americano não justificam a violação da soberania de outras nações e, nesse caso, faz-se necessário que normas jurídicas sejam elaboradas visando a proteção dos direitos individuais na *internet*.

Em meio a esse ambiente de intensas discussões acerca das apropriações do ambiente virtual e o crescente uso da *rede* como espaço articulador de movimentos sociais e disseminador de ideologias, estão as páginas virtuais dos grupos *Tortura Nunca Mais/RJ* (*GTNM/RJ*) e *Terrorismo Nunca Mais* (*TERNUMA*). Esse último se apropria do *ciberespaço* para defender ideais de cunho conservador e justificar o movimento militar de 1964. Já o primeiro atua em sentido contrário, suas postagens estão voltadas para a defesa dos direitos humanos e denúncia dos crimes realizados por alguns militares durante a ditadura.

As páginas do *TERNUMA* e do *GTNM/RJ* apresentam ideias políticas ligadas às vertentes de esquerda e direita. Os conflitos motivados por divergências ideológicas que se travaram entre os polos nos anos de 1960 repercutem até os dias atuais no Brasil. Os *sites* desses grupos traduzem como alguns discursos representativos das direitas e esquerdas brasileiras são utilizados atualmente, como, por exemplo, o *TERNUMA* que, imerso nos ideais defendidos durante os anos 60, se manifesta para rememorar a ‘Revolução de 1964’ e buscar justiça pelos atos tidos como ‘terroristas’ realizados pelas esquerdas durante a repressão. Já o *GTNM/RJ* se propõe aos ideais igualitários defendidos por grupos de esquerda.

Discutir a divisão política entre dois polos tornou-se atualmente uma questão complexa. Muitos defendem que a divisão entre duas partes opostas não tem mais nenhuma razão para ser utilizada, pois, em um país democrático, não há duas vertentes políticas e sim a existência de vários grupos que ora se opõem, ora se sobrepõem. Para Norberto Bobbio (1996), a distinção entre direita e esquerda vai além das divergências entre socialismo e

---

<sup>8</sup> BBC BRASIL. Dilma diz em Assembleia da ONU que espionagem é grave violação dos direitos humanos. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130924\\_dilma\\_assembleia\\_onu\\_lgb.sht'ml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130924_dilma_assembleia_onu_lgb.sht'ml)>. Acesso em 11 de maio de 2016.



capitalismo e se remetem desde muito antes, mais precisamente, desde a Revolução Francesa. Apesar das orientações em favor do desaparecimento dessa distinção, esses termos ainda são empregados e encontrados facilmente no nosso cotidiano em artigos de jornais, revistas, livros e televisão.

Norberto Bobbio (1996) aponta que são várias as razões que levam a acreditar no fim dessas concepções políticas. Um dos fatores para o desaparecimento dessa classificação foi a crise das ideologias e, de acordo com o autor, “não há nada mais ideológico que a afirmação de que as ideologias estão em crise”(Ibidem, p.33); outro fator aponta que direita e esquerda não são apenas programas ideológicos, mas projetos opostos correlacionados a vários problemas cuja solução pertence à ação política, e assim, não apresentam apenas ideias divergentes, mas projetos de sociedades diferentes, que de acordo com o autor, não podem ter desaparecido facilmente.

Em um dos seus argumentos para provar que a díade ainda sobrevive, Norberto Bobbio defende que as expressões continuam a ter pleno curso na linguagem política e que mesmo com os questionamentos sobre o futuro da esquerda e sua renovação, além do surgimento de uma ‘nova direita’, os partidos políticos ainda continuam a ser divididos e classificados em duas correntes que costumam ser chamadas de ‘esquerda’ e ‘direita’. Para o autor, em um universo como o político, formado por antagonismos onde há partes contrapostas, o modo mais simples de representar essas relações sempre foi por meio de díades ou dicotomias, havendo sempre dois lados contrapostos. Dessa forma, dentro do universo político veremos o uso de metáforas espaciais e temporais indicando se determinado grupo está próximo ou distante da esquerda ou direita, se é conservador ou progressista, e esses termos substituem os dois polos, mas não farão com que desapareçam.

Bobbio define a *igualdade* como uma questão importante na análise da oposição direita e esquerda. Para ele, igualdade é uma característica que identifica as esquerdas e isto não significa que há uma busca por igualdade em tudo, mas sim que suas ações e programas de governo apresentam questões mais igualitárias que as da direita. Dessa forma, para os igualitários, as desigualdades são sociais e, portanto, suscetíveis à eliminação; já os inigualitários acreditam que as desigualdades são naturais e inelimináveis. Esse último pensamento, de acordo com o autor, está ligado à direita, pois a mesma acredita que as desigualdades são naturais. (BOBBIO, 1998: 105).

No bojo dessa discussão entre uso e desuso das duas vertentes está Anthony Giddens (1996), ao afirmar que o radicalismo era uma característica daqueles que se englobavam na esquerda. No entanto, atualmente esse fator se tornou relativo, pois, o pensamento de esquerda pode tomar um aspecto conservador quando os socialistas, depois da queda da União Soviética, passaram a se deter apenas à defesa da política do bem estar social, não estando interessados em grandes mudanças. Já a direita pode torna-se radical na medida em que defende a liberação do mercado, passando por cima de qualquer obstáculo que venha atrapalhar seus objetivos. Dessa maneira, o sociólogo define que o termo ‘conservadorismo’ pode desdobra-se e ser apropriado por socialistas como por neoliberais.

Anthony Giddens (1996) afirma que após a Segunda Guerra Mundial a direita aderiu uma nova roupagem e se desdobrou em três tipos distintos, mas que se influenciam: 1- o conservadorismo filosófico, aquele que se apegua a tradição de comportamento como o britânico; 2 - o neoconservadorismo, que está ligado ao capitalismo e a democracia liberal e vê na economia de mercado a condição necessária para o desenvolvimento social; e 3 - o neoliberalismo, que defende o individualismo, a competição de mercado e a mínima intervenção do Estado, esse último foi chamado por ele como a “Nova Direita”.

Se contrapondo à direita, a esquerda afastada do radicalismo agora defende a justiça social. Nesse ponto, Giddens concorda com a ideia de Bobbio e crê que o principal critério de distinção entre as vertentes é a igualdade: “No todo, a direita aceita melhor a existência das desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder.” (Ibidem, p 284). Porém, para ele a proposta de Bobbio precisa de refinamento, pois não é somente a busca por justiça social, mas os que defendem essa ideologia acreditam que o Estado tem papel fundamental na realização dessas metas.

Os dois teóricos da política divergem quanto ao valor dado a essas concepções como mecanismos para nortear a elaboração de soluções para os problemas da sociedade. Norberto ainda crê na divisão como relevante na orientação política do indivíduo, enquanto Giddens acredita que as velhas ideologias da direita e esquerda não oferecem respostas para a sociedade atual, formulando assim um programa que vai além da dicotomia, denominado por ele de “Terceira Via”, ou seja, uma nova política que se posicione no centro, englobando características das duas vertentes. Entretanto, com o passar dos anos esse modelo político defendido por Giddens não foi além da dicotomia (esquerda x direita), pois se aproximou de ideais defendidos pela direita.

Ao trazermos tal realidade para a atual conjuntura política do Brasil, fica evidente que apesar dos vários partidos políticos ainda há uma polarização, e a maior prova disso foram as eleições presidenciais de 2014, que se desdobraram na atual crise política que o país está vivendo. Consideradas as eleições mais disputadas desde 1989, o processo eleitoral de 2014 foi marcado por muitas divergências entre os principais candidatos à presidência: a reeleita Dilma Rousseff e seu opositor Aécio Neves, sendo que a primeira foi eleita presidente do Brasil em 2011, pelo PT (Partido do Trabalhador) e o último, neto de Tancredo Neves, foi eleito Senador pelo PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro). Essa disputa foi marcada pela velha dicotomia entre PT e PSDB, contudo, apresentou aspectos diferenciados como a intensa participação das redes sociais, tanto pelos candidatos quanto pelos eleitores, que trouxe à tona a antiga divisão do país entre sul e nordeste, e entre direita e esquerda.

A análise da corrida presidencial pelo recorte de grupos ideológicos- para comportamento, temas econômicos e de forma geral- mostra que a preferência por Dilma tende a crescer conforme se avança da direita para esquerda, obtendo indicações acima da média na esquerda. Já Marina tem suas votações bem distribuídas em todos os segmentos destacando-se entre os eleitores do centro, enquanto Aécio tem votação acima da média na direita e abaixo da média com oscilações nos segmentos do centro.<sup>9</sup>

A cientista política Céli Regina Jardim Pinto<sup>10</sup> afirma que nas eleições em que estiveram frente a frente PT e PSDB, este último se apresentava como social democrata e com candidatos de elite, enquanto o PT como popular, democrata e preocupado com o social. Segundo a cientista política, no processo eleitoral de 2014 houve mudanças significativas, uma vez que o PSDB se propôs a desenvolver um discurso de ‘direita’, claro, competitivo e com um forte objetivo de enfraquecer o governo Dilma, desqualificando os programas sociais devido à grande propaganda do seu mandato.

Tal mensagem recebeu o apoio de uma parte da classe média alta que de acordo com a autora estaria descontente com a diminuição da desigualdade social decorrente dos programas sociais adotados pelo governo petista, por não serem mais a dona absoluta dos privilégios: “Esta classe média conservadora e pouco ilustrada está à disposição para um discurso que ofereça de volta a velha ordem. Não há problema em fazer um discurso abertamente de

<sup>9</sup> Ver matéria “Direita supera esquerda no Brasil”. *Instituto Data Folha*. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/09/1512693-direita-supera-esquerda-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

<sup>10</sup> Celi Regina Jardim Pinto é Doutora em Ciência Política e professora do Departamento de História da UFRGS. Seu artigo a “Direita e as Eleições de 2014” foi publicado em 28 de julho de 2014 no *Jornal Sul 21*. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/a-direita-e-as-eleicoes-de-2014>>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

direita, existem pessoas agora abertamente de direita para recebê-lo, elas estavam nas ruas em 2013.” (PINTO, 2014).

Em sua resolução política, lançada após a vitória da Presidente Dilma, o PT deixa clara a polarização que há no Brasil: “Desde 1989, o PT polariza as eleições presidenciais. Nas sete eleições presidenciais realizadas desde então, perdemos três e vencemos quatro. Mas esta de 2014 foi a mais difícil já disputada por nós, em que ganhamos enfrentando um vendaval de acusações não apenas sobre nossa política, mas sobre nosso partido”.<sup>11</sup> No decorrer do documento, o partido se coloca como principal grupamento de esquerda afirmando que a vitória da Presidente seria uma conquista comemorada por todos os setores democráticos, progressistas e de esquerda no mundo e principalmente na América Latina. Defendem que a oposição, representada por Aécio Neves, constituiu-se num retrocesso neoliberal e nas piores práticas políticas como o racismo, preconceito, ódio, machismo, e nostalgia da ditadura militar:

Foi uma disputa duríssima, contra adversários apoiados pela direita, pelo oligopólio da mídia, pelo grande capital e seus aliados internacionais. Vencemos graças à consciência política de importantes parcelas de nosso povo, da mobilização da antiga e da nova militância de esquerda, da participação de partidos de esquerda e da dedicação e liderança do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma. (RESOLUÇÃO POLÍTICA DO PT. 2014).

Todos os argumentos apresentados acima nos mostram que a atual conjuntura política brasileira está claramente dividida entre partidos que representam esquerdas e direitas e que é preciso pluralizar esta composição, pois, com as transformações ocorridas, surgiram várias vertentes que se desdobram em diferentes correntes de esquerda e direita. Os usos dos termos ainda faz parte do cotidiano político da sociedade brasileira e apesar de uma aglomeração de partidos políticos que se orientam de um lado ou de outro da dicotomia, ou no centro do mesmo, as orientações não desapareceram.

Compreender essa bifurcação política torna-se relevante para a discussão do atual momento político que se encontra o Brasil: uma crise econômica e política na qual se vê uma polarização bem definida em que são evocados valores conservadores e até defensores do golpe 1964, em oposição ao governo de Dilma Rousseff. Essa situação tem gerado

---

<sup>11</sup> Resolução Política do PT (Partidos dos Trabalhadores). Disponível em: <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/11>>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

questionamentos acerca desses grupos contrários ao governo que ganham destaque nas mídias. Seriam eles representantes de uma ‘nova direita’ que está em ascensão no país?

Após a ditadura civil-militar as direitas brasileiras, devido ao desprestígio que seus ideais passaram a sofrer, preferiram se classificar como uma vertente posicionada ao centro político, rompendo-se e formando vários partidos dentre os quais se destacam o Partido Democrático Social (PDS), Partido de Frente Liberal (PFL), atual Democratas, e Partido Democrático Brasileiro (PMDB), tornando-se defensores da liberação econômica - ‘neoliberais’ (KAYSEL, 2015:72). Partindo dessa colocação, percebe-se que o fator que agrega essas direitas a uma ‘nova’ definição é a presença do neoliberalismo e a desvinculação com os regimes ditatoriais.

Durante 2015 e 2016, as ruas do Brasil foram tomadas por uma onda de protestos que tinham como principal bandeira fazer oposição ao governo federal. Pablo Ortellado e Esther Solano (2016) em pesquisa realizada durante as manifestações na Avenida Paulista constataram que apesar da diferença de orientação política entre os protestos de 2013 (mais à esquerda) e os realizados nos anos seguintes (mais a direita), ambos apresentaram a mesma característica no que concerne ao descontentamento com a conjuntura política brasileira, seja ela de esquerda ou direita, ou seja, os manifestantes apresentavam desconfiança quanto aos partidos políticos brasileiros. Desse modo, o principal alvo das reivindicações era o governo petista, mas, os partidos de oposição também foram criticados.

Quando questionados sobre a quem deveria ser entregue a administração do país, os pesquisadores constataram que uma parte dos manifestantes concordava que o poder deveria ser entregue a um juiz honesto ou a alguém fora do jogo político, enquanto outro grupo preferia que fosse entregue a um novo presidente mediante consulta popular e, uma maioria significativa rejeitava a passagem do poder aos militares. Outro ponto que também é interessante destacar refere-se à questão da gratuidade e melhoria dos serviços de saúde, educação e transporte, incumbências amplamente defendidas em 2013, pois ficou comprovado que 90% dos entrevistados concordavam total ou parcialmente com a gratuidade desses serviços. (ORTELLADO, SOLANO. 2016).

Diante dessas questões, percebe-se que há no Brasil um grande descontentamento em relação ao governo vigente, mas não existe uma nova direita em ascensão, muito pelo contrário, seus ideais neoconservadores continuam os mesmos. E, na ausência de mobilização

das esquerdas, que não foram capazes de dar orientação as reivindicações levantadas em 2013, e nem de se articular frente às manifestações atuais, os grupos liberais e conservadores se aproveitaram do momento para passar a ideia de ascensão e moldar politicamente a insatisfação popular que acabou favorecendo o processo de impeachment e afastamento da Presidente da República.

## II. TERRORISMO NUNCA MAIS (TERNUMA): “A FARDA NÃO ABAFA O CIDADÃO NO PEITO DO SOLDADO”

Durante a década de 1990, sob a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram aprovadas algumas medidas consideradas importantes para o processo de reparação aos perseguidos políticos durante a ditadura civil-militar, dentre as quais se destaca a Lei N.º 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que possibilitou a criação de Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, responsável pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado por mortes e desaparecimentos, a localização de restos mortais e, além disso, também concedeu reparação econômica aos familiares pelas desapareições relacionadas ao contexto político<sup>12</sup>. Atrelado a essas medidas do governo federal estavam as ações do grupo *Tortura Nunca Mais* que ganhou destaque na busca por justiça relativa às violações cometidas por alguns agentes do Estado autoritário.

Nesse contexto, surgiu em 1998 o grupo *Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA)*, criado por civis e alguns militares da reserva, em resposta as ações da entidade *Tortura Nunca Mais* e às medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação à política de transição. A escolha do nome do grupo não foi feita por acaso, “Terrorismo Nunca Mais” faz alusão às ações das esquerdas durante o período ditatorial, denominada pelos participantes do *TERNUMA* como ‘terroristas’.

Em seu discurso, a entidade afirma que foi criada com a finalidade de mostrar ao povo brasileiro a “verdadeira história da revolução de 1964”. Em seu estatuto elaborado em 2011, denomina-se uma instituição não governamental (ONG) com sede em Brasília e estabelece como objetivos: esclarecer e denunciar os atos políticos realizados pelos terroristas (as esquerdas) durante ditadura com a finalidade de extinguir os privilégios concedidos; combater ideologias que ameacem os princípios democráticos; promover e incentivar manifestações patrióticas e a discussão de assuntos nacionais; apoiar e assegurar às vítimas e familiares dos

---

<sup>12</sup> BRASIL, Lei N.º 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9140compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140compilada.htm)>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

atos cometidos pelos ditos ‘terroristas’ e ‘estimular a criação de regionais do *TERNUMA* em todo o território nacional’”.<sup>13</sup>

A estrutura organizacional do grupo subdivide-se em sócios fundadores, efetivos e colaboradores. Os efetivos são as pessoas físicas admitidas no quadro social da entidade e os seus colaboradores são pessoas físicas ou jurídicas que têm a função de colaborar com o grupo, inclusive através de doações financeiras. Há toda uma hierarquia na composição do *TERNUMA*, novos sócios somente serão admitidos se forem indicados por outros e após estudo e aprovação da diretoria. Apenas os sócios fundadores e efetivos poderão votar e ocupar cargos dentro da entidade. Os órgãos gestores são a assembleia geral, diretoria executiva e conselho fiscal. O primeiro corresponde à unidade máxima do *TERNUMA*, realizada uma vez por ano, mais precisamente em março, mês do aniversário da ‘revolução de 1964’.

O site do grupo *Terrorismo Nunca Mais* (<http://www.ternuma.com.br>) foi criado em meados dos anos 2000 e atualmente se auto intitula *TV TERNUMA*. O site foi concebido a partir da análise de temas sobre a política brasileira atual, corrupção, Comissão da Verdade, política externa e o golpe civil-militar de 1964 defendido como a “revolução de 1964”. No endereço eletrônico disponibilizam artigos, imagens e vídeos sobre essas temáticas. Quase sempre se consideram apartidários, ou seja, não estão vinculados a nenhum partido político. No entanto, as postagens presentes na página são de cunho político e a favor da ordem capitalista e do autoritarismo. Posicionam-se contrários à atuação das esquerdas, ao atual governo brasileiro e a favor do movimento militar de 1964.

---

<sup>13</sup> O estatuto do grupo foi registrado em Brasília e o documento pode ser encontrado na página do *TERNUMA*, disponível em :<<http://www.ternuma.com.br/index.php/nosso-estatuto>>. Acesso em 10 de outubro de 2013.





Figura1: Página inicial do site TV TERNUMA. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br>>. Acesso em 10 de abril de 2014.

Ao acessar o *site*, percebem-se alguns símbolos que claramente divulgam a ideologia defendida pelo grupo. A direita da página inicial, no canto superior, há uma imagem da bandeira do Brasil, isso significa a defesa do nacionalismo, da ideia de patriotismo. Bem ao centro está a imagem dos presidentes militares, juntamente com a figura dos membros participantes da entidade com a seguinte legenda: “Ontem, hoje e sempre. Salve o 31 de março”. Através dessa ilustração, o *TERNUMA* enfatiza seu ideal saudosista em defesa da “revolução de 64” afirmando que para eles as convicções defendidas pelo movimento militar dos anos 60 ainda permanecem vivas.

No canto esquerdo da página é possível visualizar a insígnia do grupo, representada por uma pomba branca que paira sobre o mapa do país nas cores da bandeira. Essa pomba simboliza os princípios cristãos, trazendo consigo o imaginário de esperança, paz, e também mensageira de boas notícias. Dessa forma, a pomba seria a prefiguração do *TERNUMA* que mediante suas ações contribuem para a manutenção da paz no Brasil. Essa simbologia que está presente no *site* serve para reforçar os princípios conservadores defendidos pela entidade.

*TV TERNUMA* conta com mais de mil artigos em constante expansão e atualização além de outras informações postadas semanalmente, como vídeos, áudios e imagens. Os artigos presentes no *site* são compartilhados de outras *páginas* como *blogs* e *sites* de notícias com orientação de direita ou não. Como também são textos escritos por militares e civis filiados ao grupo. Para a construção do arcabouço teórico-metodológico dessa pesquisa, optou-se por uma análise qualitativa desse material que foi agrupado em três temáticas, a saber: 1- “Revolução de 1964”; 2 - ações da esquerda; e 3 – Lei da Anistia de 1979 e Políticas Públicas de Memória realizadas pelos governos recentes do Brasil, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT), uma vez que os responsáveis por esse *site* se colocam abertamente contrários ao mesmo.

Essas temáticas foram selecionadas devido aos debates que se travam atualmente acerca delas, ou seja, são discussões que têm gerado polêmicas no contexto da sociedade brasileira atual. Nesse sentido, buscou-se fazer a análise de discurso a partir da observação dos artigos e informações defendidas pelo *sítio* acerca dessas questões, na tentativa de compreender o objetivo principal dessa entidade em manter uma página na *WEB* para divulgar ideias favoráveis ao militarismo e ao pensamento conservador, assim como a opinião desse grupo sobre esses temas.

Na página inicial desse *site* estão os *links* de apresentação do grupo, estatuto da organização, área para se cadastrar na entidade e para fazer doações. Também há os *links*: *Memorial 31 de março*, que disponibiliza uma lista com os nomes daqueles que sofreram violações realizadas pela esquerda radical durante os anos 60 e 70 e, *Onde eles estão (?)*, referindo-se aos militantes de esquerda que atuaram durante o período da ditadura. O intuito no referido espaço é disponibilizar fichas com nomes, profissões, partidos e trajetórias políticas dos membros das esquerdas ou opositores, desde o período ditatorial até os dias atuais.

Em seguida, encontra-se o *link: Revanchismo*, que disponibiliza alguns artigos centrados nas ações consideradas ‘revanchistas’ das esquerdas contra os militares. A temática do – *Justiçamento* - rendeu-lhes outro *link* referente à atuação política dos considerados subversivos. “O justiçamento foi empregado para assassinar os próprios comunistas considerados traidores e os seus inimigos, os integrantes das forças legais de segurança e todos aqueles que com elas colaboravam.”<sup>14</sup> Ademais, os *links Baú da verdade, Contraponto e Para Meditar*, foram elaborados com o mesmo objetivo de mostrar a ‘verdadeira’ versão dos fatos ocorridos durante a Ditadura.

A pesar do vasto acervo disponibilizado na *página*, as temáticas discutidas pelo *TV TERNUMA*, em sua maioria, circundam em torno da questão do movimento militar de 1964 e as práticas memorialísticas dos governos pós-ditadura. Além dessas abordagens, o *site* também analisa temas da situação política atual do Brasil, através disso o *TV TERNUMA* procura deixar claro sua ideologia de oposição às ações do governo petista.

Com o “*Baú da verdade*”, o *site* se propõe a mostrar ‘algumas verdades’ sobre os fatos ocorridos durante a ditadura. Traz como texto de abertura o seguinte enunciado: “a mentira, travestida de verdade, sempre foi a maior arma da esquerda”, afirmando que a mesma sempre respaldou as ações da esquerda, desde os fatos ocorridos na Rússia até as ações no Brasil, e que a juventude brasileira está influenciada pela ideologia dos grupos de esquerda que, de todas as formas, e particularmente pela educação, inverte e distorce os fatos reescrevendo a história de acordo com a ótica ‘revanchista’.

Para o *sítio*, o *Baú da verdade* tem como objetivo mostrar a realidade que é escondida ao jovem e à nação brasileira. “A história foi reescrita pela falaciosa propaganda desenvolvida pela esquerda brasileira, que de maneira messiânica, segundo os padrões de Antônio Gramsci, colocou os ‘bandidos’ no lugar de ‘mocinhos’”<sup>15</sup>. Os padrões gramscinianos citados no texto referem-se ao pensamento marxista que sustenta muitos dos ideais e utopias presentes nas esquerdas brasileiras. O *TERNUMA* utiliza o desprestígio sofrido pelas ideologias socialistas para desmoralizar as ações realizadas pelas esquerdas no Brasil, e esse pensamento, observado no interior do *site*, consiste numa das principais ações da direita golpista.

---

<sup>14</sup> TV TERNUMA. Justiçamentos. Disponível em: < <http://www.ternuma.com.br/index.php/justicamentos>>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

<sup>15</sup> O texto encontra-se na parte final do link *Baú da verdade*, e abaixo dele são listados alguns artigos que pretendem falar a “verdade dos fatos”, como “os norte-americanos não tramaram a contrarrevolução de 31 de Março de 1964” e “UNE: organização-pelego, de Getúlio a Lula.

Antônio Gramsci foi escritor e político, fundador e dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), preso durante o golpe dado por Benito Mussoline na Itália, nas vésperas da Segunda Guerra Mundial. Dentro do cárcere, o autor escreveu seu conjunto de obras denominado “Cadernos do Cárcere”, no qual propôs uma revisão do marxismo, e escreveu sobre temas variados como linguística, crítica literária, história italiana, papel dos intelectuais e sobre teoria política.

De acordo com Gildo Marçal Brandão (2007), Gramsci foi influente no Brasil a partir dos anos 70 e seu pensamento foi relevante para a construção da esquerda que buscava lutar contra a ditadura a partir da defesa da democracia. Partindo dessa colocação do pesquisador, percebe-se que o pensamento gramisciniano estava presente em uma parte da esquerda brasileira, aquela formada pelo Partido Comunista Brasileiro. Entre as décadas de 80 e 90 as ideias do teórico passaram a exercer influência também sobre as obras de cunho acadêmico.

Gramsci sempre se recusou de separar a política da sociologia, da economia, da cultura. Ele sempre pensou globalmente. Hoje, as ciências sociais são muito fragmentadas e segmentadas. Então, batia de frente com isso. Apesar de ser um marxista, e ser contra de qualquer tipo de elitismo, ele sempre achou que as ciências sociais tinham que estudar e abarcar um conjunto de atividades, pelos quais as classes dirigentes não só mantêm como justificam seu domínio e tentam obter o consentimento passivo dos governados. Para ele, o problema político central era superar a divisão entre governantes e governados, isto é, transformar os governados, que constituem a classe subalterna, em capazes de serem governantes. Por isso, ele acreditava que não bastava vencer; era necessário convencer. Era possível que um grupo político, mesmo sem estar no poder, podia se transformar numa classe dirigente da sociedade, desde que soubesse transformar os seus interesses em interesses universais desta sociedade. Por esse caminho, Gramsci cunhou a razão da hegemonia, que é fundamental para as ciências políticas. Essa ideia de hegemonia, ao meu ver, é a principal contribuição que ele deu às ciências sociais. (BRANDÃO, 2007).

O *site* afirma que mesmo após o decreto da Lei de anistia, que permitiu a volta dos ‘comunistas’ ao país, assim como a sua integração na vida política, muitos deles ainda hoje perseguem os que defenderam a ‘revolução’. Essa ação praticada pela esquerda é intitulada pelo *site* de *revanchismo*. No final da mesma, há uma lista nomeada de “*Lista de Verdades Históricas*” e neste espaço são postados alguns materiais, pequenos textos e artigos que têm como objetivo desmentir determinadas versões da esquerda.

## 1. “REVOLUÇÃO DE 1964”: IDEIAS, ATUAÇÃO POLÍTICA E PERSONAGENS

Durante o cinquentenário do golpe civil-militar de 1964 o *site* postou vários artigos em comemoração ao movimento além de outras atividades como a celebração de uma missa. Os artigos disponibilizados nesse *sítio* sobre a temática da ‘revolução de 64’ apresentam, em geral, a mesma ideologia, colocando-se em defesa das ações dos militares que tomaram o poder durante os anos de 1960 e, em contrapartida, acusando as esquerdas de ‘deturparem’ a versão dos fatos.

Desse universo de informações apresentadas pelo *TV TERNUMA* destacaram-se alguns artigos reveladores de sua ideologia político-militar. O texto intitulado “O regime militar alcançou todos os objetivos do Movimento de 1964? (2014)” foi escrito pelo General da Brigada do Exército Paulo Chagas<sup>16</sup>, atual presidente do grupo *TERNUMA*. Para Paulo Chagas, o primeiro objetivo dos militares na tomada de poder em 1964 foi manter a democracia, visto que o mundo estava polarizado entre democratas (capitalistas) e comunistas. De acordo com ele, estes já estavam no governo brasileiro, faltando-lhes apenas o poder que seria obtido através de um golpe. Argumenta que os comunistas, embora em minoria, estavam organizados e atuantes já se preparando para a tomada de poder. “A imensa maioria da sociedade condenava a baderna que se instalava no País e temia a “cubanização”, em consequência acolheu com alegria e ufanismo a iniciativa dos militares, o que ficou largamente registrado nas manchetes dos jornais da época”<sup>17</sup>.

Segundo o Gen. Paulo Chagas, mesmo frustradas as esquerdas colocaram em prática o ‘plano B’, que seria efetivado através da luta armada objetivando a tomada do poder das mãos dos militares. Ele pontua que as ações terroristas da esquerda armada tiveram início desde cedo e logo se intensificaram na medida em que se obtinha ‘sucesso’, como no caso da explosão de uma bomba no Aeroporto Internacional de Guararapes em Recife.

O artefato explodiu no saguão do aeroporto na manhã do dia 25 de julho de 1966 deixando o saldo de duas mortes e alguns feridos. O almirante da reserva, Nelson Gomes

---

<sup>16</sup> Paulo Chagas nasceu no Rio de Janeiro e atualmente mora em Brasília. Atuou na Academia Militar das Agulhas Negras e trabalhou no 1º Regimento da Cavalaria de Guardas.

<sup>17</sup> CHAGAS, Paulo. O regime militar alcançou todos os objetivos do movimento de 1964? *TV TERNUMA*. 2014. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1893-o-regime-militar-alcancou-todos-os-objetivos-do-movimento-de-1964-pchagas>>. Acesso em 10 de abril de 2014.

Fernandes e o jornalista e secretário do governo Edson Régis de Carvalho morreram na hora e outras 14 pessoas saíram feridas. O atentado ocorreu no dia da chegada do candidato à Presidência da República, general Arthur da Costa e Silva à cidade, e pretendia atingi-lo, porém, o militar acabou escapando, pois havia desembarcado na Paraíba<sup>18</sup>. Paulo Chagas argumenta que foram as ações ‘terroristas’ da esquerda radical que ‘obrigou’ o governo a ‘endurecer’ o regime.

O dirigente do *TV TERNUMA* defende que os conflitos armados desencadearam excessos de ambos os lados e mesmo assim a censura não impediu manifestações e muito menos interferiu na ação da justiça. Afirma ainda que durante os anos de ditadura o rigor no comprimento das leis e a ordem instaurada permitiu um ambiente de segurança e otimismo que possibilitou o crescimento do país. Para Paulo Chagas, o regime durou mais que o previsto devido às ações dos ‘terroristas’ (grupos de esquerda). No entanto, diz ser lícito afirmar que o regime “alcançou seus objetivos, particularmente o principal, que seria a preservação da democracia. E a melhor prova disso seria o fato de a esquerda estar no poder atualmente, sendo eleitos de forma democrática devido à ação dos militares durante os anos 60”(Ibidem, s/p).

O texto “31 de março de 1964 - Uma data a ser lembrada” (2014)<sup>19</sup>, escrito pelo General Pedro Luis de Araujo Braga<sup>20</sup>, também homenageia os 50 anos da ‘revolução de 1964’ afirmando que o ‘movimento cívico militar’ ou a ‘Revolução Democrática’ salvou o Brasil de um caos. Ele conclui dizendo,

O Brasil, que nasceu sob a sombra da cruz e que, como diz o cançãoeiro popular, “é bonito por natureza e abençoado por Deus”, será sempre uma nação cristã, fraterna e acolhedora, amante da paz, livre e democrata. Jamais será dominada pelos comunistas, mesmo que isto custe a vida de muitos. É o nosso compromisso!

---

<sup>18</sup> Comissão da Verdade Apresenta Documentos Oficiais Sobre Autoria da Bomba no Aeroporto dos Guararapes. *Diário de Pernambuco*. 2013. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/12/06/interna\\_politica,478056/comissao-da-verdade-apresenta-documentos-oficiais-sobre-autoria-da-bomba-no-aeroporto-dos-guararapes.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/12/06/interna_politica,478056/comissao-da-verdade-apresenta-documentos-oficiais-sobre-autoria-da-bomba-no-aeroporto-dos-guararapes.shtml)>. Acesso em 10 de junho de 2015.

<sup>19</sup> BRAGA. Pedro Luis de Araujo. 31 de Março de 1964 – Uma data a ser lembrada. *TV TERNUMA*. 2014. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1872-31-de-marco-de-1964-gen-braga-sensaciona>>. Acessado em 01 de abril de 2014.

<sup>20</sup> Pedro Luis de Araujo Braga é General Reformado do Exército e presidente do Conselho deliberativo do Clube Militar.

O General prossegue narrando que os vencidos, nesse caso a esquerda brasileira, que recebeu a anistia oferecida pelos militares, hoje rotulam o movimento de ‘golpe militar’ e de ditadura militar. O General ainda acusa a mídia “que não tem compromisso com a verdade” porque manipula e deturpa a história da ‘revolução’ que não foi uma ditadura, pois os presidentes foram eleitos por meio do voto indireto no Congresso e muitos países democráticos adotam esta forma de governo, como também, naquela época, os jornais de oposição circulavam livremente, como o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, que foi distribuído sem censura do governo. Gen. Braga prossegue reforçando o discurso situacionista ao argumentar que o Brasil estava em estado crítico antes de 1964 e que a nação pediu a “vitoriosa intervenção militar” que instaurou um novo regime “sem derramamento de sangue”, diferente dos demais países com regime comunista.

Eram greves em atividades essenciais, desabastecimento, inflação galopante, comícios ameaçadores, serviços públicos em crise, as intimidações da CGT. E a Nação, cuja voz era a voz de Deus, aflita, temerosa, apelou para suas Forças Armadas – povo fardado que sempre, ao longo dos tempos, estiveram a seu lado, pois nunca foram intrusas na História Pátria. Como bem escreveu o lendário Osório, “a farda não abafa o cidadão no peito do soldado”. Sempre é bom lembrar a extraordinária “Marcha com Deus e a Família pela Liberdade”, que congregou, em passeata cívica e ordeira, um número incontável e inimaginável de bons brasileiros, de iniciativa e coordenação de Senhoras da sociedade. (BRAGA, 2014).

O *Correio da Manhã* apresenta uma característica peculiar em relação à Ditadura Militar, pois, teve participação intensa no processo de deposição de João Goulart e após a decretação do Golpe de 1964 o jornal passou para oposição. A imprensa teve um papel importante na derrubada de João Goulart do poder. "Os grandes jornais de cada capital atuaram como incentivadores e árbitros. Um dos mais ferrenhos estimuladores do golpe foi o jornal carioca *Correio da Manhã*, que rapidamente perceberia o erro e passará a oposição, perecendo durante o regime militar". (SILVA, 2014: 32).

O *Correio da Manhã* estava entre os jornais mais importantes e de maior circulação no Rio de Janeiro até 1950 quando foi ultrapassado pelo *Jornal do Brasil*. Ideologicamente ligado com as classes médias conservadoras e liberais, o *Correio da Manhã* fez forte oposição ao governo de João Goulart, defendendo sua deposição. No entanto, após o Golpe, tornou-se referência para os setores da esquerda. O jornal criticou as reformas de base defendidas por Goulart através do editorial *Equivoco*, que defendeu as reformas não no modelo trabalhista e

sim com caráter modernizador que possibilitaria o progresso econômico e social ao povo brasileiro.

As tensões entre o jornal e Goulart se acentuaram quando o governo criou um projeto que visava a possibilidade de monopólio estatal da importação e da distribuição de papel para os jornais e, para o *Correio da Manhã* isso sufocaria a crítica livre. Porém, o que estava por traz eram questões políticas e econômicas, pois as medidas defendidas pelo governo acarretaria na alta dos preços e aumento no custo de produção o que possibilitaria uma queda nos lucros. Em 31 de março e 1º de abril, através dos editoriais *Basta!* e *Fora!*, o jornal defendeu a deposição imediata do presidente argumentando que as medidas tomadas por Goulart estariam desrespeitando a Constituição de 1946 e as eleições de 1965.

Após o golpe civil-militar, o jornal passou para a oposição com a criação do AI-I e, apesar do apoio ao movimento militar, se colocava contra ao regime de repressão que se estabelecia no país. O *Correio Manhã* prosseguiu criticando o governo militar até 1968 quando passou a ser perseguido pelos militares. E após a retirada do apoio financeiro das empresas privadas e do poder público, em 1969, o jornal foi arrendado por novos proprietários que seguiram uma linha governista, contudo, o periódico fechara as portas em 1974. (CHAMMAS, 2011).

Em outro texto intitulado: “31 de março de 1964- Uma data a ser lembrada” o Gen. Pedro Luis de Araujo Braga continua a afirmar que os militares apenas realizaram as ordens de seus superiores na ‘defesa’ da democracia, portanto, não cabe a eles o rótulo de ‘torturadores’ atribuído pelas esquerdas, que atualmente se apresentam como ‘heroínas da nação’, sendo que o seu único interesse estariam nas ‘indenizações’ que recebem. Essas mesmas esquerdas, segundo o autor, nos tempos atuais são acusadas de ‘crimes de corrupção’. No entanto, em relação aos militares, suas obras só mostram que sempre foram ‘honestos’.

Esse texto compõe e exemplifica o vasto acervo de artigos da página virtual do grupo *Terrorismo Nunca Mais*. Além disso, é revelador das disputas de memórias entre situacionistas e opositoristas em tempos de transição democrática, bem como impressiona a forma de permanência dos princípios básicos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), principalmente no que diz respeito à bipolaridade entre os dois mundos (comunista X socialismo) e a perseguição ao ‘inimigo interno’, identificado como ‘subversivo’ ou



‘terrorista’, que hoje, mais do nunca, ocupa cargos influentes na administração pública, estando geralmente envolvido em atos de corrupção.

Em defesa dos militares no poder, o jornalista Alexandre Garcia<sup>21</sup> escreveu o texto – “31 de março, Abordagem clara, análise coerente e imparcial (2014)”. Na publicação, ele se refere aos 50 anos do golpe afirmando que as ações militares são maculadas ou deturpadas. Para o jornalista, o comunismo à maneira cubana é repressivo e autoritário e a grande verdade é que o “golpe ou revolução de 64 livrou ou talvez tenha livrado o país dessa situação”. Em relação à guerrilha, o autor delibera que respeita tal atividade, mas não apoia. E o que de fato houve foi uma “guerra suja” causada pelas esquerdas, provocadora de dualidades: vilões representados pelos militares e heróis pela esquerda militante da luta armada. Diz, ainda que não deve existir tal dualidade, mas que em uma guerra formada por lados opostos deve-se haver o respeito.

Esse respeito, entretanto. Só existiu de um lado. Porque à esquerda, amargurada pela derrota e pela pequenez moral de seus líderes nada mais fez nos anos que se seguiram, do que pisar na memória de suas Forças Armadas. E assim seguem fazendo. Jogando na lama a honra dos que tombaram por este país nos campos de batalha. E contaminando a maneira de pensar daqueles que cresceram ouvindo as tolices ditas pelos nossos comunistas. Comunistas que amam Cuba e Fidel, mas que moram nas suas coberturas e dirigem seus carrões. Bem diferente dos nossos militares, diga-se de passagem. (GARCIA, 2014).

Tal ação, para Alexandre Garcia, contribui para que os jovens não tenham respeito pelas autoridades e que os políticos que estão no poder não passem de ‘escoria’. O jornalista defende a existência da ‘imparcialidade’ mas, a todo tempo, deixa explícita sua opinião favorável às ações dos militares que estavam apenas fazendo seu trabalho. Quando ele se refere às esquerdas deixa subentendido que está fazendo uma crítica ao Partido dos Trabalhadores, definido no texto como “escoria”. Dessa maneira, fica evidente que diferente do título, o autor em todo o artigo não é imparcial, mas sim contrário às ações dos grupos de esquerda em defesa da tomada de poder por parte dos militares em 1964.

O *sítio* também traz alguns manifestos dentre os quais está uma carta feita pelo *Grupo Terrorismo Nunca Mais* em repúdio às versões sobre os fatos ocorridos em 1964.

---

<sup>21</sup> Alexandre Eggers Garcia é um jornalista, apresentador, comentarista de telejornais, colunista político e conferencista brasileiro. Atuou no Jornal do Brasil, no Fantástico e na extinta TV Manchete, e atualmente é diretor de jornalismo da TV Globo Brasília. Na Presidência da República, foi Porta-Voz do último presidente militar do Brasil, General João Batista Figueiredo. Ver Alexandre Garcia- *Memória Globo*. Disponível em:< <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/alexandre-garcia/trajetoria.htm>>. Acesso em 10 de junho de 2015.

## CARTA ABERTA AOS BRASILEIROS // TERNUMA

### CARTA ABERTA AOS BRASILEIROS

*"Estamos à beira do perigo de um governo autoritário, que vai passar por cima, como já está passando, da Constituição e das leis". (Hélio Bicudo, fundador do PT)*

O Grupo Terrorismo Nunca Mais – TERNUMA, associado ao segmento esclarecido da sociedade, solidariza-se com as Forças Armadas, em repúdio à forma falsa e ardilosa com que têm sido transmitidos à Nação os fatos que antecederam a crise política-institucional de 31 de março de 1964 e suas conseqüências para o Brasil.

O ataque à imagem dos militares parece ser pré-condição para o sucesso de uma nova tentativa de empolgar o poder pelo comunismo de sempre, agora travestido de bolivarianismo, uma mutação estranha à índole e aos costumes do povo brasileiro.

A maquinação das vulnerabilidades eleitorais democráticas não é suficiente para ocultar a intenção maquiavélica de aqui implantar um modelo massificante, que destrói a liberdade e a autonomia do indivíduo, transformando nações inteiras em prisões coletivas, como a que flagela o povo cubano e que se ensaia na Venezuela.

A dissensão ora propagada é fruto da inconformidade dos que sucumbiram em 1964, tendo adotado o terrorismo e a violência contra a sociedade, para chantagear o governo. A História mostrou que essas insanidades foram perpetradas para transformar o Brasil em uma "ditadura do proletariado". Essa constatação é acessível na literatura e até mesmo na historiografia da esquerda honesta, e na internet, para a pesquisa dos que se interessam por ela.

A isenção da imprensa e a liberdade de expressão são requisitos essenciais à liberdade. A difusão de meias verdades, financiada com dinheiro público, e o constrangimento a que são submetidas as opiniões que contraditam a propaganda oficial, são artifícios fascistas de uma cultura autoritária que explora a mídia.

Desta forma, os intolerantes buscam impor uma hegemonia facciosa a todo o povo, mascarando seus pontos de vista em conceitos "politicamente corretos". Esquecem, imprudentemente, da força moral dos brasileiros que se contrapuseram a esse jugo de escravidão no passado recente, e que perseveraram, atentos, nas trincheiras da Democracia.

Por conhecer a angústia do Soldado Brasileiro, em particular dos Comandantes nos mais altos espaços, últimos depositários dos sentimentos de seus subordinados, é que este grupo de civis e militares patriotas vem a público para manifestar sua solidariedade às Forças Armadas e denunciar a abominável campanha destrutiva com que os derrotados de ontem se têm tratado, apesar de saberem que delas dependem e que, se hoje estão no poder, o devem ao compromisso histórico dos militares para com a democracia.

Nenhuma ditadura serve para o Brasil!

Figura 2: Carta Aberta ao Povo. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1913-carta-aberta-aos-brasileiros>>. Acesso em 05 de outubro de 2014.

A carta defende que os fatos estão sendo “manipulados” pela esquerda que está no poder, nesse caso o PT. A ‘manipulação’ seria uma tentativa de o governo desacreditar as Forças Armadas perante o povo brasileiro com a finalidade de instaurar o que, segundo o *post*, seria o comunismo “travestido de bolivarianismo”<sup>22</sup>. Afirmar ainda que a esquerda levanta e deturpa a imagem militar, inconformada com a derrota de 1964, pois, queria transformar o Brasil em uma ditadura do proletário e essa mesma esquerda de hoje é responsável pela criação de uma cultura autoritária que explora a mídia difundindo ‘meias verdades’.

O TERNUMA deixa explícita sua finalidade com a criação da Carta, que seria atingir a ‘camada esclarecida’. Essa, por sua vez, seria formada por aqueles que se deixam influenciar

<sup>22</sup> Em 1999, Hugo Chávez foi eleito presidente da Venezuela, sua gestão trouxe mudanças e rupturas no esquema político e democrático venezuelano, tal ação deu forma ao processo conhecido como Revolução Bolivariana da Venezuela. Baseado numa releitura das ideias de Simón Bolívar e do Socialismo, o bolivarianismo adotado por Chávez e mais tarde por Nicolás Maduro, permitiu o fortalecimento e participação política das camadas populares, assim como a adoção de políticas de inclusão social. (SEABRA, 2010)

pelos ideais defendidos pela entidade, apoiadores da ‘revolução de 1964’ e da entidade. Dessa forma, o objetivo do manifesto é apoiar os militares defensores do golpe e denunciar a ‘perseguição’ que os mesmos vêm sofrendo mais uma vez acusando as esquerdas.

Os textos acima analisados esboçam bem a ideologia do discurso situacionista da direita defensora do golpe de 1964. Partindo da defesa da ‘revolução democrática’, o *TERNUMA* expõe suas críticas e concepções acerca da atual conjuntura política brasileira que sofre com a ‘manipulação’ de uma parte das esquerdas que está no poder. Ao mesmo tempo o grupo deixa explícita sua defesa e apoio aos militares que atuaram durante a repressão, mediante a alegação de que estavam livrando o país dos comunistas e, percebe-se nesse ponto a existência de uma militância que busca impor uma ‘verdade’ dos fatos além de propagandear os ideais defendidos durante os anos de 1960.

## 2. AÇÕES DAS ESQUERDAS: A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Na abordagem das ações dos grupos de esquerda durante a ditadura, o *TV TERNUMA* faz uma ampla exploração da questão do ‘revanchismo’ afirmando que os militares que apoiaram o golpe vivem hoje perseguidos pelas esquerdas brasileiras e que as recentes discussões sobre os crimes de torturas que envolvem a guerrilha do Araguaia, revisão da Lei de Anistia e criação da Comissão da Verdade, são resultados da ‘política revanchista’ presente no Brasil desde o momento em que as esquerdas assumiram o poder.

O enunciado de apresentação do *link* “Quem somos”, que trata da definição do *site* e seu objetivo, narra que o “início da década de 60 se caracteriza no Brasil pelo agressivo ressurgimento do movimento comunista que havia sido destruído nos idos de 1935”. Ao fazer tal afirmativa, o grupo deixa claro seu posicionamento revelando-se adeptos da ideia de que a esquerda arquitetava um golpe de estado através de suas lutas no campo, dirigidas pelas ligas camponesas e o “Grupo dos Onze”<sup>23</sup>, enquanto nas cidades se davam por meio de greves sindicais e ‘subversão hierárquica’ nas Forças Armadas, provocando instabilidade política. A sociedade por sua vez, com receio dos comunistas, exigiu uma resposta das forças armadas,

---

<sup>23</sup> O grupo dos onze foi criado por Leonel Brizola em 1963, a proposta era formar um comando organizado pelo povo que teria como objetivo defesa das conquistas democráticas, reformas de base e libertação da espoliação internacional, estima-se que 24 mil grupos se formaram por todo o país. (FERREIRA, 2004 s/p)

que mobilizaram e desencadearam a “revolução de 31 de março”, dando um basta ao ‘caos social’ vivido pelo país naquele momento.

De acordo com alguns autores de textos postados no *site*, o principal alvo dos ‘revanchistas’ foi a denúncia da repressão à guerrilha do Araguaia, ocorrida na região conhecida como Bico do Papagaio à esquerda do rio Araguaia, no sul do estado do Pará. O movimento teve início em meados em 1967 com a chegada dos primeiros guerrilheiros, militantes do PC do B (Partido Comunista do Brasil), e teve fim em 1974 com a caça e a morte dos últimos atuantes.

A guerrilha do Araguaia foi inspirada na guerra popular que desencadeou a Revolução Chinesa de 1949. Mergulhados na ideologia de ‘guerra popular prolongada’, tinha por objetivo criar uma base de guerrilha rural em que houvesse a participação dos camponeses no processo revolucionário e instaurar uma democracia popular no Brasil. Depois de serem descobertos, os militantes passaram a enfrentar os militares em pequenos combates nos quais foram estabelecidas algumas vitórias. No entanto, o Exército voltou à região com número maior de soldados especializados sufocando a guerrilha que, em 1973 já estava destruída, contudo, os militares permaneceram fazendo operações no Araguaia até 1974. (NAPOLITANO, 2014: 126).

As forças de segurança do Estado exerceram forte repressão sobre a guerrilha que terminou com todos os seus membros mortos ou desaparecidos. Estima-se que entre militantes e camponeses envolvidos haviam cerca de 90 pessoas que formavam o grupo de guerrilheiros, quantos aos militares, “ estiveram envolvidos aproximadamente 4.000 agentes do Exército, Aeronáutica e Marinha. Durante as campanhas, ocorreram inumeráveis detenções arbitrárias, torturas, execuções e desaparecimentos forçados”. (KRSTICEVIC, AFFONSO, 2011:361). Para Rodrigo Corrêa Peixoto (2011), a maior dimensão da guerrilha, em meio ao cenário brasileiro, seria o massacre promovido pelo Estado através das torturas de camponeses e militantes, assim como a execução de prisioneiros e rendidos, fatos que demonstram a clara violação dos direitos humanos. Após o período ditatorial foram abertas as Comissões, processos que almejaram apurar os crimes cometidos durante a guerrilha. Nos dias atuais, pouco foi realizado para que se houvesse justiça pelas atrocidades cometidas.

Foram selecionados três artigos presentes no *TV TERNUMA* que explicitam de maneira clara a ideia do grupo em relação à guerrilha. O primeiro, intitulado “A testemunha”

(2013), inicia com o seguinte enunciado: “A esquerda tem memória de elefante e fúria de mulher rejeitada”, o excerto se refere às ações de grupos de esquerda no Brasil atual, que clamam por justiça aos crimes praticados por alguns militares durante a ditadura civil militar. Esse texto, de autoria desconhecida, refere-se ao caso do coronel da reserva da Força Área Brasileira, Pedro Corrêa Cabral<sup>24</sup>, testemunha convocada para depor na Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em maio de 2001, sobre a guerrilha do Araguaia. Para os defensores da ditadura essas atitudes não passam de ‘revanchismo’.

O texto supracitado afirma que o *Grupo Tortura Nunca Mais* está por trás do processo e que a testemunha foi escolhida criteriosamente pelos ‘selecionadores revanchistas’. Alega que esse episódio foi noticiado pela mídia, que tem contribuído com muitas matérias contra os militares. Segundo o grupo *TERNUMA*, essa produção jornalística corresponde aos interesses das propostas de petistas presentes na Comissão de Direitos Humanos. O *site* informa que Pedro Cabral envolveu-se em um acidente, no final da década de 1960, que vitimou duas crianças deixando uma deficiente.

Em 02 de janeiro de 1969, o 2º Tenente Aviador, Pedro Corrêa Cabral, decolou na aeronave T6-1470 da Base Aérea de Natal, RN, para realizar um voo de manutenção. Ao invés de seguir as normas convencionais previstas, desviou a aeronave que pilotava para a cidade de Maranguape, RN, passando a realizar voos à baixa altitude sobre o rio Maranguape, onde muitas pessoas, adultos e crianças, tomavam banho ou estavam nas margens. Sua imprudência e imperícia foram tamanhas que baixou demais o aparelho, atingindo 3 (três) menores, matando dois (2): Rosendo Marcelino da Silva, com 14 anos, esquartejado; Elizabete Nascimento Oliveira, com 11 anos, degolada; e ferindo, gravemente, uma terceira, Veridiano Alcântara, com 15 anos, com a coluna quebrada e que viveu aleijado, até os 32 anos, quando veio a falecer. Pelos crimes cometidos foi condenado, pelo Conselho Especial de Justiça da 7ª Região Militar, em 10/06/1969, a pena de um ano e dois meses de prisão. Pena leve, para o crime cometido, como é comum neste país, até hoje. Recorreu da sentença, tendo os Ministros do Superior Tribunal Militar negado provimento às apelações do Ministério Público e do réu, em 26/09/1969. (TV TERNUMA, 2013).

Ao trazer à tona tal fato, o *sítio* pretende mostrar ao leitor que as delações do Coronel, que participou de ações militares no Araguaia, não possuem nenhuma credibilidade, visto que ele foi condenado pelas mortes causadas nesse acidente, como também havia ‘mentido’ sobre

---

<sup>24</sup> Pedro Corrêa Cabral publicou o livro *Xambioá, Guerrilha do Araguaia* (1993- Rio de Janeiro. Record). O piloto alegou ter participado das chamadas “operações limpezas”, transportando corpos para serem queimados na Serra das Andorinhas. Ver: PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Pará, Ciências Humanas, 2011.

esses fatos em reportagem à revista *Veja*<sup>25</sup>. Além disso, ele relatou que quando chegou ao lugar onde teria visto atrocidades feitas por militares contra guerrilheiros do Araguaia, teria tido um súbito ‘branco’ e se esqueceu de tudo.

Nessa entrevista, Pedro Correa Cabral não teria se desmemoriado quanto do local em que viu os corpos serem queimados, lugar esse, segundo ele, que ficaria na Serra das Andorinhas, mas, com o passar dos anos, é provável que o local tivesse mudado de aparência. No decorrer do texto foi descrevendo os fatos que desmentem suas ações recorrendo à diferença das datas fornecidas. Para isso, confirma utilizando os dados do PC do B de que não houve mortes até meados de 1974: “Como data limite de baixas ocorridas, pela deficiência de dados do PC do B, podemos, talvez, chegar até agosto ou setembro de 1974”<sup>26</sup>. Pedro Correia só recebeu a qualificação de 2º piloto de helicóptero em 10/ 11/ 1974, ou seja, somente chegou à região após 1974 quando a guerrilha já teria acabado. Esse artigo demonstra a forma como o grupo do *site* atua procurando desqualificar os discursos de ex-combatentes que assumem envolvimento nos crimes da repressão.

Outro artigo postado no site refere-se ao desfecho do caso citado acima. Intitulado: “Um caso para analisar.... “Os procuradores de ossos”” (2013). Também de autor desconhecido, o escrito defende que a reabertura do caso Araguaia não deu em nada, pois, novamente houve a participação da mídia, ‘manipulada pelos revanchistas’ que escolheram a *Folha de S. Paulo*, nos dias 24 e 25 de maio e 25 e 26 de julho, e *Jornal do Brasil*, do dia 27 de julho de 2001 para divulgar seus comentários. Essas datas, segundo o autor, são símbolos das comemorações socialistas que se espelham no aniversário da ‘Revolução Cubana’ e se dizem ‘amantes’ dos ‘Direitos Humanos- Marxista Leninista’.

O autor do texto faz crítica aos advogados que buscam a apuração dos crimes cometidos durante a guerrilha, pois, de acordo com o *TV TERNUMA*, não houve crime, uma vez que os militantes que lutaram nesse período tinham formação e preparo para guerrilha. No decorrer do texto, descreve as ações conjuntas dos advogados, imprensa e partidos políticos

---

<sup>25</sup> GAMA, Reginaldo. O Fim da guerra no fim do mundo. Um coronel da Aeronáutica revela como foram terríveis e sangrentos os últimos dias da guerrilha do Araguaia. *Revista Veja*, Xambioá, 13 de outubro de 1993.

<sup>26</sup> A Testemunha. TV TERNUMA. 2013 Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/revanchismo/14-revanchismo/7-a-testemunha>> Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

que ‘manipulam os fatos’, para repassar à população informações consideradas pelos militares como ‘mitos’ inventados pelas esquerdas.

Diante desses argumentos, percebe-se que o *Grupo Terrorismo Nunca mais* procura mostrar, com a divulgação dos artigos acima citados, que os fatos apurados sobre a guerrilha do Araguaia não são verdadeiros e não passam de *revanchismo*. Para eles, as versões das esquerdas são manipuladoras e visam enganar a sociedade brasileira.

No que diz respeito às ações da Justiça e do Estado brasileiro em relação às violações cometidas durante a guerrilha, fica evidente que ainda há muito para realizar. Em 1982, devido ao silêncio do governo em relação ao que havia acontecido na região do Araguaia, os familiares dos desaparecidos entraram com uma ação (Julia Gomes Lund e outros vs. União Federal) perante a Justiça Federal Brasileira, cobrando do Estado informações sobre o paradeiro dos desaparecidos e também a localização e entrega dos restos mortais, caso não estivessem vivos. Em 1995, devido ao andamento do processo, os familiares representados pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional, juntamente com o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos de São Paulo, enviaram uma denúncia contra o Estado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o trâmite do caso junto à CIDH durou 13 anos.

Somente em 2009 o Brasil foi considerado pela Corte responsável pelos crimes de detenção arbitrária, tortura e desaparecimentos forçados dos perseguidos políticos. (KRSTICEVIC e AFFONSO, 2011-b: 363-365). Na ocasião, a Corte também considerou que a aplicação da Lei de Anistia aos agentes do Estado viola a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, pois impede as investigações e o julgamento dos responsáveis. Dessa forma, o Brasil foi sentenciado a investigar e esclarecer os fatos ocorridos durante a guerrilha, bem como responsabilizar os envolvidos além de estabelecer indenizações e criar uma Comissão da Verdade.<sup>27</sup>

Ao analisarmos a história do Brasil fica evidente que as violências perpetradas pelos agentes do Estado são práticas realizadas desde a Primeira República e foram institucionalizadas na ditadura civil-militar, resultando em varias mortes e desaparecimentos como foi no caso do Araguaia. Portanto, é dever do Estado, mediante a transição política,

---

<sup>27</sup>. Ver : Caso Gomes Lund (Guerrillado Araguaia) Vs. Brasil. Sentença de 24 de novembro de 2014. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf)>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

esclarecer os crimes cometidos durante o período de repressão buscando estabelecer o acesso à verdade, justiça e reparação, porém, no que diz respeito à situação brasileira, há um considerável atraso no cumprimento desses deveres, pois, as violações cometidas por alguns agentes da repressão permanecem sem esclarecimentos através do pacto estabelecido pela criação Lei de Anistia.

### 3. LEI DA ANISTIA DE 1979 E POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEMÓRIA

A equipe do *TV TERNUMA* considera que a Lei de Anistia de 1979 (nº 6.683) permitiu o regresso e possibilitou que os comunistas, apesar de suas ações ‘terroristas’, ocupassem posições nos diversos escalões da República, transformando-se de ‘criminosos’ em ‘heróis’ e, de ‘terroristas’ em ‘idealistas políticos’. Comparam ainda o comunista com terrorista, afirmando que tal procedimento é politicamente correto, pois, a atual democracia brasileira não está respaldada pela lei, mas pela impunidade através da ‘falsa política dos direitos humanos’ que acoberta as “ações criminosas dos bandidos, dos sem cidadania, dos sem-terra, dos sem teto e dos sem pátria”. Desta forma, o grupo afirma mais uma vez o seu objetivo de contar a ‘verdadeira’ história da ‘revolução’ de 1964: “Este site, que passo a passo irá contar a versão daqueles que derrotaram a luta armada no Brasil, servirá como ponto de referência para as novas gerações. Toda moeda tem duas faces. Está na hora de conhecerem à outra”.<sup>28</sup>

No artigo - “Um basta à hipocrisia e ao revanchismo” (2013), do colaborador Walter Luiz Ferreira<sup>29</sup>, que se propõe a dar fim ao clima de ‘revanchismo’ que existe no país devido à criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e ao debate pela revogação da Lei de Anistia, acaba por defender que os dois lados sejam investigados. O texto foi escrito no período em que se estava organizando a Comissão Nacional da Verdade e uma possível revisão da Lei nº 6.683. Segundo Walter Ferreira, os ataques ao movimento militar de 1964 cresceram desde que a esquerda assumiu o poder e os militares, por sua vez, permanecem em silêncio.

<sup>28</sup> Apresentação do Grupo Terrorismo Nunca Mais. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em fevereiro de 2015.

<sup>29</sup> Walter Luiz Ferreira é técnico em segurança pública, e um colaborador do site.



Desde que a esquerda brasileira chegou ao poder, os ataques ao regime militar vem crescendo e curiosamente nada tem se ouvido em sua defesa por parte de nenhuma esfera da sociedade brasileira. Até mesmo os militares se calam diante das provocações e seguidas tentativas de investigar e punir seus integrantes, que segundo a história ainda recente, só tomou o poder em 64 por clamor da população e para defender nossa "democracia" diante do terror bolchevista que nos ameaçava. (FERREIRA, 2015).

Quando ele se refere a essa ‘esquerda’ que assumiu o poder, fica explícito que diz respeito ao governo do PT, considerado pelo *TV TERNUMA* como um partido radical de esquerda que busca a instauração do regime comunista no país. Para Walter Ferreira, o ‘silêncio dos militares’ fortalece a versão contada pelos denominados ‘terroristas’, que agora são ‘donos do poder’. Ao tecer sua opinião sobre anistia, Ferreira afirma que os militares resolveram anistiar todos os envolvidos, mas, se houver revisão, que todas as versões sejam investigadas.

Não é salutar para o Brasil de hoje e nem ao seu povo, abrir novamente velhas feridas, investigando punindo quem já foi perdoado. “Mas se realmente for esta for à intenção e o anseio da maioria da população e não apenas de algumas pessoas “mal intencionadas” (esquerda)”. Então que seja tornada sem efeito a lei e que os indenizados devolvam o que receberam dos cofres públicos “e se investigue de fato, punindo exemplarmente todos os envolvidos de ambos os lados deste conflito para que jamais se repita tal fato em nossa história”. (Ibidem, s/p)

O também artigo postado no *TV TERNUMA*, de autoria do professor de filosofia da UFRGS, Denis Lerrer Rosenfield<sup>30</sup>, faz parte das discussões em torno dos 50 anos do Golpe de 1964. Para ele, não está em pauta somente uma melhor apuração das torturas, mas também a situação da própria instituição militar. Rosenfield salienta que as narrativas históricas não devem ter escolhas ideológicas e nem descartar fatos que fazem mal. Assim, tanto a tortura como também as ações das esquerdas devem ser investigadas e não deve haver essa divisão entre ‘mocinhos’ (esquerdas) e ‘bandidos’ (direita). O pesquisador pontua que as esquerdas aparecem atualmente como as defensoras da democracia quando, na verdade, tinham o objetivo de implantar uma ‘ditadura do proletário’.

---

<sup>30</sup> ROSENFELD, Denis Lerrer. Anistia sim. *TV TERNUMA*. 2014. Disponível em : <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1918-anistia-sim-denis-lerrer-rosenfield>>. Acesso em : 05 de fevereiro de 2015

Um dos episódios mais retomados nos últimos meses como de desrespeito dos militares aos direitos humanos é o da guerrilha do Araguaia, os atores revolucionários sendo apresentados como combatentes da democracia. Ora, eles eram maoístas e seguiam as diretrizes dessa forma de marxismo asiático. Seu objetivo, claramente, consistia em criar no Brasil um Estado totalitário, aos moldes de Mao Tsé-tung. Alguns eram da linha albanesa, variante ainda mais mortífera do maoísmo. Para eles, a democracia seria “burguesa” e, portanto, deveria ser completamente destruída. Nesse sentido, o que os militares fizeram ao aniquilá-la foi simplesmente evitar que o totalitarismo maoísta se instalasse entre nós. Liberticidas tornam-se combatentes da liberdade! (ROSENFELD, 2014).

Rosenfield prossegue argumentando que a proposta de revisão da Lei de Anistia culminaria na quebra de um contrato constitucional, resultando numa ‘instabilidade emocional’ e uma ameaça à própria democracia. O ideal proposto pelo autor do texto corresponde aos interesses dos organizadores do *site* de propagar ideias políticas que desmerecem dos esforços do governo federal em sustentar políticas públicas de memória, como a criação de diversas Comissões da Verdade no país. Além disso, visa simplificar o entendimento dessas medidas quando tenta reduzir tudo ao termo ‘revanchismo’ (palavra recorrente em vários discursos dos participantes desse grupo), sob a alegação de que os oposicionistas pretendem retroceder ao passado para punir os militares vinculados ao Estado.

A Lei da Anistia foi instituída em 28 de agosto de 1979, no mandato do Presidente João Batista Figueiredo, resultante da política de abertura lenta e gradual iniciada no governo de Geisel e consolidada por Figueiredo. Desde 1975, setores políticos e da sociedade civil vinham exercendo forte pressão sob o Governo Federal para que o projeto de anistia ‘ampla, geral e irrestrita’ entrasse em vigor. Foi uma bandeira levantada pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), 78 Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Diante das pressões, os detentores do poder elaboraram um projeto de anistia pactuado que visou atender à demanda das manifestações e anistiar os próprios agentes do Estado. Com essa manobra garantiriam uma transição política sem prejuízos ou sanções para o governo. (HIRATA, SILVA, FURLAN. 2008).

Para Renato Lemos (2002) o Brasil tem tradição no campo da anistia política. A história do país está cercada de exemplos de pessoas que foram anistiadas, tanto as que se insurgiram contra um regime ou governo vigente, quanto àquelas que tentaram subverter o poder legitimamente estabelecido que, nesse último caso, seriam os golpistas. Sendo assim, a anistia de 1979 resultou de uma transação entre setores moderados do regime militar e da

oposição sob o controle dos militares. Tal acordo possibilitaria uma transição política sem que necessariamente se perdesse a ‘tutela militar’, garantindo uma mudança segura para um governo democrático.

O projeto político de anistia estava baseado em um discurso de paz e conciliação nacional que acabaria por impor o esquecimento e a impunidade das atrocidades cometidas durante o período de repressão. Carla Simone Rodeghero (2009:138) salienta que a anistia, como esquecimento, não foi uma postura defendida apenas por aqueles ligados ao governo, mas os próprios opositores do regime e a sociedade contribuíram para isso à medida que defendiam o tema da tortura como intocável depois da anistia ser considerada recíproca. E, falar desse assunto era considerado ‘revanchismo’.

Atualmente o questionamento acerca da Lei de Anistia tem sido marcado por disputas em torno de sua interpretação em relação à abrangência aos militares que cometeram crimes. Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encaminhou uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para exigir a revisão da Lei da Anistia. Com isso, a OAB pretendia fazer com que a Suprema Corte anulasse o perdão dado aos militares acusados da prática de tortura durante o regime. A ADPF propôs a avaliação e revisão do § 1º do Art.1º da Lei de Anistia alegando sua incompatibilidade com a Constituição de 1988, quando propõe:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º Consideram se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. (ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL, nº 153, 2008:02).

De acordo com essa entidade, a lei apresenta controvérsia por não permitir a punição de agentes públicos que cometeram “homicídio, desaparecimento forçado, abuso de autoridade, lesões corporais, estupros, atentado violento ao pudor contra os opositores do regime.” Para a OAB, essas transgressões não são consideradas crimes políticos, e sim atrocidades contra os direitos humanos. Partindo de tal preceito, a Lei de anistia estaria contrária aos princípios fundamentais da Constituição.

No entanto, em 2010 a sessão do STF julgou a ação judicial improcedente por 7 votos a 2. O então presidente da Corte, ministro Cesar Pelusco, defendeu que a lei seria de sentido amplo, de generosidade e não restrito. Sendo assim, a norma não ofende o princípio de igualdade uma vez que abrange todos os crimes, de situacionistas e opositores do regime. “Pelusco classificou a demanda da OAB de imprópria e estéril porque, caso a ADPF fosse julgada procedente, ainda assim não haveria repercussão de ordem prática, já que todas as ações criminais e cíveis estariam prescritas 31 anos depois de sancionada a lei.”<sup>31</sup>

Em 2014 o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, enviou um parecer ao STF no qual defendia a revisão da Lei de Anistia. Para Janot houve graves crimes de violações de direitos humanos durante o regime de 1964, e estes seriam contra a humanidade e, portanto, imprescritíveis. Ao conceder anistia por tais práticas, o governo brasileiro descumpria decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por isso, a Procuradoria Geral da República se manifestou a favor após conhecimento do conteúdo Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF/320), requerida pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol).

Após idas e vindas além de pressões realizadas por setores políticos e familiares de desaparecidos e grupos vinculados à defesa dos direitos humanos, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou em 2014 a revisão da lei. A proposta aprovada visa a superação da ideia de que crimes como tortura, sequestro e homicídio, cometidos durante o regime militar, sejam considerados conexos aos crimes políticos e, portanto, abrangidos pela Lei de Anistia, tese defendida pelo do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADPF 153<sup>32</sup>. Contudo, para ser efetivada, a proposta precisa ser examinada e aprovada pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A Lei de Anistia foi uma bandeira levantada pelas esquerdas brasileiras mas sua definição ficou a cargo dos militares que estavam no poder naquele período. Desse modo, transformou-se em um acordo que restituiu os direitos daqueles considerados ‘subversivos’,

---

<sup>31</sup> STF é contra revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois. *Notícias STF*. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515>>. Acesso em 10 de março de 2015

<sup>32</sup> BAPTISTA, Rodrigo. Revisão da Lei de Anistia avança no Senado. *Senado Federal*. 2014. Disponível em: < <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/04/09/revisao-da-lei-de-anistia-avanca-no-senado>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2015.

como também atendeu aos objetivos de militares e civis da administração direta do Estado. Nesse momento estava dado o primeiro passo para a transição política. Esta deve se basear em uma justiça que busque investigar, processar e punir os violadores dos direitos fundamentais, mostrar a verdade a partir da abertura dos arquivos e de criações de Comissões da verdade, e praticar a reparação mediante indenizações e resgate da memória<sup>33</sup>. Contudo, observa-se que a mesma Lei que garantiu a efetivação desse processo político também é a responsável por impedir a plena reparação das violações cometidas durante a ditadura civil militar. Daí porque, a revisão da Lei de anistia ainda é uma causa que permanece em aberto no Brasil.

Apesar das discordâncias geradas pela interpretação da Lei 6.678, o governo brasileiro realizou avanços consideráveis no que concerne à política de reparação aos perseguidos políticos e aos familiares dos mortos e desaparecidos, o que gerou revolta por parte de alguns grupos conservadores, como foi o caso do *TERNUMA* que foi criado em resposta essas ações governamentais e tem utilizado seu *site* para disseminar suas concepções em relação às práticas memorialistas do Governo Federal. Exemplo disso é o *post* do texto “O silêncio das Forças Armadas”, de Valmir Fonseca de Azevedo Pereira, General reformado da Brigada do Exército e ex-presidente do *TERNUMA*, onde aborda a questão do ‘silêncio das forças armadas’ em relação a atual conjuntura política do Brasil.

O Gen. Valmir Fonseca de Azevedo Pereira inicia o artigo afirmando que não cabe às Forças Armadas dar um basta no governo “lulo-sindicalista socialista” que desmoraliza o país, pois esta é uma tarefa do povo brasileiro. Para ele, os militares atualmente ‘sofrem’ com o ‘revanchismo’ devido as suas ações em defesa do país e do povo. “Impregnados de nacionalismos, atentos ao que ocorria no mundo, buscando salvaguardar a democracia nacional, lideraram uma contrarrevolução para debelar o comunismo que estava prestes a assumir o poder”<sup>34</sup>.

O General reformado ao fazer tal referência demonstra sua ideologia dizendo que os militares agiram para “salvar o Brasil” e defender a democracia por meio da ‘revolução’, e apenas uma minoria estaria disposta atualmente a participar de um movimento militar ou de uma contrarrevolução visando “salvar a nação” do “comunismo ou da camarilha que nos leva

<sup>33</sup> Ver palestra MEZAROBBA, Glenda. Justiça de Transição e Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VuUHAImiG4E>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

<sup>34</sup> PEREIRA, Valmir Fonseca de Azevedo. O silêncio das Forças Armadas. TV TERNUMA. 2013. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1788-o-silencio-das-forcas-armadas>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2015.

para o abismo moral e econômico”. Fica explícito que apesar de alguns deles permanecerem em ‘silêncio’ com relação aos acontecimentos políticos e sociais do país, os militares mais extremados não descartam a possibilidade de uma possível intervenção no futuro.

Quando o Gen. Valmir Fonseca se refere ao ‘comunismo’ no tempo presente ele faz alusão à presença do PT no poder. Para o *TV TERNUMA*, a esquerda segue juntamente com os petistas com o objetivo de dar um golpe comunista no Brasil e, de acordo com o *post* presente no *site*, tal fato já estaria em andamento e o golpe seria articulado de acordo com alguns pontos propostos:

Comparem com as notícias do dia a dia. Isso já está em andamento. Dominar políticos do país por meio da corrupção; Conchavos com presidentes da América Latina; Poder Judiciário dominado pela corrupção; Desarmar a população; Sucatear a polícia federal e o exército, como formas de quebrar a resistência; Desacreditar a saúde pública no país (pessoas alienadas); Desacreditar a segurança pública; Comprar a imprensa; Causar baderna e insegurança nos protestos; Desmilitarizar a polícia; Construir porto em Cuba; Criar uma base naval comunista; Estreitar os laços com um país comunista através da Petrobras ou outra empresa; Adesão dos países que forem aliados do PT na invasão comunista; Usar o Carnaval, a copa, ou outra diversão como distração para realizar os seus objetivos quando for o momento de acontecer; Invasão da América Latina usando o porto de cuba para implantação do regime comunista; Fechamento do congresso ou deixá-lo para fazer de conta que é uma democracia.<sup>35</sup>

Valmir Fonseca ainda assevera que o Exército teve intensa participação em eventos importantes do país, mas atualmente vive em um contexto totalmente diferente, num cenário que “não incentiva ações em força, e que não pretende alcunhar a democracia brasileira como submissa ao poder militar” (PEREIRA, 2013). Sendo assim, o Exército deve esperar que a população se esclareça e que por meio do voto consciente mude a situação do país. Porém, caso seja necessário, as Forças Armadas atenderá ao apelo do povo brasileiro. “Por isso é de bom senso para as Forças Militares preservar, manter-se as margens da canalhada que nos governa e, se por acaso a indignação, a impaciência a reais do impensável, que as Forças Armadas abandonem o silêncio e atendam a voz do povo fora PT” (Ibidem, s/p). Por fim, o autor argumenta que as forças armadas não estavam defendendo as classes ricas, pois, fazendo isso estaria na mesma linha antidemocrática de servir às ditaduras fascistas e ao sindicato comunista.

---

<sup>35</sup> Preparando o Golpe passo a passo. Texto de autor desconhecido. TV TERNUMA Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1903-preparando-o-golpe-passo-a-passo>>. Acesso: 05 de fevereiro de 2015

O texto acima analisado foi escrito durante o período das manifestações que eclodiram no país no ano de 2013, onde muito se falou sobre um possível golpe de estado por parte do militares. Essa ideia nasceu de grupos vinculados à direita, bem como de forças mais progressistas que durante as manifestações pediam uma intervenção militar ao governo que presidiava o país à época dos atos.

Nessa mesma linha de pensamento de ataque ao governo federal dirigido pelo PT e de exigir valorização dos feitos militares, foram analisados dois artigos que remetem ao debate de construção do ideário memorialístico da ‘revolução de 1964’, produzidos por Paulo Chagas e Milton Simon Pires<sup>36</sup>. O referido autor afirma que a prática memorialista do governo não passa de uma ‘nova moda’ vigente, voltada para a preservação de lembranças e fatos que ameaçaram os ‘direitos humanos’.

Assim, tomamos conhecimento de propostas para criá-los em locais supostamente usados, por exemplo, como “centros de tortura de presos políticos”, como o Museu da Resistência, na antiga sede do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), em São Paulo, ou o quartel do Batalhão de Polícia do Exército e o próprio Museu da Polícia Civil, ambos no Rio de Janeiro. (CHAGAS, 2013. Grifo nosso).

O autor ao se referir aos centros de torturas coloca aspas identificando que a presença da mesma significa o seu descrédito na existência deles ou na prática da tortura. Utilizando-se do enunciado defendido pela esquerda: “fazer lembrar para não repetir”, Paulo Chagas (2013) alega que o governo deveria abrir um “memorial da corrupção, tendo como candidatos para abrigá-los, o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, a Esplanada dos Ministérios, a sede nacional e regionais do PT, empresas públicas, e o próprio Supremo Tribunal Federal”. Para que assim não se repitam os casos de corrupção que assolam o país.

Já o artigo escrito por Milton Simon Pires “50 anos depois” (2014), segue nas críticas em relação às versões da esquerda defendendo que mesmo quando derrotada ela não mudou seus objetivos: a corrupção. Com a divulgação de suas ideias ele deseja que crianças e jovens com acesso à *internet* e ao *Google* (importante página de buscas) possam ter contato com a ‘verdade’.

Muito eu poderia escrever no sentido de revelar quem vocês na verdade são no intuito de relatar o que fizeram e o que disseram que fariam. De tudo que me ocorre, tenho como mais importante deixar uma só mensagem, lançar uma só pedra que, com o peso e tamanho de uma montanha, há de colocar no

---

<sup>36</sup> Milton Simon Pires, médico de Porto Alegre, é blogueiro e ativista política do conservadorismo brasileiro. Seu *blog* intitulado Ataque Aberto está disponível em: <<http://ataqueaberto.blogspot.com.br/>>. Acessado em 05 de maio de 2015.

devido lugar quando as futuras gerações vocês se referirem. Vocês, seus mentirosos, seus covardes assassinos, jamais, em momento algum lutaram pela democracia do Brasil. O que os movia era a intenção de implantar aqui o comunismo. (PIRES, 2015).

Para Milton Pires, todos os brasileiros devem ter acesso aos dois lados da história, ou seja, a versão contada tanto pelas ‘esquerdas’ como pela ‘direita’. Contudo, para ele, a explicação ‘oficial’ de hoje é aquela defendida pela esquerda, mais precisamente pelo PT, na qual ele considera que o mesmo se trata de uma ‘organização criminosa’ fundada há 16 anos após a ‘intervenção militar’, arrastando o Brasil em direção ao governo da Venezuela. O médico, em suas palavras, deixa explícito seu desejo de que todos se lembrem daqueles que perderam a vida nos atentados orquestrados pela esquerda, afirmando que os militares se apropriaram do poder e a esquerda do direito de contar a história, deturpando a visão política. Conclui o texto afirmando que “a esquerda é miserável, que o lugar deles na história é a lata do lixo.”

Partindo das considerações do supracitado autor, percebe-se a importância do uso da *internet* na sociedade contemporânea assim como a forma como esses militares e civis, defensores da denominada ‘revolução de 1964’, ainda praticam seu ativismo político em tempos democráticos, mesclando anticomunismo com autoritarismo e disciplina militar. Eles desejam que todos tenham acesso à ‘verdade’ ficando subentendido que esta seria divulgada pelas publicações presentes no *sítio* do *TERNUMA* e outras *páginas* vinculadas a direita defensora do golpe civil-militar, como o *site* “*A Verdade Sufocada*” ([www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com)), que também é promovido pelo *TV TERNUMA* através do compartilhamento de materiais.

Contudo, essa rede de articulações representa uma pequena camada da sociedade que tem buscado, mediante o uso da *Web*, difundir sua ideologia e ainda não possui expressiva capacidade política de mobilização, mas serve de alerta para os governos e sociedade, pois, cada vez mais as pessoas estão se conectando a *internet*, e o risco está na influência que essas ideias podem exercer em um determinado indivíduo que não possua uma visão de mundo bem definida.

O *sítio* “*A verdade Sufocada*” era administrado pelo falecido Coronel Carlos Brilhante Ustra<sup>37</sup>, o texto de sua autoria intitulado “Uma acusação falsa de leviana” (2014)<sup>38</sup> foi

---

<sup>37</sup> Carlos Brilhante Ustra foi comandante do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em São Paulo. Foi denunciado e processado por tortura e morte de vários



compartilhado na *página* do *TERNUMA*. Nele, Ustra disserta em sua própria defesa para negar a morte por tortura de Hécio Pereira Fontes, aos 24 anos, militante da ALN (Ação Libertadora Nacional). O assassinato do jovem foi denunciado pela ex-militante e também torturada Darci Toshiko Miyaki.

Em seus escritos, o Coronel confirma a ‘versão oficial’ de que Hécio Pereira foi morto em fuga após trocar tiros com a polícia e, vai além para desmentir as declarações de Darci Toshiko, afirmando que no período relatado ele estaria de férias e que a ex-militante foi, na verdade, muito bem tratada no DOI-CODI, não havendo tortura nem ocultação de cadáveres, pois todos os militantes mortos foram encaminhados para Instituto Médico Legal. Portanto, essas acusações seriam ‘forjadas’. Contudo, o próprio autor afirma ainda que não teria como provar as próprias declarações, uma vez que seus subordinados já estão idosos e essas acusações não passam de ‘modismo’.

Agora virou moda. Basta o depoimento de um terrorista ao Ministério Público, acusando de tortura um agente do Estado que combateu a luta armada, para que este seja denunciado. Foi o que aconteceu comigo, a alguns dos meus subordinados no DOI e, também, a vários companheiros que lutaram, bravamente, sob as ordens dos nossos chefes militares, e impediram que o Brasil fosse dominado pelo comunismo. (USTRA, 2014).

Em sua defesa, Carlos Brilhante Ustra mostra o que considera ser a ‘versão oficial’ dos fatos, no entanto, a voz das testemunhas, os processos judiciais, os atestados de óbitos falsificados, ou melhor, forjados pelos militares durante a repressão, são algumas das provas incontestes dos crimes cometidos pelo Estado. Quanto ao ‘bom tratamento’ dado aos presos, esta afirmação seria uma falácia do Coronel, conforme os relatos memorialísticos. A denúncia feita pelo Ministério Público foi negada pela Justiça Brasileira sob a alegação de que os acusados já teriam sido anistiados em 1979.

Em 2011, Carlos Brilhante Ustra foi acusado novamente da morte da jornalista Luiza Carlos Melino, no entanto, no dia da audiência não compareceu para depor. Para justificar a sua ausência, o *site Verdade Sufocada* divulgou uma nota, compartilhada pela *página* do TV

---

militantes. Ustra faleceu em outubro de 2015 sem nunca ter sido condenado por seus crimes. Ver MACEDO, Fausto. Morre coronel Ustra, ex-chefe de órgão de repressão da ditadura. *Estadão*, 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/morre-coronel-ustra/>>. Acesso em 16 de outubro de 2015

<sup>38</sup> USTRA, Carlos Brilhante. Uma acusação falsa e leviana. TV TERNUMA. 2014. Disponível em:<<http://ternuma.com.br/index.php/art/2306-uma-acusacao-falsa-e-leviana-carlos-alberto-brilhante-ustra-cel-refm-eb>>. Acesso 20 de fevereiro de 2015.

*TERNUMA*, afirmando que o Coronel não recebeu intimação e que não era comandante do DOPS, mas sim do DOI/ CODI. O DOPS era chefiado pela Polícia Civil, portanto, a encarregada de definir o futuro dos presos.

Observação do site [www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com)

1 O coronel Ustra não foi intimado e, portanto não teria motivos para comparecer e se expor ao circo formado na frente do Fórum

2 O Coronel Ustra não era comandante do Dops e sim do Destacamento de Operações e Informações DOI/ CODI do II Exército

Só pode ter medo da verdade quem deseja criar uma Comissão com depoimentos unilaterais e limita o acesso aos documentos do Arquivo Nacional a determinados grupos ideológicos.

3 O Departamento de Ordem Política e Social era chefiado por delegados da Polícia Civil e era encarregado dos Inquéritos

Policiais e de decidir o destino do preso se iria responder ao processo em liberdade ou se ia ser encaminhado ao Presídio Tiradentes para aguardar o julgamento.<sup>39</sup>

Para os sites *TV TERNUMA* e *Verdade Sufocada* a finalidade dessas investigações da CNV seria desacreditar os processos do Superior Tribunal Militar, assim como a própria instituição. Eles desenvolvem uma dura crítica ao trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade, pois, para os defensores do golpe de 1964, a CNV baseia-se apenas em depoimentos de grupos de esquerda e eles são os únicos a ter acesso aos documentos do Arquivo Nacional. Por fim, o grupo *TERNUMA* afirma que na realidade, por trás das investidas da CNV estão interesses em anular a Lei da anistia para os militares.

Inserido nesse debate acerca da revisão da Lei de Anistia e das violações cometidas pelos agentes de segurança do Estado e também das representações memorialísticas, está o relatório organizado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) que visava denunciar os crimes cometidos pelas esquerdas brasileiras. A pesquisa deu origem ao livro denominada *Ovri! tentativas de tomada de poder*, que foi escrito em resposta a elaboração da obra *Brasil Nunca Mais*, como também aos depoimentos, livros de memória e denúncias realizadas por aqueles que sofreram com a repressão exercida durante a ditadura.

As pesquisas iniciais do projeto começaram em 1985 e duraram três anos, realizadas a partir de processos, inquéritos, depoimentos de presos, jornais, revistas, gravações, entrevistas e obras escritas por militantes de esquerda, os militares afirmam que elaboraram uma pesquisa

<sup>39</sup> É bem mais profundo..... Não é só o Ustra. TV TERNUMA. 2011. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/2013-08-22-03-35-31/225-e-bem-mais-profundo-nao-e-so-o-ustra> <http://www.averdadesufocada.com/index.php/revanchismo-especial-98/5551-2807--bem-mais-profundo-nao-e-so-o-ustra>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

minuciosa, diferente daquela realizada para o livro “Brasil Nunca Mais”, e esmiuçou os processos e os inquéritos disponíveis na Justiça Militar, de onde extraiu apenas o que interessava desde que fossem acusações e críticas aos militares e civis que os combateram e os derrotaram”.<sup>40</sup>

Subdividido em dois volumes, a obra está centrada em eixos temáticos que discutem a ideologia formadora das esquerdas brasileiras. A primeira parte descreve as ações das organizações de esquerda antes e durante o golpe civil-militar, com o objetivo de mostrar ao leitor o caráter violento dos comunistas, sendo importante salientar que o livro destaca a ‘esquerda armada’ se propondo a evidenciar que a mesma estaria pronta para uma luta violenta na busca pelo poder. A parte seguinte discute a vinculação das esquerdas brasileiras com a ideologia comunista internacional e, partindo desses princípios, os militares defendem sua permanência no poder como fator necessário para a segurança do país que estaria ameaçado a atos violentos dos grupos subversivos. (TEIXEIRA, 2012:144-146).

As críticas feitas aos grupos de esquerda são representativas dos confrontos de memórias em torno do golpe de 1964, ou seja, tanto por parte daqueles que retrataram as ações voltadas a ‘salvaguardar a memória’ daqueles que atuaram a favor do Regime de 1964, como também por aqueles que militaram ou denunciaram os crimes cometidos por alguns militares durante os ‘anos de chumbo’. O governo federal, desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso, procurou desenvolver uma política de memória que resultou em tentativas de revisão da Lei da Anistia, abertura de arquivos da repressão, criação da Comissão Nacional da Verdade, entre outras medidas. Essas iniciativas, por sua vez, não foram bem vistas pelo *Grupo Terrorismo Nunca Mais*, tendo muitos dos seus pontos criticados no interior do *TV TERNUMA*.

---

<sup>40</sup> Ver: Difusão do projeto Ovril. Disponível em: < <http://www.averdadesufocada.com/index.php/projeto-orvil-especial-78/737--a-difuso-do-projeto-orvil-download> > Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

### III- TORTURA NUNCA MAIS: MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

O *Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTMN/RJ)* foi criado em setembro de 1985 por iniciativa de ex-presos políticos que sofreram torturas, por familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura, entre outras pessoas voluntárias. A iniciativa surgiu do descontentamento com o Estado brasileiro em relação ao reconhecimento dos crimes cometidos por alguns militares durante esse período. O grupo deu origem à entidade (*GTNM*) formada no Rio Janeiro. Atualmente existem sedes em outras cidades do Brasil, como em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraná, Alagoas e Goiás, lugares que possuem autonomia para a realização de suas atividades e projetos.

Antes da formação da instituição eram realizadas reuniões semanais com o objetivo de denunciar e afastar todos aqueles envolvidos em crimes de tortura dos cargos de confiança do governo, como também buscar reparação por tais crimes. A primeira ação do grupo foi realizada durante o mandato de Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro (1983-1987), quando o secretário de Defesa Civil, José Halfeld Filho, indicou para o cargo de comando do Corpo de Bombeiros - Defesa Civil, o major Valter Jacarandá que foi reconhecido como torturador pelo então secretário de Transportes e ex-presos político Brandão Monteiro<sup>41</sup>.

Logo outros ex-presos políticos também reconheceram o próprio secretário de Defesa Civil, como carcereiro do presídio São Judas Tadeu e intermediário das relações entre o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Centro de Informação do Exterior (CIE),

---

<sup>41</sup> José Carlos Brandão Monteiro nasceu em Rosário no estado do Maranhão. Foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1963, e funcionário do Banco do Brasil até ter seus direitos políticos suspensos pelo Regime de 1964. Cassado com base no Ato Institucional nº 1 (9/4/1964) passou a exercer a carreira de advogado. Foi preso pela primeira vez em 1967, figurando na lista dos perseguidos políticos da Anistia Internacional. Foi detido novamente em 1970, quando foi torturado, e depois novamente em 1973, ocasião em que foi transferido para São Paulo. Após ser libertado, revelou que o jornalista Mário Alves havia sido torturado até a morte e denunciou a participação de José Anselmo dos Santos (cabo Anselmo) como agente dos órgãos de repressão, cabo Anselmo nasceu em Sergipe e foi ativista do movimento dos marinheiros antes da queda de Goulart, e após o golpe passou a atuar como agente duplo infiltrado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). José Carlos Brandão foi Preso mais de 11 vezes e processado por atividades subversivas, foi defendido pelo advogado Sobral Pinto, não chegando a ser condenado. Com a decretação da anistia em agosto de 1979, foi reintegrado ao Banco do Brasil. “Publicou *Um socialista no parlamento* (1983), *Nossa luta é pelo socialismo* (1983), *A crise brasileira, a transição democrática e a Constituinte* (1987), *A luta na Constituinte pela consolidação democrática* (1988), *Os partidos políticos* (1989) e *O escândalo NEC* (1991, póstumo)”. Texto retirado do Verbete do (CPDOC). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-carlos-brandao-monteiro>>. Acesso em 05 maio de 2015.

Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA). E também o major da Polícia Militar Riscala Corbaje conhecido como “dr. Najib” que naquele momento atuava como assessor de segurança do Banco do Estado do Rio de Janeiro, e durante a ditadura civil militar, Corbaje foi chefe de equipe de interrogadores do Destacamento de Operações de Informação(DOI). O caso foi a público e como resultado Valter Jacarandá não foi nomeado para o cargo de Comandante de Corpo de Bombeiros e Riscala Corbaje foi afastado do cargo de assessor de segurança do Banco, quanto ao Secretário de Defesa Civil, este foi mantido em seu cargo. A ação do grupo permitiu que o tema da violência cometida pelos agentes de segurança do Estado se tornasse público. (COSTA, 1996).

Em 2013, Valter Jacarandá que atualmente é coronel bombeiro da reserva foi convocado para depor na Comissão Nacional da Verdade. Em seu depoimento, o coronel admitiu ter participado da tortura de presos políticos. A sessão foi realizada em conjunto com a Comissão Estadual da Verdade na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no dia 14 de agosto de 2013.

[...] o coronel reconheceu que, nos interrogatórios no DOI Codi no 1º Batalhão de Polícia do Exército, na Tijuca, no início dos anos 70, não aconteceram só "excessos" palavra que usava inicialmente. Também confirmou que militares e policiais citados na reunião como torturadores conduziram interrogatórios com espancamentos, choques elétricos, afogamentos e outros abusos. (TOSTA, 2013).

Importante salientar que Valter Jacarandá foi o único a depor entre os quatro ex-agentes da repressão convocados pela Comissão Nacional da Verdade, e foi a primeira vez que um agente admitiu ter participado de sessões de tortura durante a ditadura civil militar.<sup>42</sup>

Em 2014, Riscala Corbaje, coronel reformado da Polícia Militar, em depoimento a Justiça de Transição do Ministério Público Federal também admitiu ter participado de sessões de tortura no período em que foi chefe da equipe de interrogadores do DOI do 1º Exército na Rua Barão de Mesquita na Tijuca, afirmando que durante os dois anos (1970 a 1972) em que esteve no local, passaram por suas mãos cerca de 500 presos que sofriam práticas de

---

<sup>42</sup> Ver depoimento no canal da CNV/You Tube. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=7gU3g-gOpMw>>. Acesso em 08 de janeiro e 2016.

violências físicas como o eletrochoque e pau de arara, punição considerada por Riscala Corbaje como uma das mais eficazes<sup>43</sup>.

Cecilia Coimbra, uma das fundadoras e vice-presidente do *Grupo Tortura Nunca Mais* foi militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e, afirmou em depoimento ao Ministério Público Federal ter sido torturada pessoalmente por Riscala Corbaje enquanto esteve presa no DOI, entre os meses de agosto e novembro de 1970<sup>44</sup>. Riscala Corbaje conseguiu atuar em sigilo até 1985 quando foi descoberto e denunciado pelo *Tortura Nunca Mais*.

Após a denúncia feita nos casos de Valter Jacarandá e Riscala Corbaje, utilizando como base o trabalho da “Comissão de Sábato”<sup>45</sup>, o grupo resolveu criar a entidade com o nome de *Grupo Tortura Nunca Mais*. Engajando-se cada vez mais na militância contra os crimes de violações dos direitos humanos, em 1988 o grupo teve participação no processo de cassação do registro do médico Amílcar Lobo, conhecido como “Dr. Carneiros”, primeiro médico da América Latina punido por ter participado de atos de tortura.

Almicar Lobo tornou-se médico do Exército em 1970 e foi citado no depoimento do coronel Riscala Corbaje como o profissional responsável por monitorar a capacidade de resistência dos presos no momento das torturas. Segundo Corbaje, naquela época Almicar Lobo era inexperiente e não tinha capacidade de observar o estado do preso. No entanto, em 1989 o médico publicou suas memórias, intitulada de *A hora do lobo, A hora do carneiro*<sup>46</sup>, na qual ele confirma as atrocidades relatadas por ex-presos políticos, afirmando que nunca participou das práticas, mas atendeu muitos presos e presenciou mortes. (CARDOSO, 2012: 55-56).

---

<sup>43</sup> Ver a íntegra do áudio do depoimento. Disponível em: < <http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-rubens-paiva-integra-dos-audios-dos-depoimentos/depoimento-de-riscala-corbaje-2-3/view>>. Acesso em 08 de janeiro de 2016.

<sup>44</sup> Cecília Coimbra define Riscala Cobarge como sádico e frio. *O Globo*. 2014. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/brasil/cecilia-coimbra-define-riscala-corbaje-como-sadico-frio-12613606>>. Acesso em 08 de janeiro de 2016.

<sup>45</sup> A Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) foi criada na Argentina em 1983, com a finalidade de investigar os crimes de violações dos direitos humanos ocorridos durante o regime militar argentino. O relatório final da Comissão recebeu o título de *Nunca Más* e foi posteriormente publicado por várias editoras, o signo “Nunca Mais” tornou-se a bandeira dos movimentos que visavam o esclarecimento e responsabilização dos perpetradores.

<sup>46</sup> LOBO, Almicar. *A hora do lobo, A hora do carneiro*. Petropolis: Vozes, 1989.

Em 1991 o grupo foi responsável pela divulgação de um dossiê com os nomes de médicos-legistas de São Paulo e Rio de Janeiro que durante o período militar haviam assinado laudos de necropsia de presos mortos em torturas, nos quais as versões sobre os assassinatos referiam-se a morte por tiroteio, atropelamento ou suicídio. O grupo *Tortura Nunca Mais* também apresenta atuação política voltada para o combate da violência no pós-ditadura, indo além da questão política, ou seja, seu movimento se insere na luta e defesa dos direitos humanos, questão que passou a ser discutida no Brasil durante o processo de transição. A do grupo organização realizou relevante trabalho concernente à apuração das violações cometidas durante o período da ditadura civil-militar, atuando em conjunto com outros órgãos de defesa dos direitos humanos, organizou e lançou dossiês apontando novos casos de mortos e desaparecidos políticos.

Atualmente o grupo tem sua sede localizada em Botafogo, no Rio de Janeiro, e possui como presidente Victória Lavínia Graboís Olímpio, filha de Maurício Graboís<sup>47</sup>. Ela é professora e também integrante do Fórum Feminista do Rio de Janeiro, e familiar de três desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia. A vice-presidente, Cecília Maria Bouças Coimbra é psicóloga, professora do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense e, como citado anteriormente, ex-presa política. Em articulação com entidades nacionais e internacionais, o grupo atuou na denúncia de antigos e recentes casos de tortura através de notas na mídia, entrevistas, atos públicos, seminários, além de outras atividades que buscam a punição daqueles que cometeram crimes de lesa humanidade.

Para sua manutenção, a Organização recebe doações dos próprios sócios e de pessoas dispostas a contribuir com as causas do movimento. O grupo se auto intitula uma entidade suprapartidária, independente e autônoma que não recebe nenhuma ajuda de governo ou partidos políticos. Contudo, percebe-se nessa posição ‘apartidária’ do *Grupo Tortura Nunca Mais* uma forma de ativismo político no qual optam pela inserção na política sem necessariamente estarem ligados a um determinado agrupamento partidário. Essa opção é vista por eles como uma maneira de manter independência e autonomia em relação aos partidos políticos e organizações vinculadas ao governo, como também de lhes permitir manter uma posição crítica em relação ao cenário político-social do país. Dessa forma, seu ativismo decorre do apoio e auxílio àqueles que sofreram crimes de violação dos direitos

<sup>47</sup> Maurício Graboís foi dirigente do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e um dos idealizadores da Guerrilha do Araguaia. Ele e seu filho, André Graboís foram assassinados durante a Guerrilha em 1973. Em 2013, Victória Graboís lançou o livro de biografia do seu pai, intitulado *Maurício Graboís: Meu pai*.

humanos e também em defesa da memória dos ativistas políticos das esquerdas que atuaram durante os anos de ditadura.<sup>48</sup>

## 1. PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA

Em meados dos anos 2000, com o advento da expansão da internet no Brasil, o *Grupo Tortura Nunca Mais/RJ* (*GTNM/RJ*) criou o seu *site* (<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>). A página é utilizada para a divulgação das atividades realizadas pela entidade, de artigos, premiações, dossiês, e ainda possui um jornal virtual intitulado *Jornal GTNM/RJ* onde são divulgadas notícias com temáticas voltadas para a ditadura civil-militar tanto no Brasil quanto na América Latina, além de temas atuais que envolvam crimes de lesa humanidade. Os artigos postados no site são, em sua maioria, de autoria de membros da entidade ou pessoas envolvidas com a temática defendida pela *GTNM/RJ* e estão em constante atualização.



<sup>48</sup> Ver o texto de apresentação do projeto Clínico Jurídico. Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/projeto-clinica>>. Acesso em 22 de setembro de 2015.



Figura1: Página inicial do GTNM/RJ. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

As imagens encontradas na página inicial do *site* são representadas por cores fortes que sobressaem em tons laranja, amarelo e vermelho. A presença dessa coloração significa que o *GTNM/RJ* quer chamar a atenção do público ao mesmo tempo em que pretende passar a ideia de ação, ou seja, demonstrar que o movimento está ativo. A figura localizada na parte direita da *página*, a qual se refere aos 30 anos da entidade, está representada por uma terra seca e uma planta que brota em meio a essa aridez, essa construção imagética se refere à insígnia do grupo que retrata essa mesma imagem. A presença da ‘terra seca’ significa o Brasil e seu sistema sócio-político, e a ‘pequena planta’ que surge, simboliza o *GTNM/RJ* e suas convicções que se traduzem na militância em defesa dos direitos humanos e na busca por reparação das violações cometidas por alguns militares durante a ditadura. Assim, o *GTNM/RJ* busca demonstrar que mesmo diante da conjuntura social e política do país, que não favorece ao ativismo do movimento, pretendem continuar com suas práticas em defesa dos direitos fundamentais.

Em sua *página*, o *GTNM/RJ* faz uma apresentação no *link Quem Somos*, onde descreve a formação do grupo, suas atividades e seus objetivos. Nesse *link* o grupo se propõe a lutar pela defesa dos direitos humanos e pela memória da ditadura para que, de acordo com eles, não ocorra o esquecimento e o silenciamento das práticas de torturas cometidas durante a repressão e nos dias atuais. Em seus principais objetivos são elencados quatro pontos:

Manter viva a história de nosso país durante o período de ditadura civil-militar, esclarecendo as circunstâncias das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos ocorridos naquele período de terrorismo de Estado (1964-1985);

Lutar contra toda e qualquer violação dos direitos humanos;

Dar apoio e solidariedade às pessoas que lutam pela causa dos direitos humanos no mundo;

Intercambiar experiências e informações com entidades de direitos humanos nacionais e internacionais. (QUEM SOMOS, GTNM/RJ).

A partir dos seus objetivos é possível constatar que o *GTNM/RJ*, assim como o *Grupo Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA)*, se manifesta a favor de uma determinada memória do período militar. Entretanto, as suas perspectivas são divergentes no sentido de que o primeiro é de esquerda e se propõe a lutar pela reparação da memória daqueles que atuaram contra a ditadura, a assistência é oferecida aos familiares de mortos, desaparecidos e ex-presos que

sofreram com os abusos cometidos pelo terrorismo do Estado. Já o segundo é de direita, defende os atos realizados por alguns militares em nome da ‘segurança de Estado’ e o auxílio é oferecido aos indivíduos que sofreram com o ‘terrorismo’ realizado pela esquerda radical.

Outro ponto importante entre as duas entidades é a nomenclatura dada ao movimento militar. Como citado anteriormente, o *TERNUMA* refere-se ao movimento como uma revolução, já *GTNM/RJ*, ao contrário, afirma que o movimento não passou de um golpe que culminou em uma ditadura civil-militar. O primeiro termo é dominante entre os conservadores que defendem a ação dos militares em 1964, enquanto o último gera divergências entre alguns historiadores, uma vez que há aqueles que afirmam que a ditadura foi apenas militar, não tendo a participação dos civis.

No *site* está o *link* de *Notícias*, responsável pela divulgação de informações relacionadas às atividades políticas do *GTNM/RJ* e de outras entidades nacionais e internacionais engajadas na defesa dos direitos humanos e na denúncia dos crimes cometidos durante as ditaduras na América Latina. Ao entrar em sua página, o leitor também tem acesso ao acervo dos jornais produzidos pela entidade. A primeira edição jornalística foi editada em 1986 e até o ano de 2008 foram editados 65 jornais. Em seu *sítio* o grupo aponta ainda para as dificuldades financeiras enfrentadas durante o processo de confecção dos seus exemplares, passando a optar pela versão online.

Dessa maneira, é possível ter acesso tanto às antigas edições impressas e digitalizadas quanto às novas versões online. Os temas abordados nos jornais se referem à divulgação de denúncias de crimes políticos nacionais e na América Latina, de eventos políticos e culturais, além da apresentação de artigos de entidades e de pessoas vinculadas ao grupo.



Figura 2: Capa do Jornal Tortura Nunca Mais. Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/noticias/jornal-gtnmrj>>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

O *sítio* traz o *link Dossiês* e, ao acessar a sessão é disponibilizado um texto no qual é apresentado o objetivo da organização dos documentos, que é à defesa da abertura dos arquivos das Forças Armadas e dos órgãos de repressão, para que assim a ‘verdade’ seja esclarecida e a memória do período seja divulgada para os brasileiros. O acervo foi organizado a partir de pesquisas realizadas pelo Instituto de Estudo da Violência de Estado – IEV, pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo, pelos grupos *Tortura Nunca Mais* do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O *GTNM/RJ* colocou à disposição também todos os seus documentos para as Comissões da Verdade, Nacional e Estadual, com a finalidade de atender pesquisadores que se propõem a estudar o tema. O dossiê está subdividido em cinco partes: 1-Lista de militantes políticos mortos, 2-Outras mortes, 3-Exilados mortos por crimes comuns, 4-Desaparecidos no Brasil, Chile, Bolívia e Argentina e 5- Mortos e desaparecidos no Rio de Janeiro.

O GTNM/RJ também disponibiliza o acesso ao projeto de pesquisa *Brasil Nunca Mais* (BNM), iniciada em 1979. O estudo se constituiu na coleta de documentos oficiais produzidos pelo Estado durante a ditadura com os objetivos de “evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política e que sua divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira.”<sup>49</sup>

O *Brasil Nunca Mais* foi desenvolvido pelo Conselho Mundial das Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo e teve como coordenadores o Rev. Jaime Wright e Dom Paulo Evaristo Arns, idealizador da Comissão de Justiça e Paz, criado com o objetivo de defender e promover os direitos humanos. A coleta de documentos resultou na publicação de relatórios e do livro *Brasil Nunca Mais* (1985) que consiste no resumo de todo o trabalho realizado pela equipe de pesquisa do BNM. Lançado após o fim da ditadura civil-militar, a obra foi destaque tanto na imprensa nacional como internacional e já foi reimpresso 40 vezes tendo muita repercussão em meio ao público leitor.

Os documentos levantados pelos pesquisadores do projeto são cópias de processos políticos que abrangem o ano de 1964 a 1979 e que transitaram no Supremo Tribunal Militar, resultando numa totalidade de 707 processos, sendo alguns completos e outros incompletos, os documentos foram divididos, microfilmados e uma parte foi levada para ser guardada fora do Brasil. Um segundo grupo do dossiê recebeu o nome de “Projeto A” o qual uma equipe se dedicou a estudar durante cinco anos, resultando em um relatório de mais de mil páginas. Este acervo foi distribuído em “universidades, bibliotecas, centros de documentação e entidades voltadas para a defesa dos direitos humanos, no Brasil e no exterior”.<sup>50</sup>

Por fim, toda a pesquisa resultou em um relatório final organizado em seis tomos que se subdividem em: antecedentes do golpe civil- militar de 1964 - ou seja, faz uma discussão da formação política do Brasil desde o período colonial até a formação do aparelho repressivo baseado na Doutrina de Segurança Nacional. Na parte seguinte é apresentada a metodologia que foi utilizada na realização da pesquisa, dos instrumentos utilizados na coleta de documentos, da classificação dos processos de acordo com a natureza dos grupos atingidos, e

---

<sup>49</sup> Ver sessão: *O que é o BNM*. Disponível em: < <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

<sup>50</sup> Brasil Nunca Mais. GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/brasil-nunca-mais/>> . Acesso em 09 de janeiro de 2016.

também aborda o acervo de dez mil documentos políticos que estavam anexados aos processos e “que será de grande valia para qualquer pesquisa futura sobre o movimento sindical brasileiro, a luta dos estudantes, a história das organizações clandestinas de esquerda”.<sup>51</sup>

A parte seguinte do *BNM* discute o aparato jurídico elaborado durante a ditadura civil-militar e mostra como o próprio Estado descumpriu as leis para agravar a situação política dos investigados (militantes de esquerda). As partes finais do relatório são transcrições de depoimentos de relatos de tortura, “totalizando em aproximadamente duas mil e setecentas páginas com denúncias firmadas em juízo, com nomes de torturadores, de centros de sevícias, de presos políticos assassinados, de desaparecidos”.<sup>52</sup>

Em 2013 o *Projeto Brasil Nunca Mais* lançou seu próprio site (<http://bnmdigital.mpf.mp.br>) no qual disponibiliza um acervo digital da pesquisa. O *sítio* foi criado pelo Armazém da Memória<sup>53</sup>, Ministério Público Federal e Arquivo Público do Estado de São Paulo em parceria com a Ordem dos Advogados do Rio Janeiro, Ministério de Justiça, Comissão Nacional da Verdade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Metodista de São Paulo entre outras entidades. A *página* BNM está subdividida em dez *links* organizados entre a apresentação do projeto, sumário, acervos de documentos, fotos e vídeos.

O projeto *Brasil Nunca Mais*, pautado no argumento de “lembrar para que nunca mais aconteça”, procurou denunciar e mostrar à sociedade brasileira os segredos mantidos nos porões da repressão para que não se repitam as torturas, as injustiças e perseguições praticadas durante o período ditatorial. É considerada a maior iniciativa em prol dos direitos à memória, verdade e justiça, além de ter causado grande impacto junto à opinião pública.

Pela primeira vez, de maneira sistemática, detalhada, e documentada, se revelava o mecanismo de repressão no Brasil e as formas de torturas que se praticava contra os presos. E não se poderia alegar que a documentação era falsa, pois fora retirada, clandestinamente, dos arquivos do Supremo Tribunal Militar. Era o primeiro grande corpo documental que emergia dos

---

<sup>51</sup> Idem

<sup>52</sup> Idem

<sup>53</sup> O **Armazém Memória** é uma iniciativa de articulação e construção coletiva de um sítio na Internet, visando colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas, que possam garantir ao cidadão brasileiro o acesso à sua memória histórica, através de Bibliotecas Públicas Virtuais interligadas em um sistema de busca direto no conteúdo. Disponível em: < <http://armazemmemoria.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 09 de janeiro de 2016.

porões. Esses documentos chancelavam o testemunho dos torturados, dados aos tribunais de apelação e, em muitos casos, levados em conta pelos juízes para atenuar penas. (NAPOLITANO, 2014: 325).

Para os militares defensores do golpe o *BNM*, assim como os demais escritos das esquerdas brasileiras, não passa de revanchismo e de relatos falaciosos e exagerados. Eles afirmam que se houve algum tipo de tortura foi decorrente do processo de radicalização das esquerdas e, nesse caso, os exageros cometidos pelos agentes de segurança foram em decorrência do estado de guerra em que o Brasil se encontrava devido aos atos subversivos das esquerdas radicais. E quanto à responsabilização pelos crimes de violações dos direitos humanos, são unânimes em afirmar que estão respaldados pela Lei de Anistia.

Beatriz Sarlo (2009:47) afirma que a memória é um bem comum, um dever e uma necessidade jurídica, moral e política. Sendo assim, é difícil estabelecer uma perspectiva que se proponha a analisar, de modo crítico, a narração das vítimas. Dessa forma, a confiança nos testemunhos daqueles que sofreram algum tipo de violação se faz necessária para a instalação de regimes democráticos e na efetivação política de reparação e justiça.

Outro *link* presente no *site* é referente ao *Prêmio Medalha Chico Mendes*. A iniciativa surgiu da indignação às homenagens prestadas pelo Exército aos militares que atuaram durante a ditadura civil-militar, e assim o *GTNM/RJ* decidiu criar a sua própria medalha com a finalidade de homenagear pessoas e entidades que se destacaram na luta pela defesa dos direitos humanos e no combate à violência e aos crimes de tortura cometidos durante os anos de repressão. A primeira edição do prêmio ocorreu em 1989 e desde então todos os anos são escolhidas 10 pessoas ou entidades para serem homenageadas.

A premiação ocorre no dia 1º de abril ou em data próxima. No interior do *site* há uma lista sobre os homenageados desde os anos noventa até os dias atuais. Entre os premiados estão alguns ex-militantes, jornalistas, sindicatos, associações, comissões de direitos humanos, partidos políticos, entre outros, como, por exemplo, Inês Etienne Romeu (1989), Frei Beto (1999) por sua atuação na resistência contra a ditadura civil militar, Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte (1997) por seu engajamento de políticas públicas de justiça e segurança e na produção de pesquisas e informações sobre a violência, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (2007) por sua militância na luta contra os abusos do Estado e polícia contra jovens de comunidades carentes.

O *GTNM/RJ* criou um projeto pioneiro no Brasil para conceder assistência clínico-jurídica às vítimas de violência durante o período militar e também aqueles que sofreram algum tipo de violência nos dias atuais. O projeto foi criado em 1992, momento em que não havia qualquer política de assistência por parte do Estado às vítimas de tortura. Em seus primeiros anos recebeu financiamento do Fundo das Nações Unidas para Tortura e da Comissão Europeia de Anistia Internacional Sueca. Inicialmente voltado para dar assistência clínica com apoio psicológico, o projeto se expandiu e durante os anos 2000 passou a oferecer também apoio jurídico ao mesmo público já assistido pela equipe médica.

Durante 2012 foi dado início ao processo de desativação do projeto que foi anunciado no seu texto de apresentação<sup>54</sup>. Nele a entidade apontou os motivos de tal ação mencionando a crise atual da sociedade brasileira e internacional. No que concerne ao contexto nacional, o *GTNM/RJ* acusa os governos pós-ditadura de apoiarem e fortalecerem o capitalismo neoliberal e que os pactos realizados durante o período militar serviram para fortalecer o aparato repressivo da ditadura que perdura até os dias atuais. Assim, segundo eles, ainda há um descaso por parte do Estado em relação aos crimes cometidos durante a ditadura e a violência praticada contra os grupos minoritários na conjuntura atual. Em relação ao contexto internacional, o grupo afirma que houve redução das fontes de financiamento e aumento das exigências burocráticas.

Nesse contexto de crítica, o *GTNM/RJ* afirma que os governos pós-ditadura adotaram providências em relação aos crimes de tortura cometidos por alguns militares, no entanto, isso ocorreu de forma tardia e ainda está baseado em uma política de acobertamento decorrente do acordo firmado entre o governo brasileiro e os militares que estavam no poder.

Assim, o *GTNM/RJ* continua apontando cotidianamente os acordos que tentam nos impor e que dão continuidade à política de acobertamento, silenciamento e esquecimento inaugurada pelo terrorismo de Estado em nosso país. Processo de reparação bastante atrasado e muito incipiente em relação aos demais países latino-americanos. Apenas se inicia de modo frágil e tímido tendo em vista os acordos realizados com as forças econômicas e militares. (PROJETO CLINICO JURIDICO, GTNM/RJ).

Partindo dessas afirmações, o grupo defende mais uma vez sua militância suprapartidária afirmando que sua prática de não aceitação dos investimentos do governo

---

<sup>54</sup> Projeto Clínico Jurídico. GRUPO TORTURA NUNCA MAIS Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/projeto-clinica/> >. Acesso em 22 de setembro de 2015

acaba contribuindo para a manutenção e o fortalecimento da análise crítica, em relação ao cenário político brasileiro atual. O projeto clínico jurídico teve seu encerramento em 2014, após 23 anos de atuação e com o saldo de mil e duzentas pessoas atendidas.

A citação acima apresentada explicita, de forma sucinta, a ideologia presente no *site* do *Grupo Tortura Nunca Mais*. Apesar de se defender como uma organização não filiada a partidos políticos é perceptível, ao analisar no *sítio*, a presença de ideais de esquerda baseada no socialismo e, ainda entre os parceiros da entidade, está o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O movimento faz forte oposição ao capitalismo neoliberal adotado pelo governo brasileiro e o acusa de adotar um sistema de exclusão das minorias sociais através da prática da violência e coerção dos mesmos. Para o *GTNM/RJ* essa prática de criminalização dos mais humildes, adotada pelos governos pós-ditadura, ainda é resquício do período de repressão.

Em relação ao golpe civil-militar de 1964, nota-se que o principal objetivo do grupo é o de lutar por justiça e denunciar os crimes de tortura cometidos por alguns militares. Em seus textos o *sítio* se refere à repressão iniciada logo após o golpe com a instauração de uma ditadura que, além de ser militar era também civil, pois, contou com o apoio de forças econômicas e sociais. Em seu discurso *GTNM/RJ* defende a reparação da memória que segundo eles foi ‘acobertada’, ‘silenciada’ e ‘esquecida’, a partir dos acordos firmados entre o governo, militares e grandes empresários durante o processo de transição para a democracia.

O tema da política de transição no Brasil ainda é um debate recente que gera muitas discussões e polêmicas e, pode-se concluir que houve uma distensão firmada por acordos que beneficiaram militares e forças sociais que estavam no poder. Contudo, mesmo estando em atraso com relação aos demais países do Cone Sul que sofreram com regimes ditatoriais, os governos pós-ditadura vêm realizando medidas que permitem a reparação da memória daqueles foram perseguidos pelos órgãos da repressão. Nesse sentido, é preciso observar que nos últimos tempos questões como a punição dos crimes cometidos pelos agentes de segurança do Estado autoritário, estão sendo debatidas, cabe às novas gerações não deixar que a memória do período seja silenciada.

Para o *GTNM/RJ* a transição política atrasada exercida no Brasil se deve ao fato de os governos pós-ditadura apresentarem uma ideologia capitalista neoliberal que pretende, por meio de acordos, capturar os movimentos sociais presentes no país. Entretanto, não é um processo tão mecânico assim. O fato de o país apresentar uma transição lenta e gradual



decorre da estrutura político-social brasileira que possui tradição política baseada em acordos e. no caso da ditadura, essas medidas acabaram por impor uma conciliação baseada no esquecimento.

Os demais países latino americanos que sofreram com os golpes militares também apresentam economia neoliberal e esta não impediu a efetivação de suas políticas transicionais, como é o caso da Argentina que se destacou no processo de resgate histórico e responsabilização dos perpetradores, “mediante um forte discurso de abertura dos arquivos públicos e defesa da ruptura de todo tipo de silêncio e segredo” (CATELA, 2009:447), visto que o Estado argentino considera que a reconciliação só seria alcançada quando os violadores fossem punidos por seus atos. Ideologia bem divergente da situação brasileira.

Com a repercussão do projeto *Brasil Nunca Mais*, entre os anos 1985 e 1995 foram criadas algumas comissões voltadas para solucionar os casos dos mortos e desaparecidos políticos durante a repressão. Na gestão de Fernando Henrique Cardoso foi sancionada a Lei dos Desaparecidos (lei nº 9140/95) que reconhecia como mortas pessoas desaparecidas em participação de atividades políticas entre os anos de 1962 a 1979, e criou também a Comissão Especial de Reconhecimento de Mortos e Desaparecidos Políticos. Contudo, essas medidas não obtiveram resultado efetivo, uma vez que elas se limitaram aos anos 60 e 70, deixando no esquecimento aqueles desaparecidos e mortos durante o período pós-anistia. (FAGANELLO; GUEDES, 2012).

Em 2009, sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o PNDH III (Plano Nacional de Direitos Humanos - III) que tinha como um dos principais eixos a constituição da Comissão Nacional da Verdade, instituída no governo de sua sucessora Dilma Rousseff. Nesse contexto, surgiram em 2010 as discussões em torno da revogação da Lei de Anistia. Apesar do atraso, é possível observar que durante a gestão do PT houve avanços consideráveis nas práticas de recuperação da memória e na apuração das violações cometidas durante do período militar. Assim sendo, foram criados monumentos e memoriais, a instauração da Comissão Nacional da Verdade, divulgados documentos secretos além de diversas práticas que visavam buscar a reconstrução memorialística do período.

Um dos projetos criados pela gestão petista foi o *Memórias Reveladas*, denominado *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil*. Ele foi institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República no ano de 2010 com a finalidade de reunir informações sobre a história política recente do Brasil, mais precisamente do período que vai das décadas de 1960 a 1980. Este projeto tem por objetivo divulgar os arquivos sobre as lutas de resistência,

contribuindo para a reconstrução da memória nacional referente ao período da ditadura. O projeto tem um *site* (<http://www.memoriasreveladas.gov.br>) no qual disponibiliza um acervo de documentos, vídeos, multimídias, exposições relacionadas à repressão e à resistência política durante o período do governo militar.

Desse modo, o *sítio* do *Memórias Reveladas* foi criado em 2010, mas as discussões e realização do projeto começaram em meados de 2005 quando o:

Presidente Lula assinou decreto regulamentando a transferência para o Arquivo Nacional dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, até então sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e passou à Casa Civil a coordenação do recolhimento dos arquivos. (MEMÓRIAS REVELADAS, 2009).

Essa iniciativa objetivou a reunião de informações sobre a história recente do Brasil tencionando fazer valer o direito à verdade e à memória. Além desses documentos acima citados, o governo conseguiu reunir, através de doações de acervos pessoais, cerca de 200 mil documentos, entre livros e fontes audiovisuais.

De forma didática, o *site Memória Reveladas* apresenta multimídias que retratam temas como a Guerrilha do Araguaia, as manifestações ocorridas em 1968, contexto histórico do Brasil entre os anos 1964 a 1985. Além dessas produções, é possível ter acesso à página do *YouTube* do projeto (<https://www.youtube.com/channel/UCgCsOXC90n37TLQpknJF7ZQ>), onde são disponibilizados vídeos voltados para a temática da ditadura, sendo que alguns são curtas metragem censurados durante o período da repressão. A página disponibiliza ainda uma seção de publicações onde o leitor tem acesso a alguns periódicos e livros referentes às produções que discutem temas como a anistia, casos de mortos e desaparecidos políticos, memória política, entre outros.<sup>55</sup>

Ao acessar a *página* do projeto *Memória Reveladas* fica evidente que sua organização é voltada tanto para o público escolar e leigo, como para o de elevado nível acadêmico. O site disponibiliza um acervo de vídeos aulas no qual o projeto visa “contribuir para o reforço do ensino escolar dos temas direitos humanos, cidadania, lutas políticas e ditadura no Brasil”.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Ver sessão Publicações no site Memórias Reveladas. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=17&sid=4#>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

<sup>56</sup> Sessão Sala de Aula do site memória reveladas. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1414&sid=33#>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

As vídeo aulas são realizadas por pesquisadores dessas temáticas. Por fim, o site disponibiliza um banco de dados com documentos digitalizados produzidos durante a repressão como inquéritos, abaixo assinados, depoimentos entre outros.

O Governo Federal, através de suas iniciativas, tem buscado contribuir para a reconstrução da história política do período, assim como para o processo de reparação da memória daqueles que foram alvos do terrorismo exercido por alguns órgãos do Estado, e um ato de expressividade foi a criação da Comissão Nacional da Verdade que, mesmo tendo sido criada a partir da condenação do Brasil pela Corte interamericana, trata-se de um importante avanço em termos de justiça de transição, uma vez que essas iniciativas contribuem para evitar o silêncio e o esquecimento dos fatos ocorridos durante a ditadura.

Ao fazer uma análise do discurso defendido pela página do *GTNM/RJ*, nota-se um forte desejo pela reparação da memória através do esclarecimento das violações e responsabilização dos seus perpetradores. Isso contribui para o não esquecimento dos fatos uma vez que estando presentes na memória da sociedade brasileira as atrocidades cometidas durante o período militar, a história não se repetirá.

## **2. GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ E A POLÍTICA DE TRANSIÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO**

A memória consiste em um importante lugar de disputas onde impera o embate entre o lembrar e o esquecer, entre memória oficial e não oficial, e entre aquelas que querem ser tomadas enquanto oficiais e verdadeiras, como ocorre entre as memórias dos militares golpistas e uma parte das esquerdas que atuaram durante os anos de ditadura. Ao deslocar o olhar para o passado, estando no presente, a memória busca relatar os fatos e acontecimentos como forma de preservar ou construir identidades, culturas, como também buscar a justiça. “A memória, onde cresce a história que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 2003: 477).

Passados 30 anos desde o fim da ditadura civil-militar, muitos fatos ainda não foram esclarecidos e, familiares de mortos e desaparecidos políticos ainda aguardam justiça e reparação pelos crimes de tortura, assassinados e desaparecimentos cometidos por uma parte

dos militares. É nesse cenário que o *GTNM/RJ* tem baseado sua militância atuando através da divulgação de depoimentos, de denúncias e da criação de monumentos que funcionam como práticas de reconstrução da memória em relação a esse período.

Carolina Scarpelli (2009) afirma que a relação do presente com o passado, forma o sentido da memória, ou seja, o passado é organizado e trazido à tona de acordo com as necessidades expressas no presente. Partindo disso, o esquecimento seria um fator negociável tornando-se uma questão de conveniência para alguns. “Sendo assim, o esquecimento se dá quando uma geração possuidora do passado ou do conhecimento do passado não o transmite às novas gerações, impossibilitando inclusive que traumas sejam superados e que atrocidades não voltem a acontecer”. (Ibidem, p 44).

Quando nos referimos à ditadura civil-militar fica evidente que ‘esquecer’ só seria conveniente para a direita golpista que defende, em seus argumentos, uma memória em que os militares são os ‘heróis’ da nação e que suas ações visavam conter o avanço do comunismo, esse considerado propagador do caos. Tal discurso teve a adesão de uma parte da sociedade e serviu como embasamento para a ideia da Lei de Anistia como “pacto político de reconciliação recíproca”, contribuiu para a formação de uma ‘cultura’ de esquecimento e impunidade que, por sua vez, tornou-se um impasse na apuração dos crimes cometidos pelo Estado. (ABRÃO, TORELLY. 2011: 232-234).

O processo de transição atingiu três dimensões. A primeira, liderada pela bandeira “ampla, geral e irrestrita”, ocorreu quando os parentes de presos e desaparecidos políticos começaram a se mobilizar, a principal característica desse período foi a luta por liberdade pública nos âmbitos políticos e civis. A segunda ocorreu como ‘reparação’ quando se iniciaram a apuração dos crimes contra a humanidade cometidos pelos agentes estatais. Já a terceira diz respeito ao período atual que será a anistia enquanto ‘verdade e justiça’ tutelada pela criação da Comissão Nacional da Verdade.<sup>57</sup>

Esse último fator possibilita a reconstrução da memória que também é um processo de reparação relevante para a formação social do país, como garantia de que a barbárie cometida durante a ditadura civil-militar não seja repetida. Isso permitirá à sociedade brasileira não só conhecer o passado como também identificar as consequências que os episódios da ditadura causaram aos dias atuais, como, por exemplo, a violência policial presente na sociedade brasileira.

---

<sup>57</sup> Anistia e Justiça de Transição, texto disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/anistia-e-justica-de-transicao/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016

O processo de reparação no Brasil se iniciou ainda durante a ditadura, na década de 1970, com a anistia que mesmo pactuada permitiu aos perseguidos políticos terem seus direitos restituídos. Nesse mesmo período os familiares de desaparecidos políticos passaram a encaminhar ações à justiça brasileira com o objetivo de denunciar o Estado pelos crimes cometidos durante a ditadura e, nos governos posteriores, houve a implementação de Comissões e medidas legais que visaram a compensação e restituição daqueles que sofreram com o terror imposto pelo Estado.

Nesse ponto, Paulo Abrão e Marcelo Torelly (2011:230) argumentam que o processo de reparação tornou-se o “eixo estruturante da agenda da transição política” e demonstrou um significativo avanço, porém, existem outras áreas em que não houve o mesmo empenho. Nesse caso, foi a dimensão da justiça “entendida como restabelecimento substancial do Estado de Direito, com a devida proteção judicial às vítimas e a consecução da obrigação do Estado em investigar e punir crimes, mais notadamente as violações graves dos Direitos Humanos”. (Idem, p. 230). Nesse caso, a explicação dessa falta de interesse por parte da justiça, em relação aos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura, decorre da ideia de reconciliação imposta pela Lei de Anistia e também pelo fato de envolver diretamente os membros do governo, enquanto as medidas de reparação e garantias de direito futuros não os afetavam diretamente.

Dessa maneira, percebe-se que o processo de transição no Brasil tem ocorrido de forma dicotômica, iniciado por uma anistia originária da luta do povo nas ruas e, logo após, apropriada pelos militares e transformada em um acordo político que concebeu ao Estado autoritário o controle da distensão política e proteção dos agentes da repressão que cometeram violações dos direitos humanos, com isso, o país descumpre sua obrigação na investigação e punição de tais crimes e mesmo com os avanços realizados durante os governos pós- ditadura, é possível observar que a Justiça de Transição brasileira ainda tem muito a avançar.

O *GTNM/RJ* inseriu-se nesse contexto através de sua militância e mediante a organização de produções que visavam a denúncia dos crimes cometidos por alguns militares durante o período ditatorial, propondo assim uma “luta pela memória, pelo não esquecimento” dos fatos ocorridos na época. Apesar de inicialmente ter sido criada com essa finalidade, o movimento *Tortura Nunca Mais* ganhou proporções internacionais e o grupo tem atuado para além de questões políticas, apresentando um forte engajamento a respeito da violência pós-ditadura e, nesse sentido, tem se proposto à militar contra os crimes de lesa humanidade em nível nacional e internacional nos tempos atuais.

O *sítio* do grupo dispõe de um vasto acervo que permanece em constante atualização. Os artigos e notícias postadas são referentes ao período da ditadura como também acerca de temas que dissertam sobre a questão da violência tanto no Brasil como no mundo. Por se tratar de um volume extenso de documentos, ao qual esta pesquisa não daria conta de analisar, optou-se por fazer a seleção de artigos que explicitassem bem a ideologia defendida pelo grupo *Tortura Nunca Mais/RJ* e que dialogassem com o tema discutido na seção anterior, de modo que se buscou observar as divergências dos grupos em relação aos temas. Dessa forma, foram selecionados quatro artigos, a saber: “50 anos depois a resistência continua” (2014); “Depoimento de Cecília Maria Bouças Coimbra às Comissões Nacional e Estadual da Verdade” (2013); “Direitos Humanos com afínco e afeto (carta aberta)” (2014); e “Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ: origens, compromissos, lutas e ações políticas” (2014).

“50 anos depois a resistência continua (2014)”<sup>58</sup> foi escrito por Cecília Maria Bouças Coimbra durante o aniversário do Golpe Civil-Militar de 1964. A autora inicia seu texto relatando a situação vivida por ela durante a tomada de poder pelos militares em 1º de abril de 1964. Descreve o momento em que os estudantes se reuniram no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atualmente UFRJ. A reunião realizada por aqueles jovens tinha o objetivo de resistir ao golpe que estava se efetivando, no entanto, o prédio em que estavam reunidos foi tomado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) que cumpria ordens de matar todos os resistentes. No decorrer do texto, Coimbra vai narrando os momentos de terror vivenciados por ela e pelos demais estudantes.

As armas que nos foram prometidas nunca chegaram... Nós, majoritariamente, até aquele momento, sequer havíamos segurado uma arma... E fomos encurralados naquele prédio pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC)... Não sabíamos do que se tratava quando as rajadas de metralhadora começaram a estilhaçar as vidraças do prédio centenário... As bombas de gás lacrimogêneo eram atiradas às dezenas... Apenas soubemos, naquele momento, que estávamos cercados por grupos que apoiavam o golpe civil-militar recém-vitorioso. (COIMBRA, 2014).

---

<sup>58</sup> COIMBRA. Cecília Maria Bouças. 50 anos depois a resistência continua. GTNM/RJ. 2014. Texto disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/50-anos-depois-a-resistencia-continua>>. Acesso em 20 de setembro de 2015

Segundo Cecília Coimbra, o momento de terror só foi interrompido com a chegada do Capitão do Regimento Presidencial, Ivan Cavalcante Proença<sup>59</sup>, que ordenou o cessar fogo e garantiu a retirada e sobrevivência dos estudantes. Por ter permitido que saíssem vivos do prédio, o Capitão foi preso e expulso do Exército. Quanto aos jovens que estavam presentes naquele momento, Coimbra afirma que muitos entraram para a clandestinidade, outros se exilaram, alguns foram presos, mortos ou desaparecidos.

Após o relato do fato, a psicóloga pontua que passados 50 anos do golpe civil-militar, muitos ainda permanecem na luta para que histórias como essa vivenciada por ela se tornem conhecidas pela sociedade. Sendo assim, o *GTNM/RJ* ao longo dos seus 29 anos permanece denunciando os acordos realizados que permitem a continuidade da política de “acobertamento, silenciamento, esquecimento, inaugurada pelo terrorismo do Estado” durante o período ditatorial. Partindo dessa afirmação, a vice-presidente do grupo faz uma crítica a CNV afirmando que sua criação está inserida nessa política de acordos e concessões presentes no cenário político brasileiro. Portanto, tem um caráter ‘limitado e perverso’, e ela pontua ainda a necessidade de criação de uma Comissão que abra, divulgue os arquivos da ditadura e responsabilize os culpados.

Ao relatar sua memória sobre os acontecimentos durante o 1º de abril de 1964, a fundadora desse grupo discorda da ideia defendida pela direita golpista de que o golpe civil-militar de 1964 ocorreu de forma pacífica. Seu relato deixa claro que houve resistências ao golpe contrariando a tese defendida pelos golpistas de que os brasileiros clamaram por uma intervenção no poder. E por fim, a crítica tecida à Comissão Nacional da Verdade mostra que apesar de terem contribuído para algumas investigações da comissão, o grupo se colocou contrário à atuação da CNV, considerada por eles limitada. Essa questão será discutida durante a próxima seção.

“Depoimento de Cecilia Maria Bouças Coimbra às Comissões Nacional e Estadual da Verdade (2013)”<sup>60</sup> trata-se de um texto escrito por ela mesma, agora na condição de ex-presa

---

<sup>59</sup> Ivan Cavalcante Proença formou-se pela Academia Militar de Agulhas Negras em 1950. Após ser expulso do Exército, passou a lecionar literatura na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, durante os anos 70 e em 1980, tornou-se professor titular da Faculdade de Educação Helio Alonso também no Rio de Janeiro. Texto disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/ivan-cavalcante-proenca/biografia>> . Acesso em 10 de Janeiro de 2016.

<sup>60</sup> COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Depoimento de Cecília Maria Bouças Coimbra às Comissões Nacional e Estadual da Verdade. GTNM/RJ, 2013. Texto disponível em: <<http://www.torturanuncamais->

política da ditadura. A psicóloga descreve seu período de cárcere e as torturas sofridas. Inicia relatando o começo de sua militância política como integrante do PCB, tendo, após a cisão do partido, participado da dissidência (DI)<sup>61</sup>. Em seu depoimento ela se coloca como participante de uma geração que foi influenciada pela Revolução Cubana e almejava levar a conscientização às massas para que houvesse o processo revolucionário. Essa geração foi interrompida e perseguida pela ditadura imposta pelo golpe civil-militar de 1964.

Coimbra participou fornecendo infraestrutura e apoio a vários militantes que atuavam na clandestinidade. Em 1969, durante o sequestro do embaixador Charles Burkner Elbrick, ela afirma ter abrigado em sua casa alguns militantes que participaram do sequestro, entre os quais estavam: Franklin Martins, José Roberto Spiegner (assassinado em fevereiro de 1970 pela repressão) e Fernando Gabeira. Após uma denúncia anônima teve sua vida investigada e em 1970 a sua residência foi invadida pelos DOPS do Rio Janeiro, momento em que ela e o marido foram presos. Segundo seu depoimento, foram três meses de detenção, período o qual ela denomina como uma “viagem ao inferno”:

Falar daqueles três meses em que fiquei detida incomunicável sem um único banho de sol ou qualquer outro tipo de exercício é falar de uma viagem ao inferno: dos suplícios físicos e psíquicos, dos sentimentos de desamparo, solidão, medo, pânico, abandono, desespero; é falar da “separação entre corpo e mente”, como afirmava Hélio Pellegrino. A tortura não quer “fazer” falar, ela pretende calar e é justamente essa a terrível situação: através da dor, da humilhação e da degradação tentam transformar-nos em coisa, em objeto. Resistir a isso é um enorme e gigantesco esforço para não perdermos a lucidez, para não permitir que o torturador penetre em nossa alma, em nosso espírito, em nossa inteligência. Em especial, a tortura perpetrada à mulher é violentamente machista. Inicialmente são os xingamentos, as palavras ofensivas e de baixo calão ditas agressiva e violentamente como forma de nos anular. (COIMBRA, 2013, s/p).

Ao prosseguir com o texto, a fundadora do *GTNM/RJ* relata toda a sua trajetória durante a prisão, as torturas e humilhações sofridas por ela e até por seus familiares, cita alguns militantes que passaram por sua vida durante o cárcere e também denuncia os torturadores dentre os quais ela cita o médico Almicar Lobo. Por fim, apresenta uma lista com

---

[rj.org.br/artigo/depoimento-de-cecilia-maria-boucas-coimbra-as-comissoes-nacional-e-estadual-da-verdade.>](http://rj.org.br/artigo/depoimento-de-cecilia-maria-boucas-coimbra-as-comissoes-nacional-e-estadual-da-verdade.>)  
Acesso em 22 de setembro de 2015.

<sup>61</sup> O PC do B teve sua origem, a partir das mudanças ocorridas no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) que denunciou no XX Congresso (1956) os crimes cometidos por Stálin e propôs mudanças profundas nos rumos da política internacional soviética. Com isso, o PCB decidiu modificar o estatuto partidário, retirando do programa as referências ao marxismo-leninismo, tal atitude causou um protesto do grupo oposicionista interno do partido, que foi expulso. Em 1962, o PCB dividiu-se em dois Partidos Comunistas: PCB e PC do B, formado por dissidentes do denominado “partidão”. (SALES, 2011)



os nomes dos militares que participaram de sessões de tortura e, solicitou à CNV que convocasse as pessoas citadas para prestar depoimento<sup>62</sup>.

Muitos testemunhos como este estão presentes no interior do *site* do GTNM/RJ e tais relatos explicitam a forma crítica como a questão da memória é encarada pelo grupo. Em seu primeiro texto (2014) Coimbra afirma que a política brasileira ficou presa ao “silenciamento, esquecimento, e acobertamento” dos fatos. Esses mesmos termos são encontrados em outras postagens do *sítio* e, principalmente ao fazer tal afirmação, deixa explícito o objetivo do grupo que seria o de atuar em oposição à política defendida pelo Estado, ou seja, o grupo busca trazer à tona relatos das perseguições políticas que aconteceram durante o período, e que são considerados como “verdades históricas”. Nesse ponto fica evidente a ideologia do movimento que, apesar de se afirmar várias vezes como apartidário, apresenta ideias de esquerda uma vez que tem em sua formação militantes que atuaram no combate ao período ditatorial.

---

<sup>62</sup> 1) Major da PM Riscale Corbaje era o chefe de uma das equipes do DOI-CODI/RJ em 1970 e 1971. Conhecido como Dr. Najib era tenente-coronel, em 1986, quando exercia a função de Assessor de Segurança do BANERJ; 2) Luiz Timóteo de Lima, era agente da Polícia Federal/RJ e lotado no DOPS/RJ, com atuação no DOI-CODI/RJ, em 1970.. Conhecido como Padre foi, nos anos 80, segurança do Hospital do Câncer, da Câmara de Vereadores (gabinete Romualdo Carrasco) e, em 1986, trabalhava no Setor de Segurança da Mesbla; 3) João Câmara Gomes Carneiro era major da Cavalaria do Exército e serviu na 12ª RI-BH, onde comandava sessões de tortura, em 1968 e 1969. Em 1969 e 1970 comandou o DOI-CODI/RJ. Era conhecido como “Magafa”. Em 1975, foi para a reserva, indo residir em SP, tendo em 1987 uma empresa de segurança; 4) Ailton Guimarães Jorge era capitão intendente do Exército. Serviu na PE da Vila Militar/RJ, de 1968 a 1970 e no DOI-CODI/RJ de 1970 a 1974. Conhecido como Dr. Roberto, esteve envolvido em contrabando. Foi processado e absolvido. Em 1975, foi para Reserva e tornou-se banqueiro do bicho; 5) Alfredo Magalhães, oficial da Marinha. Era do CENIMAR, em 1970 e 1971. Apesar de reformado continuou ligado àquele órgão. Conhecido como Dr. José, Dr. Paulo, Comandante Mike e Alemão; 6) Almicar Lobo Moreira da Silva, tenente médico do Exército. Serviu no DOI-CODI/RJ, de 1970 a 1974. Também era conhecido como Dr. Carneiro; 7) Ary Pereira de Carvalho era tenente coronel da Cavalaria do Exército. Serviu na PE da Vila Militar/RJ e no DOI-CODI/RJ de 1970 a 1974. Em 1985, era adido militar na Embaixada do Brasil em Buenos Aires; 8) Mário Borges era Comissário da Polícia Federal, lotado no DOPS/RJ desde 1966. Era conhecido como Capitão Bob; 9) Jair Gonçalves da Motta era inspetor da Polícia Federal, lotado no DOPS/RJ. Também atuou no CISA, em 1971. Era conhecido como Capitão. Tinha livre trânsito no DOI-CODI/RJ; 10) Humberto Quintas era funcionário do DOPS/RJ desde 1969. 11) Francisco Demiurgo Santos Cardoso, conhecido como “major Demiurgo”. Era Major na Infantaria do Exército, lotado no DOI-CODI/RJ em 1969 e 1970. Nos anos 70 foi transferido para o Comando Militar da VIª RM de Salvador (Bahia).

Outro ponto que é importante salientar, quando se compara as postagens dos *sites* do *TERNUMA* e *GTNM/RJ* em relação aos 50 anos do golpe, é que enquanto o primeiro trata o fato como um ato heroico que deve ser lembrado e homenageado, e isso é feito pelo grupo com produções de textos que exaltam a memória dos golpistas assim como através de atividades promovidas por eles, o último busca se auto afirmar na resistência contra a impunidade dos perpetradores dos crimes de violação dos direitos humanos. Assim, percebe-se nesses atos a disputa de duas memórias, uma saudosista apropriada pelo *TERNUMA* e a outra de resistência amplamente divulgada pelo *GTNM/RJ*.

No artigo “Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ: origens, compromissos, lutas e ações políticas (2014)” Victória Lavínia Grabois e Maysa Pinto Machado<sup>63</sup> se referem à atuação e formação do *Grupo Tortura Nunca Mais*. As autoras afirmam que o Centro é referencial na luta pela preservação da memória do período da ditadura civil-militar. Defendem ainda que sua posição, de não ter ligações com partidos políticos e com o governo, contribui para a autonomia do grupo e para a luta contra o “silenciamento e esquecimento dos crimes de violação dos direitos humanos cometidos antes (durante a repressão) e atualmente no Brasil”<sup>64</sup>.

Além das iniciativas realizadas pelo grupo, como a Medalha Chico Mendes, a ONG criou o *Memorial Ricardo de Albuquerque* a partir de pesquisas realizadas no Instituto Médico Legal, no Instituto de Criminalística Carlos Éboli e na Santa Casa de Misericórdia. Em parceria com a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo, o *GTNM/RJ* descobriu a existência de três cemitérios no Rio de Janeiro que receberam mortos enterrados como indigentes entre os anos 60 e 70. Os cemitérios eram: Cacuia, localizado na Estação da Cacuia, Ilha do Governador; Santa Cruz, localizado na rua da verdade s/n, em Santa Cruz ; e Ricardo de Albuquerque que fica na rua Marechal Alencastro em Ricardo Albuquerque.

De acordo com os documentos levantados durante as investigações, foi descoberto que entre os anos 1970 e 1974 foram sepultados cerca de 14 militantes políticos numa vala clandestina no cemitério Ricardo Albuquerque,

---

<sup>63</sup> Socióloga e militante do GTNM/RJ

<sup>64</sup> GRABOIS, Victória Lavínia. MACHADO, Maysa Pinto. Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ: origens, compromissos, lutas e ações políticas. GTNM/RJ. 2014. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/grupo-tortura-nunca-maisrj-origens-compromissos-lutas-e-acoes-politicas/>>. Acesso em 22 de setembro de 2015.

Sendo dois desaparecidos políticos, são eles: Ramirez Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho (desaparecidos políticos), José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranússia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Getúlio D'Oliveira Cabral, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lurdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata, Merival Araújo e Luiz Ghillardini (mortos oficiais), todos enterrados como indigentes. Também foram localizados mais dois militantes enterrados como indigentes em valas comuns nos Cemitérios de Cacuia e Santa Cruz. São eles: Severino Viana Calou e Roberto Cietto (mortos oficiais).<sup>65</sup>

Na vala encontrada em Ricardo Albuquerque cerca de 2.100 ossadas foram retiradas do local sob a supervisão de uma equipe argentina de antropologia forense entre 1991 e 1993, com a finalidade de identificação dos restos mortais, mas, devido às péssimas condições dos mesmos, ficou impossibilitada a realização de exames de DNA e a equipe resolveu suspender as investigações. Os restos mortais foram guardados no Hospital Geral de Bonsucesso até 2011. Porém, com a iniciativa do GTNM/RJ, que recebeu recursos financeiros da Prefeitura da cidade do Rio Janeiro, as ossadas foram trasladadas para o Memorial Ricardo Albuquerque. Para as autoras Victória Grabois e Maysa Machado, a criação do memorial é um fator relevante na afirmação das propostas e compromissos assumidos pela entidade assim como para o debate da memória e da verdade histórica.

Outro fator também abordado foi a luta pela abertura dos arquivos do DOPS do Rio de Janeiro e de São Paulo. A pressão de alguns movimentos sociais e de entidades de direitos humanos como *GTNM/RJ*, em 1992, fizeram com que os arquivos fossem passados para os governos desses dois estados de modo que, com a autorização do governo do Rio de Janeiro, o *GTNM/RJ* iniciou pesquisas com a finalidade de levantar dados de mortos e desaparecidos. A partir desta pesquisa o grupo copilou vários arquivos que estão abertos ao público na sede *GTNM/RJ*, e as pesquisas também contribuíram para a publicação do “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964”, que foi entregue ao então presidente da República na época, Fernando Henrique Cardoso.

Na parte final do texto Victoria Grabois e Maysa Machado afirmam que os documentos que comprovam as atrocidades cometidas pelo Estado ainda permanecem em sigilo. Citando o resolutivo da Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, afirmam que o Brasil não cumpriu as determinações por ela previstas e que setores

---

<sup>65</sup> *Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais / RJ* - Ano 25 - Nº 76- Junho 2011. Algumas Memórias Brasileiras: Cemitério de Ricardo de Albuquerque, Mortos e Desaparecidos Políticos enterrados como indigentes. Disponível em: <[http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm\\_76/cemiterio.html](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_76/cemiterio.html)>. Acesso e, 22 de setembro de 2015.

importantes da sociedade brasileira não dão o devido valor à Sentença o “que possibilita de uma vez por todas, o resgate da dívida histórica em relação ao período da ditadura civil-militar brasileira”<sup>66</sup>. Dessa forma, a luta da entidade se traduz na busca por uma Comissão Nacional de Memória, Verdade e Justiça, onde haja a abertura total dos arquivos e que possibilite de fato a investigação e conhecimento do terrorismo realizado pelo Estado autoritário durante os anos de 1964 -1985.

Na matéria - “Direitos humanos com afincos e afetos (2014)”<sup>67</sup>, escrita pelo jornalista José Leal, ele aponta para a formação histórica do Brasil partindo da premissa de que alguns fatos da história nacional ainda servem de estorvo para a realização dos direitos humanos no país. José Leal defende que desde os períodos, colonial, império e república, a anistia está presente no Brasil. No entanto, não houve, até o momento, a existência de fonte que servisse ao direito para apurar as responsabilidades dos crimes de lesa-humanidade cometidos pelo Estado brasileiro, nem mesmo em relação às anistias de 1956, 1961 e 1979 que foram promulgadas após a Declaração dos Direitos Humanos de 1948.

José Leal prossegue afirmando que o golpe civil-militar de 1964 confirmou a existência do ‘caráter hereditário’ da prática golpista como forma de solucionar os problemas políticos e socioeconômicos. De acordo com ele, o poder político do Brasil nos coloca em frente aos 50 anos do golpe que programou uma ditadura no país, contribuindo para o fim da democracia e a não realização dos direitos fundamentais, gerando uma hereditariedade responsável pelo não reconhecimento de minorias sociais, como negros e indígenas, na não realização de reformas sociais, deixando mais uma vez de se concretizar os compromissos com os direitos humanos.

A raiz da hereditariedade seria a principal responsável pela resistência das mudanças propostas para a Lei de Anistia de 1979, denominada por José Leal de “anistia-anestesia”, responsável pelo impedimento da revelação da verdade histórica ainda hoje mascarada e por isso, faz-se necessária à luta para que as amarras sejam rompidas. O jornalista também afirma que as manifestações iniciadas no ano 2013 almejavam mudanças na estrutura político,

---

<sup>66</sup> GRABOIS, Victória Lavínia. MACHADO, Maysa Pinto. Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ: origens, compromissos, lutas e ações políticas. GTNM/RJ. 2014. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/grupo-tortura-nunca-mais-rj-origens-compromissos-lutas-e-acoes-politicas/>>. Acesso em 22 de setembro de 2015.

<sup>67</sup> LEAL, José. Direitos humanos com afincos e afetos. GTNM/RJ. 2014. Texto disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/direitos-humanos-com-afincos-e-afetos/>>. Acesso em 22 de setembro 2015.

econômica e social do país e que esses protestos tiveram sua fonte nos princípios dos direitos fundamentais.

Quando as vozes do povo ecoam nas ruas contra o sistema de saúde, batem de frente e de corpo inteiro com o direito à vida. Quando se revolta contra o aumento de passagens, de gêneros alimentícios, bate direto no fundo de seus bolsos, pois o dinheiro que possuem, não basta para comer, morar e suprir suas necessidades básicas para sobreviver. E quem quer sobreviver? Ninguém! Isso está estampado nas faces de milhares de desabrigados famintos ecoando diariamente nas ruas o silencioso grito de revolta: “Queremos viver!” (LEAL, 2014).

O referido autor prossegue argumentando acerca da relevância de se buscar as raízes dos problemas e lutar por uma ampla mudança na democracia para garantir a aplicação dos direitos inerentes ao homem. Diante dos argumentos defendidos pelo jornalista, fica evidente que ele se propõe à afirmar que o Brasil, com suas manobras e golpes políticos, nunca conseguiu uma política que efetivasse a defesa dos direitos humanos na sociedade e, dessa maneira, a violência presente durante o período ditatorial está imbricada na raiz do país desde sua formação, e mesmo com o fim da ditadura civil-militar as práticas de repressão foram transferidas para as minorias sociais.

O historiador Carlos Fico (2004:34) alega que as práticas violentas estiveram presentes na estrutura militar desde os primeiros momentos do golpe e fatos que se sucederam, nos anos seguintes, foram apenas o amadurecimento do que já estava acontecendo. Para Carlos Fico, os militares estavam imersos em suas ideologias, às quais ele denomina de “utopia autoritária”, isto é, na crença de que seria possível eliminar quaisquer dissensos (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental cristã”. Logo, ao cometerem tortura e até extermínio daqueles que questionavam o sistema, não estavam violando ou cometendo crime algum, pois, era necessário para se combater e reprimir o avanço do comunismo, uma vez que a sociedade brasileira estava despreparada e necessitava de uma intervenção. Portanto, a ‘utopia autoritária’ faria parte da hereditariedade evidenciada por Jose Leal no texto acima analisado, que afirma a prática golpista como algo recorrente no país e como uma forma de eliminar os problemas e crises políticas.

Estes dois textos “Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ: origens, compromissos, lutas e ações políticas” e “Direitos humanos com afinho e afeto” se complementam em suas

perspectivas, sendo que o primeiro se refere às práticas realizadas pelo *GTNM/RJ* na defesa dos seus ideais e na busca por justiça. Victória Grabois e Maysa Machado fazem uma crítica ao governo e deixam entender que o Estado é conivente com as violações dos direitos humanos. José Leal prossegue com a crítica afirmando que no Brasil há uma “hereditariedade política” que permite que os crimes de lesa-humanidade continuem a ser perpetuados. Para o jornalista, as raízes dos problemas socioeconômicos brasileiro estão no descaso do Estado com o cumprimento dos direitos humanos. Porém, José Leal, ao fazer tal afirmativa, atribui como origem dos problemas um único fator, enquanto, na realidade, há toda uma conjuntura responsável tanto pelo descaso com os direitos fundamentais quanto por outras problemáticas, e isso decorre da organização social e política brasileira.

A trajetória dos direitos humanos se originou com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França em 1789, e durante o século XIX ao XX as discussões sobre esses direitos estiveram voltadas para as minorias étnicas e grupos religiosos. Somente após a Segunda Guerra Mundial é que o assunto passou a ser pauta mundialmente importante e, com a criação da ONU (Organizações das Nações Unidas), iniciou-se um debate para a elaboração de um documento que garantisse o respeito à vida humana e à paz mundial. Com isso, em 1948 foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sua promulgação possibilitou a criação de outros documentos nos âmbitos nacionais, regionais e mundiais, como a Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1951); Declaração sobre a Proteção de todas as Pessoas contra a Tortura e outros tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1975), entre outros. (QUADRAT, 2008).

Elaborada durante a Guerra Fria, a declaração foi alvo de disputas entre Rússia e os Estados Unidos. Samantha Viz Quadrat (2008: 365) argumenta que “durante a bipolaridade da Guerra Fria, qualquer denúncia de violações dos direitos humanos era vista com uma única finalidade: desacreditar a imagem de um dos dois lados”. Com o fim da Guerra Fria houve a convocação da Conferência de Viena, considerada um dos maiores eventos voltados para os direitos humanos, o encontro permitiu a ampliação do debate sobre, a referida temática tornando o mesmo um tema universal, chegando a ultrapassar a declaração de 1948.

Na América Latina, foi declarada em 1948, através da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do homem, mas, antes da elaboração desse documento, em 1945 a OEA já havia criado o acordo de Proteção Internacional aos Direitos Essenciais do Homem. Partindo dessa questão, Samantha Viz

Quadrat afirma que os países da América Latina possuem uma reconhecida atuação internacional na temática dos direitos humanos e, mesmo com as ditaduras militares, alguns países latinos continuaram ampliando os debates sobre o tema. Exemplo disso foi a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José), aprovada em 1969, mas que só entrou em vigor em 1978, Convenção Interamericana para Prevenir e Punir Tortura, que passou a vigorar em 1987, e a Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de pessoas de 1996, esta por sua vez, visou coibir o desaparecimento forçado, prática repressiva bastante utilizada na América Latina.

No que diz respeito à questão brasileira acerca da aplicação dos direitos humanos, percebe-se atualmente uma inversão de valores e, apesar de algumas medidas governamentais e a presença de ONGs que atuam na defesa desses valores, as cidades brasileiras estão tomadas pelo alto índice de violência e uma grande parcela da população apoia as medidas repressivas tomadas pelos agentes de segurança pública e as entidades que atuam na defesa desses direitos são taxadas de defensoras de criminosos.

No Brasil, as primeiras organizações em defesa dos direitos humanos surgiram na década de 1970 ligadas à campanha pela anistia dos presos e exilados políticos. Nesse momento surgiu a Comissão de Justiça e Paz em 1979, e foi criado no Rio Grande do Sul o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), cujas primeiras atividades foram voltadas inicialmente para a ajuda na retirada de estrangeiros que chegavam ao país, em movimentos pela libertação de presos políticos e campanhas de violações de direitos humanos. Durante a transição política surgiram as organizações formadas por familiares de mortos e desaparecidos como, por exemplo, a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, e nesse mesmo contexto encontra-se o *Grupo Tortura Nunca Mais*. Essas entidades foram importantes na constituição de acervos de documentos que auxiliam em pesquisas e em processos judiciais que evidenciem as ações ilegais do Estado durante a ditadura civil militar. (QUADRAT. 2008-b: 381-382).

Paulo Sergio Pinheiro (1995:08) afirma que apesar da constituição da democracia, ainda impera no Brasil práticas autoritárias remanescentes do governo militar, e a perseguição que antes era voltada para grupos políticos de oposição, foi transferida para as minorias sociais. Para Pinheiro, sob a perspectiva dos direitos humanos, os governos pós-ditadura têm mais pontos em comum que diferenças em relação às práticas perpetradas pelo Estado durante a ditadura:

Diante da corrupção, do agravamento das violações de direitos humanos e de sua impunidade, o regime autoritário (1964-1985) e o regime constitucional de 1988 com os governos civis, de transição e eleitos, dada a ausência de ruptura significativa na área da cidadania, foram expressões diferenciadas de uma mesma estrutura de dominação fundada na hierarquia, discriminação, impunidade e exclusão social. (Ibidem, p11).

Para Paulo Sergio Pinheiro a Constituição de 1988, que foi criada no final do período da ditadura em Assembleia Nacional Constituinte, apesar de ampliar e garantir os direitos do cidadão foi também o produto da mesma estrutura autoritária que dominava o Brasil e, nesse ponto, não há uma aplicabilidade efetiva o que contribui para que a maioria da população brasileira tenha uma descrença em relação ao empenho do Estado na busca por garantir igualdade e imparcialidade para todos os cidadãos. Dessa maneira, as organizações e movimentos que atuam em favor dos direitos humanos desenvolvem papel decisivo na mobilização do Estado e das sociedades através de denúncias e na busca pela garantia das normas de direitos na democracia brasileira. (PINHEIRO 1995-b:40).

Apesar da Carta Política de 1988 ter consagrado os direitos individuais “dando atenção especial ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e aos direitos conexos a este princípio, como a proibição da tortura (5º, III) e a prática de racismo como crime inafiançável (5º, XLII), entre outros” (VAINER, 2010:188), o Supremo Tribunal Federal Brasileiro expressou de forma clara a dicotomia brasileira em relação ao direito constitucional quando decidiu não revogar a Lei nº 6.683/1979, mantendo a lei vigente tanto para os presos políticos como também para os torturadores e agentes do estado, estes responsáveis por crimes de lesa-humanidade. Não revogando a lei nº 6.683/1979, o governo se torna contrário à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e tal atitude culminou na condenação do Brasil pela CIDH, por violações dos direitos humanos, declarando o Estado brasileiro responsável pelas mortes ocorridas durante a Guerrilha do Araguaia e a Lei de Anistia estaria em desacordo com as obrigações do direito internacional ao ser usada para impedir a abertura de processos por violações dos direitos fundamentais.

As violações cometidas pelos agentes de segurança do Estado ainda são uma ferida aberta entre muitas famílias que não tiveram os seus mortos sepultados, ou aqueles que veem seus carrascos saírem impunes e até assumirem cargos públicos no governo. O Brasil, mesmo tardiamente, tem avançado com políticas que têm contribuído no âmbito da reparação, mas a mobilização jurídica transnacional ainda tem muito a avançar e o trabalho da justiça é importante, pois atribui significado jurídico aos fatos contribuindo para construção da memória.



#### **IV- DITADURA, MEMÓRIA E JUSTIÇA NO MUNDO VIRTUAL**

O caráter conciliatório da Lei de Anistia resultou na imposição do esquecimento através de uma política de não revanchismo das violações cometidas por perpetradores em nome do Estado. Esta imposição produziu sequelas naqueles que foram perseguidos e na sociedade como um todo, evitando que questões relacionadas à tortura e ao desaparecimento dos perseguidos políticos fossem discutidas, contribuindo para a interdição do passado e para a diluição da memória coletiva. (SILVA. 2012: 53).

Memória coletiva foi um termo utilizado inicialmente por Maurice Halbwachs (1990). Para ele, a memória é uma atividade individual, mas também coletiva, pois o indivíduo está sempre inserido em um determinado grupo e suas lembranças são construídas a partir do sentimento de pertença a ele que se daria através da adesão afetiva. Michael Pollack (1989: 03) afirma que em Halbwachs a memória nacional seria a forma mais completa de uma memória coletiva, porém, ao fazer sua definição, Maurice Halbwachs só aponta as funções positivas não considerando a forma de dominação ou violência simbólica que a imposição dessa memória comum (nacional) exerce sobre a sociedade. Logo, o sociólogo defende que a perspectiva atual de trabalhos que consideram os estudos memorialísticos devem se “interessar pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (Ibidem, p 04), privilegiando as vozes das minorias que se opõem à memória oficial.

Sendo assim, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, “e quando se trata de memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. (POLLACK, 1992: 204). Dessa maneira, a memória seria o fator formador da identidade, sendo ela individual ou coletiva e, partindo desse pressuposto, a construção da identidade é feita em referência ao outro mediante critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade no qual há uma negociação direta com o outro. A partir desse caráter é possível observar o confronto entre memória individual e memória ‘dos outros’, fazendo com que haja uma disputa de valores entre grupos.

Nesse bojo de discussão e embate memorialístico tem-se a memória oficial e a memória daqueles que atuaram a favor ou contra a ditadura. Diante das análises feitas nesta

pesquisa, percebe-se que a versão dos vencidos (esquerda) se constituiu como ‘memória vencedora’ e, de acordo com os defensores do golpe, a mesma se tornou a versão oficial dos fatos. Entretanto, percebe-se que há algumas divergências entre aquilo que se afirma como oficial e o que é defendido por uma parte das esquerdas, pois, a política brasileira é firmada em acordos e pactos que tendem a beneficiar aqueles que se tornaram detentores do poder. É nesse ponto que Jacques Le Goff (2003: 426) discorre que a memória coletiva é relevante na luta das forças sociais pelo poder.

Dessa maneira, aqueles grupos que dominaram e dominam as sociedades históricas, tornam-se os donos da memória fazendo com que os esquecimentos e os silêncios (omissões) sejam reveladores do mecanismo de manipulação da memória coletiva que está condicionada as necessidades do presente, assim, ela retém do passado aquilo que lhe convêm. É essa característica que se observa quando se reflete sobre a hegemonia da memória nacional, que foi realizada e imposta mediante um jogo de interesses articulados entre forças econômicas, militares e governo brasileiro, e que resultaram num processo de transição política lenta e gradual em nome de uma ‘conciliação’ para impor o silêncio através da omissão dos crimes cometidos por agentes do governo durante o regime autoritário.

Buscou-se nessa pesquisa apresentar esses três autores devido à relevância que seus pressupostos teóricos exercem sobre a questão da memória que, ao mesmo tempo é individual e coletiva, como também exerce papel principal na formação da identidade de um determinado indivíduo e, por sua vez, se constitui em valores disputados nos conflitos sociais e por aqueles que compõem grupos políticos diversos. Le Goff, por sua vez, faz uma ligação entre memória e ideologia afirmando que a primeira é utilizada como elemento de poder pelas forças políticas e, foi se baseando nesse pressuposto, que este trabalho foi construído.

Para Marcos Napolitano (2014) a Lei de Anistia contribuiu para consolidar a criação de uma memória hegemônica sobre a ditadura civil-militar. Esta seria representada pela camada dominante que se dissociou dos militares por razões econômicas, devido ao estatismo e burocratismo realizado durante o governo militar, em união com a esquerda moderada, formando uma memória com elementos da crítica liberal e também de esquerda. “Para a elite funcionou como um álibi para eximirem-se das responsabilidades históricas na construção de um regime autoritário e violento. Para a esquerda funcionou como uma estratégia de ocupar espaços e denunciar e deslegitimar a ditadura”. (Ibidem, p. 317).

Dessa maneira, a memória hegemônica contribuiu para deslegitimar as ações dos militares golpistas fazendo com que os mesmos se tornassem os ‘vilões’ da história. No entanto, essa mesma memória optou por atribuir as responsabilidades aos radicalismos de esquerda e da direita que seriam os responsáveis pela crise no governo Goulart e pelo endurecimento do regime. Percebe-se nesse contexto o que se impôs no Brasil foi uma memória conciliatória e moderada que buscou manter a estabilidade institucional e criticar as opções radicais tomadas pela extrema direita e pela extrema esquerda.

Além dessa memória, outras variadas versões tomaram o país, dentre as quais, estão àquelas vinculadas aos militares que apoiaram o golpe e as versões dos militantes que atuaram nas esquerdas. Essas manifestações criaram um embate de memórias que repercute até os dias atuais. Exemplo disto é o conflito criado entre os grupos *Tortura Nunca Mais* e *Terrorismo Nunca Mais*, visto que as postagens presentes nos dois sites deixa explícito esse conflito de interesses.

Diante do silêncio imposto pela Lei de Anistia, parte das esquerdas buscou construir uma narrativa própria sobre os acontecimentos como forma de denunciar as atrocidades cometidas por alguns militares, indo contra o esquecimento imposto pela ‘reconciliação’. Culminando numa gama de trabalhos de cunho memorialístico nos quais estão inclusos trabalhos acadêmicos, entrevistas, filmes e a elaboração de projetos que visam à recuperação da memória sobre as atrocidades cometidas por alguns agentes do governo. Esses memorialistas difundem os testemunhos dos vencidos com o exercício da crítica histórica. “A matéria do discurso narrativo dessas memórias se expressa na luta de resistência contra o esquecimento; na autodenúncia dos crimes hediondos da ditadura; na autocritica da luta armada e da ‘esquerda tradicional’”. (CARDOSO, 2012: 138),

Com a ampla divulgação das versões dos militantes de esquerda, parte dos militares e civis que apoiaram o golpe passou também a divulgar suas versões dos fatos, quando não para defenderem sua atuação pessoal durante aquele período. Baseiam-se principalmente em documentos produzidos pelos órgãos de segurança do Estado no qual, ao fazer tal uso, buscam garantir sua subjetividade construindo assim variadas representações dos acontecimentos do período. (Ibidem, p. 137).

A busca pela imposição e defesa das suas memórias não se deu apenas no campo bibliográfico. Com a disseminação das novas tecnologias, esses embates memorialísticos

passaram a ser difundidos pelo *ciberespaço* possibilitando que o mesmo se constituísse em um espaço de memória, pois, a partir da análise dos *sites* abordados neste estudo, percebe-se que os grupos, deixam implícita ou explícita, em suas ações, a vontade de reavivar a memória, seja ela em defesa ou em protesto a ditadura. Por ser um espaço virtual, a *web* torna-se um ambiente complexo em relação à salvaguarda da memória. Alguns pesquisadores divergem quanto à relação de preservação e utilização do *ciberespaço*: existem àqueles que acreditam que o ambiente virtual contribui para a salvaguarda e disseminação da memória, e há aqueles que discordam, pois, asseveram que a virtualidade da informação pode resultar em seu desaparecimento.

Para Pierre Nora (1993) os lugares de memória surgem da necessidade de rememoração, ou seja, o esfacelamento da mesma cria a necessidade de consagrar lugares que consolidem sua continuidade. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história”. (Ibidem, p. 08). Dessa maneira, História e Memória são distintas, mas a primeira, para sua construção, possui a necessidade da segunda. Opostas em tudo, a memória se constitui em algo absoluto e vivido, a história é relativa e se trata de uma construção incompleta da memória.

Os lugares de memória, segundo Nora, atingem três sentidos simultaneamente: material, simbólico e funcional. Portanto, podem abranger desde um monumento, algo concreto, até o mais abstrato como uma simbologia. Porém, para que seja considerado um lugar de memória, deve-se haver a ‘vontade de memória’ que é formada a partir da interação entre memória e história e, na falta de intenção da mesma, os lugares se tornarão lugares de história. (Ibidem, p.21: 22).

Partindo dessa premissa, evidencia-se que há uma ligação entre memória e esquecimento e as práticas memorialísticas surgem a partir do medo de esquecer, ou seja, para manter viva as suas recordações, o homem tem a necessidade de consagrar espaços, e essa atividade consiste em um meio de memória auxiliar, pois, em termos biológicos, para o armazenamento de novas lembranças é necessário o esquecer. Nessa esfera são criadas as memórias coletivas enriquecidas com pontos de vista diversos sobre determinado fato social. (DODEBEI; GOUVEIA. 2008).

A presença da memória no *ciberespaço* ainda é algo em construção, portanto, não se podem concluir as implicações ocorridas por esse processo, o que se pode afirmar é que ao

disseminar a memória no espaço virtual ela perderá seu caráter individual, tornando-se coletiva, uma vez que a *web* é um ambiente conjunto de constante interação entre indivíduos. Devido à sua dinamicidade, o meio virtual torna-se um lugar de armazenamento de informações e também do descarte das mesmas, daí entra o questionamento: como o *ciberespaço* pode ser considerado ou como pode atuar como um lugar de memória, uma vez que é um ambiente instável e passível de exclusão de informações?

Silvana Monteiro e Ana Carelli (2007:03) defendem que o *ciberespaço* é um ambiente inconstante e virtual, e essa última característica não fornece a garantia de que uma determinada informação esteja disponível após certo período, pois os dados se sucedem, se modificam, se interagem e se excluem. Assim sendo, a preservação no meio virtual não seria um fator de caráter essencial.

Ao responder sobre os riscos da não preservação na *internet*, as pesquisadoras Vera Dodebei e Inês Gouveia (2008) afirmam que mesmo assim a *web* é um ambiente fértil para pesquisas e produção de conhecimento e que blogs, sites, portais oferecem oportunidades de registrar, autorizar e reformatar memórias e transformá-las de privadas a públicas. E também, ao observar sua dinamicidade, percebe-se que há um forte movimento no sentido do esquecimento. Para as autoras supracitadas, o fator esquecer é tão importante quanto o lembrar, assim, as práticas memorialísticas devem ser seletivas, e:

O grande desafio na era virtual é realmente encontrar o equilíbrio nessa dinâmica de trocas entre os dois espaços, o material e o virtual, além de refletir sobre a impossibilidade de preservar o material dissociado do imaterial, e de decidir sobre a parte da produção de bens que deve ser objeto de proteção. Disseminar a informação é também uma forma de proteção, dentro da perspectiva da memória em movimento. Pensamos que o sentido de acumulação deva ser revisto. A cultura do acúmulo parece estar em jogo, um jogo que oscila entre o lembrar e esquecer. (Ibidem, p 10).

Diante desses questionamentos, fica evidente que as discussões em torno da preservação da memória no *ciberespaço* são questões complexas que estão em constante debate. Visto isso, essa pesquisa procurou abordar o espaço virtual como uma ferramenta disseminadora de práticas memorialísticas em relação à ditadura civil-militar de 1964, apropriando-se do argumento de que ao divulgar determinada informação, contribui-se para sua proteção – ‘memória em movimento’. Nesse ponto, nota-se que os *sítios* se utilizam da internet como instrumento que ao mesmo tempo é depositário e disseminador de suas memórias a respeito o período ditatorial.

O *ciberespaço* tem sido utilizado como ferramenta do Governo Federal na propagação de suas atividades em torno da memória e da problemática dos crimes ocorridos durante os

anos de repressão. Nesse sentido, houve a criação do *sítio* da Comissão Nacional da Verdade (<http://www.cnv.gov.br/>), que tem como finalidade prestar contas à sociedade sobre as atividades da entidade e divulgar a história oficial do país concernente à violação dos direitos humanos cometida por alguns militares durante a ditadura civil-militar. Contudo, a iniciativa do Governo Federal não foi bem vista por aqueles que ainda defendem a tomada de poder em 1964. A Comissão também recebeu críticas de parte das esquerdas que a considera como mais um produto do acordo conciliatório realizado entre os governos pós-ditadura, militares e forças econômicas.

Esta pesquisa, no entanto, constata a importância da criação e divulgação dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade e a sua repercussão nos estados e municípios brasileiros, pois isso contribui para a ampliação do espaço de debates acerca do estabelecimento da ‘verdade’ que favoreça reparação e justiça das violações cometidas durante o período da repressão, uma vez que o trabalho de uma Comissão tem como ponto principal o resgate histórico para o estabelecimento da ‘verdade e conscientização’ da sociedade, consolidando o processo democrático.

## **1. A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: INSTALAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

No Brasil, a instalação da Comissão Nacional da Verdade ocorreu mais de 20 anos após o fim da ditadura. Em relação aos demais países da América Latina, o Brasil foi o último a criar uma Comissão, enquanto que os outros buscaram investigar e esclarecer as violações logo após o fim dos regimes. Esse atraso referente ao país faz com que a transição democrática torne-se um processo inconcluso, pois, o reconhecimento e a responsabilização daqueles que violaram os direitos humanos ainda é um processo em andamento. Nesse quesito, foram instituídas as Comissões da Verdade numa tentativa de produzir uma ‘verdade’ que corresponda aos fatos da repressão. Desse modo, os testemunhos ganham caráter jurídico acrescidos de documentos históricos para a composição de fatos considerados verdadeiros. (NAPOLITANO. 2014: 320).

A Comissão Nacional da Verdade foi instituída pela Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Instalada em maio de 2012, seu principal objetivo foi examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito

à memória e à verdade histórica, além de promover a reconciliação nacional.<sup>68</sup> A CNV não possuiu o poder de punição e julgamento, mas seu trabalho resultou em um relatório final elaborado com o intuito de auxiliar ações na justiça sobre os crimes cometidos.

Composta por sete membros: Cláudio Lemos Fontenelles, que foi Procurador Geral da Justiça entre 2003 e 2005, membro da Comissão até 2013, quando renunciou e foi substituído por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, que é professor da faculdade de Direito da USP. E entre os anos de 2004 a 2008 foi juiz e presidente do Tribunal Administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é atualmente membro do Conselho Diretor do Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA); Gilson Langaro Dipp, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, advogado criminalista e durante a Ditadura advogou em defesa de presos políticos, atuando diretamente na Justiça Militar, foi também secretário da Justiça de São Paulo e Ministro da Justiça durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1999 e 2000.

Formada também José Paulo Cavalcanti Filho, que foi secretário-geral do Ministério da Justiça e Ministro (interino) da Justiça, no governo do ex-presidente José Sarney; Maria Rita Kehl, psicanalista foi editora do *Jornal Movimento*, um dos mais importantes veículos da imprensa alternativa durante a ditadura, e participou do grupo que criou o jornal *Em Tempo*, em 1978; Paulo Sérgio Pinheiro, professor de Ciência Política e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo; Rosa Maria Cardoso da Cunha advogada e professora universitária, atuou na defesa de presos políticos no Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal<sup>69</sup>.

A instalação da Comissão Nacional da Verdade gerou agitação entre alguns militares e civis que apoiaram a tomada de poder em 1964. Dentre esses esteve o *Grupo Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA)*, cujas críticas estão embasadas no argumento de que a CNV foi ‘revanchista e parcial’, uma vez que não procurou investigar as ações dos grupos de esquerda. Marcos Napolitano (2014: 332) afirma que o argumento é frágil, pois a maioria dos

<sup>68</sup> BRASIL, Lei n° 12.528 de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm)>. Acesso em 15 de novembro de 2015

<sup>69</sup> Membros da Comissão. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros.html>>. Acesso em 15 de novembro de 2015

guerrilheiros foi de alguma forma punida com prisões, exílios, tortura e morte. Contudo, os perpetradores dos crimes de lesa-humanidade não foram penalizados por seus atos.

Além das críticas realizadas por parte da direita, ex-presos políticos, comitês de memória verdade e justiça, familiares de mortos e desaparecidos também criticaram a atuação da CNV e seu relatório final lançando em 2014. Esses grupos publicaram uma carta aberta contrária ao trabalho realizado pela Comissão reivindicando a elaboração de um plano de trabalho com objetivos e metodologia definidos<sup>70</sup>. Além dessas reivindicações, o documento também exigia que os membros da CNV estivessem prioritariamente voltados para os trabalhos da comissão e que a mesma buscasse garantir a abertura total dos arquivos dos órgãos da repressão<sup>71</sup>. Em resposta, a coordenadora que atuava naquele momento, Rosa Cardoso, disse concordar com as críticas e que a CNV deveria trabalhar mais rapidamente, submetendo o resultado a uma crítica permanente e a um diálogo constante para ao final evitar que o relatório fosse contestado pelos interessados.

A CNV teve suas atividades encerradas no dia 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Seu trabalho resultou em um relatório dividido em três volumes com 4.328 páginas. Na primeira parte da pesquisa consta 976 páginas divididas em 5 fragmentos que estão subdivididos em 18 capítulos. O primeiro aborda a criação da Comissão Nacional da Verdade e a realização de suas atividades. A segunda parte faz uma análise sobre as estruturas do Estado e a grave violação dos direitos fundamentais, perfazendo um breve contexto histórico dessas transgressões entre 1946 e 1988, discute também os órgãos de repressão política e a participação do Estado brasileiro em crimes de violação dos direitos humanos no exterior.

A terceira parte aborda os métodos e práticas de violação dos direitos humanos, perpassando pelos temas das práticas de tortura, violência sexual, execuções e mortes decorrentes de tortura e desaparecimentos forçados. A parte quatro discute a repressão contra os militares que não apoiaram o golpe, trabalhadores, sindicalistas, camponeses e grupos políticos. Abordando também a questão da violência e terrorismo do Estado e a Guerrilha do Araguaia, descrevendo alguns locais nos quais ocorreram violações dos direitos humanos. A parte cinco traz a conclusão e as recomendações.

---

<sup>70</sup> Parte I, p. 67. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014.

<sup>71</sup> Carta Aberta a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<https://ocomentaristapolitico.wordpress.com/2013/07/16/comissao-nacional-da-verdade-recebe-criticas-em-carta-aberta/>>. Acesso em 15 de novembro de 2015



O volume dois está organizado em 416 páginas, subdividido em nove textos temáticos que dissertam sobre os crimes cometidos nos setores militares, no campo, igrejas, povos indígenas, trabalhadores comuns e universidades discutindo também a relação entre ditadura e homossexualidade. Os últimos textos deste volume analisam a participação de setores civis na ditadura e, por fim, a resistência de alguns grupos sociais e políticos à repressão do Estado. O volume três é o último elaborado pela CNV, trata-se de uma lista com perfis dos mortos e desaparecidos no Brasil e no exterior, entre 1946 e 1988. A relação está subdividida em 434 pessoas, onde se busca esclarecer às circunstâncias das graves violações dos direitos humanos praticadas nesses casos.

Devido ao vasto acervo de informações, e por questões metodológicas, optou-se nessa seção por abordar a primeira parte do relatório da CNV, pois ele discute a estrutura organizacional da Comissão, elemento fundamental para embasar a discussão aqui proposta. Tendo como principal eixo orientador o lema: “Direito à Memória e à Verdade”, o documento afirma que a criação da Comissão está ligada também à instituição da Lei 12. 527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso a Informações (LAI), que visou regulamentar o direito ao conteúdo informativo, permitindo maior transparência da administração pública e, por sua vez, beneficiou o trabalho da CNV, pois possibilitou o acesso aos documentos oficiais do Exército brasileiro. Dessa forma, o relatório afirma que a LAI irá garantir a continuidade, após o encerramento da CNV, da busca pela efetivação do direito à memória, verdade e justiça, possibilitando seu exercício por pessoas e entidades públicas e privadas.<sup>72</sup>

O acesso à informação e transparência na atuação do Estado são pressupostos que devem fazer parte de um país democrático. Ao negar a divulgação de informações, nega-se à sociedade o direito de exercer a plena cidadania. Esse princípio está previsto no inciso XXXIII do 5º art. da Constituição Federal, promulgada em 1988. Dessa maneira, a omissão e o sigilo, são práticas incompatíveis com o Estado constitucional, a democracia e a cidadania.

As discussões em torno do acesso aos arquivos do período da repressão iniciaram com o processo de transição política no Brasil e, atualmente ainda é um assunto que gera intensos debates em meio ao público, e atrelado a essa discussão há o debate em torno do estabelecimento da verdade oficial. Para Marlon Alberto Weichert (2009:407), o Estado

---

<sup>72</sup> Parte I, Op., Cit., p. 22.

possui dois deveres: 1- franquear os arquivos públicos para o acesso da sociedade; 2- divulgar informações para população com imparcialidade e compromisso com a verdade. No entanto, percebe-se que o Brasil está longe de cumprir esses deveres, uma vez que suas políticas de reparação ocorreram de forma tardia e tuteladas pelo aparato da política conciliatória que impera no país.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido pela CNV, o relatório defende que a entidade buscou atender às reivindicações daqueles que sofreram durante a repressão, bem como dos familiares de mortos e desaparecidos. As investigações foram realizadas em parceria com as comissões estaduais, municipais, universitárias e sindicais, e com o apoio de diversos órgãos públicos como: Governo Federal, Ministérios da Justiça, da Educação, da Ciência, Tecnologia e Inovação e das Relações Exteriores; a secretaria de Direitos Humanos e a de Políticas para as Mulheres; e a Advocacia-Geral da União, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério Público Federal e o Ministério Público dos estados. No âmbito internacional houve a contribuição do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que atua na promoção e defesa dos direitos humanos e também na cooperação com organizações de outros países, como Argentina e Uruguai, que participaram da exumação e perícia dos restos mortais do ex-presidente João Goulart. E por fim, destaca-se o Centro Internacional para Justiça de Transição (International Center for Transitional Justice – ICTJ), como uma ONG considerada de referência internacional na questão da política transicional, que atuou no treinamento técnico da equipe da Comissão e também, auxiliou nas análises sobre os trabalhos da CNV.

Para a realização de suas atividades, a CNV montou várias equipes de trabalho, formada por 13 grupos de pesquisa, e a investigação foi subdividida em eixos temáticos:

- 1) ditadura e gênero; 2) Araguaia; 3) contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; 4) ditadura e sistema de Justiça; 5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; 6) estrutura de repressão; 7) mortos e desaparecidos políticos; 8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; 9) Operação Condor; 10) papel das igrejas durante a ditadura; 11) perseguições a militares; 12) violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e 13) o Estado ditatorial-militar. (BRASIL, 2014).

Para a apuração dos casos, a Comissão centrou seu trabalho na exumação de alguns corpos e na busca de depoimentos de vítimas e testemunhas. Além disso, promoveu audiências públicas com a finalidade de ouvir os relatos das vítimas e dos agentes da repressão. Ao longo do seu funcionamento, a CNV realizou 80 eventos em forma de audiência ou sessão pública com a intenção de coletar depoimentos e também apresentar os

dados apanhados durante suas pesquisas. Os depoimentos foram uma das principais fontes para o esclarecimento dos fatos e de acordo com números fornecidos no relatório desde a instalação da CNV, em 16 de maio de 2012 até 31 de outubro de 2014, foram coletados pela Comissão 1.116 depoimentos, sendo 483 em audiências públicas e 633 de forma reservada.

A metodologia aplicada na coleta de depoimentos consistiu em pesquisas realizadas pelas equipes e nas indicações das comissões estaduais, dos comitês populares de memória, justiça e verdade e dos familiares dos mortos e desaparecidos. É importante ressaltar que vítimas e testemunhas se apresentaram voluntariamente para prestar depoimento. Mediante esse diálogo e troca de informações, a CNV elaborou o Volume III do relatório, que consiste em uma lista de mortos e desaparecidos políticos, fundamentada nos documentos cedidos pelos familiares das vítimas.

Durante as investigações a CNV enfrentou dificuldades para obter documentos das Forças Armadas. Em um dos seus ofícios solicitou o recolhimento de declarações oficiais produzidas pelos serviços secretos, CIE-Centro de Informações do Exército e CENIMAR-Centro de Informações da Marinha, durante o regime militar (1964-85) ao Arquivo Nacional. Exército e Marinha responderam ao pedido da CNV informando não terem localizado os documentos solicitados. Entretanto, de acordo com o relatório, cerca de um quarto do material exigido foi atendido pelo Ministério da Defesa, órgão ligado às Forças Armadas, mas em caráter parcial. A CNV também realizou reuniões com o Exército com o objetivo de obter informações sobre mortos e desaparecidos, para que pudessem ser localizados indícios de suas vidas nos arquivos das Forças Armadas. O período das reuniões foi entre janeiro de 2013 e julho de 2014, ao todo foram realizados 21 encontros, seis com representantes do Exército, oito com representantes da Marinha e sete com a Aeronáutica, e foram submetidos 456 casos de mortos, mas, no entanto, apenas seis receberam informações relevantes<sup>73</sup>.

Por ser um documento extenso, buscou-se aqui apresentar de forma sucinta alguns aspectos considerados importantes e que permitem observar como se deu a criação, estrutura, e trabalho da Comissão Nacional da Verdade. A partir das análises feitas, ficam evidentes as discordâncias entre aquilo que é alegado pela CNV em seu relatório, e aquilo que é defendido tanto por militares e grupos conservadores, quanto por grupos de esquerda que atuaram na busca por justiça dos crimes de violações dos direitos humanos, e essas divergentes são mais

---

<sup>73</sup> Ver: BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. “Relacionamento com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas”. Relatório. Brasília: CNV, 2014

evidentes quando se tratam da punição e do julgamento dos perpetradores. A constituição de uma Comissão após uma ditadura é elemento relevante e significativo para a consolidação do regime democrático, porém, não cabe em suas competências o aspecto jurisdicional, não tendo a função de indiciar e punir.

## **2. COMISSÃO NACIONAL DA (IN) VERDADE: ENTRE O REVANCHISMO E A MANIPULAÇÃO**

Parte-se da ideia de que a criação da Comissão Nacional da Verdade não foi bem vista pelos militares e defensores do regime institucional que atuaram durante os anos de repressão. O relatório final da Comissão apontou 377 responsáveis, direta ou indiretamente, por crimes de tortura e assassinatos de 1964 a 1985, porém, a indicação não implica que os acusados respondam judicialmente, uma vez que a CNV não possui tal poder. Contudo, na parte final do seu relatório, a comissão propõe algumas recomendações para que os responsáveis sejam processados pela justiça e respondam pelos seus atos, como também que familiares e vítimas recebam as reparações necessárias pelos crimes sofridos.

Contrários às ações da CNV desde a sua instituição, alguns militares da reserva rejeitaram as investigações feitas pelo órgão. As críticas feitas às conclusões do relatório diziam ser suas análises “injustas e corrompidas” pelo caráter ideológico. Nesse sentido, acusam a mesma de ser parcial e defensora das esquerdas. Em um texto presente no site do Clube Militar<sup>74</sup>, a CNV é denominada de “Comissão de meias verdades” sendo acusada pela entidade de atuar na ilegalidade, pois não pratica a imparcialidade reconhecida na aplicação da lei, e seu principal objetivo seria a revisão da Lei de Anistia. “Não tenham dúvidas sobre o objetivo final da Comissão da Meia Verdade e, ou seja, recomendar a revisão da Lei da Anistia, deixando de atingir os agentes do Estado e protegendo apenas os terroristas e guerrilheiros assassinos e criminosos, já quase beatificados”<sup>75</sup>.

Essa argumentação é um consenso entre os grupos conservadores contrários a CNV. Em suas críticas é possível observar a unanimidade em afirmar que a comissão é ‘revanchista’, unilateral, manipuladora da verdade e que seu real objetivo é a revisão da Lei

---

<sup>74</sup> A Comissão Nacional da Meia Verdade e Lei de Anistia. Texto Disponível em: <<http://clubemilitar.com.br/pensamento-do-clubemilitar-5/>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

<sup>75</sup> Idem.

de Anistia. Entre os textos analisados sobre essa temática e disponibilizados no *sítio* do *Grupo Terrorismo Nunca Mais* (TERNUMA), observa-se o emprego desses argumentos e, para tal discussão, foram selecionados quatro artigos que explicitam bem essa ideologia em relação à Comissão da Verdade.

O texto intitulado “A verdade verdadeira” (2011), oriundo da Academia Brasileira de Defesa foi postado no *site* do TERNUMA. Este artigo se refere à criação da Comissão Nacional da Verdade sobre o qual diz ser ela um ato de violação da lei de Anistia e que pretende levar aos ‘brasileiros desavisados’ a expressão absoluta da verdade. A Academia ainda fazia uma crítica aos futuros membros da CNV, afirmando que: “tal entidade será composta por sete membros de ‘reconhecida idoneidade e conduta ética’ (atributos raros nos membros do atual governo) a serem designados pela Presidente da República”<sup>76</sup>.

Outra crítica também feita pelo artigo foi sobre a abrangência temporal, pois, segundo o documento, a finalidade da escolha do período a ser investigado que abrange de 1946 a 1988 tem a intenção apenas de praticar o ‘revanchismo’ contra as Forças Armadas, uma instituição que foi naquele período instrumento institucional do povo brasileiro na manutenção da ordem pública por meio do movimento iniciado em 1964. A Academia ainda afirma que a Comissão deveria investigar também a intentona comunista de 1935, pois esta similarmente fez vítimas. Partindo disso, levantam-se algumas hipóteses para a escolha do período:

Será para continuar enganando o povo brasileiro com as deslavadas mentiras, hoje denunciadas até por ex-integrantes de suas próprias quadrilhas, de que foram alvos de fantasiosas torturas, e que em nome dessas mentiras tenham, vergonhosamente, recebido do governo faccioso polpudas indenizações?

Será para aliviar dolorosos sentimentos de remorso por terem induzido jovens e despreparados patrícios a servir-lhes de massa de manobra em suas quixotescas aventuras bélicas, em seguida abandonando-os à própria sorte ou mesmo “justificando-os” por não quererem mais segui-los?

Será porque, em vista das derrotas nos movimentos violentos do passado, agora pretendam alcançar seus propósitos por meio da paciente estratégia “gramsciana”?

Será porque os seus desejos de vingança são tão irracionais que não hesitam em desestabilizar a paz institucional no País para compensar suas doentias frustrações?<sup>77</sup>

<sup>76</sup> A verdade verdadeira. TV TERNUMA. 2011 Texto disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1549%ADa%ADverdade%ADverdadeira>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

<sup>77</sup> Idem

A citação acima se propõe a afirmar que a estratégia adotada pela Comissão não obteve resultado positivo, pois os militares foram incisivos em suas críticas e as hipóteses supracitadas, na realidade, não passam de acusações feitas ao governo brasileiro e às esquerdas que atuaram contra a repressão. Este documento conclui afirmando que a Academia Brasileira de Defesa (ABD), por ser coerente com a legislação e a defesa do Estado Democrático de Direito, coloca-se contrária à instituição da CNV por considerar a mesma incompatível com a legislação e uma ameaça à paz do Brasil. No entanto, para o historiador Marcos Napolitano (2014: 332) o período das investigações foi expandido como forma de buscar diminuir a resistência das Forças Armadas em relação à CNV, mas na prática, o principal objetivo da Comissão foi esclarecer os crimes cometidos durante a ditadura civil-militar.

Quando acusa a Comissão de ser “incompatível com a legislação” e ser uma “ameaça a paz do Brasil”, o representante da Academia busca invocar a Lei de Anistia, pois, para esses militares, a investigação de tais crimes contraria ao princípio da Lei, ou seja, o perdão que foi concedido tanto para os agentes da repressão quanto para os militantes de esquerda. Isso traz ameaça a ‘paz do país’, pois coloca em evidência aquilo que foi perdoado e esquecido em nome da transição política e da reconciliação nacional – os crimes de violação dos direitos humanos.

As críticas observadas no texto acima, em relação ao Governo Federal, são acusações típicas dos conservadores defensores da ditadura civil-militar. Ao afirmar que a Comissão busca impor uma ‘verdade absoluta’ aos ‘brasileiros desavisados’, a Academia Brasileira de Defesa deixa explícito que a verdade é manipulada pela esquerda e, neste caso, refere-se ao governo petista e os brasileiros são considerados ‘desavisados’ porque não foram doutrinados pela direita em relação aos fatos ocorridos durante os anos ditatoriais, ou melhor, a ‘revolução’.

O *TERNUMA* postou o artigo “Comissão da Verdade” (2011), escrito pelo Gen. Ex. José Carlos Leite Filho, que traz uma crítica à criação da Comissão e à ‘verdade’ que será estabelecida após a elaboração do relatório final. Para o General, o trabalho da CNV não consistiu em investigar os fatos, mas em criar uma ‘verdade’ que contemple as esquerdas em um jogo de cartas marcadas: “jogo com cartas marcadas, para a vingança maligna e

revanchista contra aqueles que, no estrito cumprimento do dever, expuseram suas vidas para livrar o país da sanha comunista”<sup>78</sup>.

Ao se referir ao período que será investigado, o General José Carlos Leite Filho defende que a data de 1946 trata-se de um ‘embuste’ quando, na verdade, serão apenas focados os atos realizados pelos militares e, quanto aos crimes realizados pelos ‘terroristas’, estes serão esquecidos, pois o governo quer trazer à tona apenas um lado da verdade. Ele argumenta que as ações do Estado foram em resposta aos atos da esquerda que decidiu partir para a luta armada, assim “os métodos foram proporcionais e compatíveis com a situação”. Por fim, conclui afirmando que a comissão, “lamentavelmente usará os seis meses, mais os dois anos, para bater papo, tomar cafezinho, ganhar boa remuneração, quem sabe até diárias e gratificações, para, no final, botar no papel a mendacidade que lhe será imposta no momento da nomeação”<sup>79</sup>.

A “comissão da infâmia” (2014), escrito por Sérgio Tasso Vázques de Aquino<sup>80</sup>, traz uma crítica ao relatório final da Comissão afirmando que a “Comissão da (in) verdade” criou um relatório que falseia a verdade, reescrevendo de forma mentirosa a história, ofendendo “os feitos de brasileiros ilustres, acatados e respeitados por toda a parcela sadia da Nação, muitos dos quais chefes militares exemplos e paradigmas para seus subordinados”<sup>81</sup>. Prossegue fazendo uma crítica ao governo do PT, afirmando que a criação de uma comissão que ‘falseia a verdade’ é típica da ação dos seguidores do ‘cruel e sanguinário credo vermelho’, que só se interessa pela tomada de poder com o objetivo de destruir a democracia e a liberdade. Para Sérgio Tasso Vázques de Aquino, atualmente o Brasil se encontra pior que durante os anos que precederam a ditadura, o autor é firme em sua crítica:

A situação hoje é infinitamente pior, depois de 12 anos de predomínio vermelho na Terra de Santa Cruz, de ação e alcances muito mais eficazes, graças ao emprego permanente das diabólicas práticas e técnicas gramscistas. Devido à intensa guerra psicológica decorrente, as consciências foram amestradas, os valores modificados, o vício tornou-se virtude e os vilões viraram heróis, tudo produto da malévola catequese diuturna inspirada

<sup>78</sup> FILHO, José Carlos Leite. Comissão da Verdade. TV TERNUMA. 2011. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1497comissaoдавerdadegenexjosecarlosleitefilho>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

<sup>79</sup> Idem

<sup>80</sup> Vice-Almirante reformado é membro da Academia Brasileira de Defesa e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

<sup>81</sup> AQUINO. Sérgio Tasso Vázques, Comissão da infâmia. TV TERNUMA. 2014. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/2311acomissaoдаinfamiavalterefmsergiotassovasquezdeaquino>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2015.

do inferno. O Estado está dominado e a sociedade quase que reduzida à impotência, mas não podemos agir como se tudo já estivesse perdido<sup>82</sup>.

Em relação à CNV, o Almirante propõe que a mesma deveria ter sido desarticulada desde o início, pois foi criada com sede de ‘vingança’ e ‘revanchismo’ da esquerda e cumpriu o papel esperado na aceleração da ‘destruição do Brasil’. Ao concluir, afirma que os brasileiros deveriam reagir contra a iniciativa unilateral de revisão da lei de anistia.

O Gen. Ex. José Carlos Leite Filho e Sérgio Tasso Vázques de Aquino apresentam pontos de vista semelhantes, pois, para ambos o relatório final da Comissão foi manipulado em favor das esquerdas, alegando ser CNV que falseia a verdade em nome de uma vingança contra aqueles que buscaram salvar o país dos comunistas. Ao observar esses argumentos nota-se o velho discurso pautado na defesa do Brasil contra a ‘ditadura comunista’, ideia que ainda é permanente entre aqueles que defendem a tomada de poder durante os anos 60. Outro argumento presente em um dos textos é a ideia de que, se houve ou não abuso por parte do Estado, e se ocorreu, foi devido à radicalização de parte da esquerda que decidiu adotar a luta armada. Estas constatações estão presentes na ideologia daqueles saudosistas do golpe de 1964, sendo assim, toda e qualquer ação que se proponha a revisar fatos ocorridos durante os anos da repressão será vista por esse grupo como ‘revanchismo’.

Em 2014, vinte e sete generais do Exército, dentre os quais estavam alguns ex-ministros como: Leônidas Pires Gonçalves e Rubens Bayma Denys respectivamente ministros do Exército e da Casa Militar durante o governo de Jose Sarney; Zenildo Zoroastro de Lucena também do Exército, durante os governos de Itamar e Fernando Henrique, e José Enaldo Rodrigues de Siqueira, José Luiz Lopes da Silva, Valdésio Guilherme de Figueiredo, Raymundo Nonato Cerqueira Filho, esses últimos foram ministros do Superior Tribunal Militar, elaboraram um manifesto criticando a CNV e afirmando que as Forças Armadas não irão pedir desculpas em relação às acusações dos crimes de tortura. Este documento foi postado pelo *TERNUMA*<sup>83</sup> em seu *site*.

Os generais afirmam que ‘jamais’ aprovaram qualquer tipo de ofensa à dignidade humana durante o período militar e que os erros foram cometidos pelos dois lados, ou seja,

---

<sup>82</sup> Idem

<sup>83</sup> Manifesto a Nação Brasileira. TV TERNUMA. 2014. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/2213-manifesto-a-nacao-brasileira-generais-de-exercito-da-reserva-do-exercito-brasileiro>>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.



pela esquerda militante, que segundo eles iniciaram os embates, e pela direita representada pelos militares que responderam aos ataques iniciados pelos radicais de esquerda. O manifesto critica a credibilidade da Comissão, que segundo eles, se resumiu a um “órgão depreciativo das Forças Armadas, em particular do Exército, como um portal aberto para milhares de indenizações e “bolsas ditadura”, que continuarão a ser pagas pelo erário público, ou seja, pelo povo brasileiro”<sup>84</sup>.

Em relação à Lei de Anistia, o documento afirma que a CNV insiste em desconsiderar sua legitimidade, pois acusa os ‘defensores do estado’, reduzidos agora a criminosos e torturadores, enquanto o outro lado é tratado como herói defensor da democracia, fator que não constava nos ideais da luta armada. Em seu parágrafo final, os generais explicitam suas ideias afirmando que a CNV exige que as Forças Armadas se retratem, mas os militares não o farão, pois, o que fizeram “foi defender o Estado brasileiro de organizações que desejavam implantar regimes espúrios em nosso país. Temos orgulho do passado e do presente de nossas Forças Armadas.”<sup>85</sup>

Em resposta ao manifesto dos Generais, o coordenador da comissão, Pedro Dallari, afirmou que diferente do manifesto e a partir das investigações realizadas, conclui-se que as torturas se trataram de ação muito bem estruturada e organizada pelas forças armadas não sendo apenas casos pontuais e, tal fator deve ser reconhecido pelos militares. No que concerne à Lei de Anistia, Pedro Dallari pontuou que o manifesto cometeu um equívoco ao misturar a lei com o reconhecimento das violações, pois a CNV não tem poder jurídico para processar e incriminar pessoas, e nem é o papel da mesma se posicionar a respeito da revisão de lei de anistia, contudo, a entidade não está impedida de buscar a verdade dos fatos<sup>86</sup>.

Em síntese, o *Grupo Terrorismo Nunca Mais* acusa a Comissão de ser mais uma prática revanchista do governo que, segundo eles, inverteu os valores e colocou os militares defensores da democracia no lugar de bandidos. Para eles, as esquerdas são chamadas ‘terroristas’ e se tornaram os heróis da história pela Comissão. Contudo, percebe-se que as ações do *TERNUMA* consistem em um só propósito: idealizar aquilo que foi denominado de ‘revolução gloriosa de 1964’ e criticar um tipo de comunismo que há muito tempo não existe.

---

<sup>84</sup> Idem

<sup>85</sup> Idem

<sup>86</sup> Comissão Nacional da Verdade critica manifesto em que generais se negam a pedir desculpas. 29 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.midianews.com.br/politica/cnv-critica-manifesto-em-que-generais-se-negam-a-pedir-desculpas/211682>> Acesso em 10 de dezembro de 2015.

Diante desses posicionamentos contrários, considera-se que a Comissão Nacional da Verdade é importante para a sociedade brasileira, pois colaborou na reconstrução da memória do período ditatorial mediante a tomada de depoimentos dos envolvidos e a defesa da abertura dos arquivos da repressão, além de ampliar o sistema de indenizações às vítimas e incentivar o reconhecimento pelo Estado das violações dos direitos humanos.

### 3. A COMISSÃO DO “POSSIVEL”: ENTRE ACORDOS E LIMITES

A instituição da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, se comparada a outros países, ocorreu de forma tardia e mediante muitas polêmicas e divergências. É importante salientar que antes da instalação de uma Comissão Nacional da Verdade já havia no país alguns órgãos e entidades, como a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, centros de direitos humanos, comitês de justiça e verdade, e grupos ativistas, dentre os quais o *Grupo Tortura Nunca Mais* que atuava na defesa dos direitos humanos, da memória, verdade e justiça na luta pela responsabilização daqueles que praticaram atos de terror durante a ditadura civil-militar.

Em 2011, período em que estava ocorrendo às negociações para a criação de uma comissão, o *Grupo Tortura Nunca Mais/RJ* postou em sua *página* um texto intitulado “Suportar a Verdade”<sup>87</sup>. Este artigo afirma que a criação de uma CNV no Brasil deveria ser razão para comemoração, que deu lugar ao sentimento de vergonha, já que sua instituição ocorreu como resultado das pressões exercidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em relação à omissão do Estado brasileiro aos crimes perpetrados pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar de 1964. Prossegue acusando que a comissão foi aprovada à ‘toque de caixa’, sem autonomia orçamentária e sem poder de julgamento, com número de membros limitados, enquanto que existem comissões similares com até 200 pessoas. Outro fator também referido no texto é a questão do período escolhido para as investigações, pois a escolha tiraria o foco das investigações, nesse caso, o período da ditadura.

Quanto à questão da verdade, o autor do artigo supracitado afirma que: “o povo brasileiro tem o direito de saber, por exemplo, que os aparelhos de tortura e assassinato foram

---

<sup>87</sup> SAFATLE. Vladimir. Suportar a verdade. Artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em 20 de setembro de 2011. Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/suportar-a-verdade>>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

pagos com dinheiro de empresas privadas, empreiteiras e multinacionais que hoje gastam fortunas em publicidade para falar de ética”. Esse mesmo empresariado auxiliou nos crimes de corrupção realizados durante a repressão e, em sua última colocação, ele indaga: “Quanta verdade o Brasil suporta?”.

Outro texto presente no *sítio* do *Grupo Tortura Nunca Mais/RJ* se refere à CNV da seguinte maneira:

No Brasil, governos civis pós-ditadura fortalecem e gerem o capitalismo neoliberal, promovendo acordos políticos que vêm capturando muitos movimentos sociais. São realizados pactos com forças econômicas e militares que adubaram, executaram e fortaleceram o golpe civil-militar de 1964, que financiaram o aparato repressivo da ditadura e hoje, ainda, encontram-se presentes no cenário político de nosso país. Tentam, no momento – especialmente após decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA que, em 2010, condenou o Estado brasileiro a investigar, esclarecer e responsabilizar seus agentes – nos impor uma **Comissão Nacional da Verdade extremamente perversa e limitada que caminha, muito lentamente, no levantamento de alguns fatos. Fatos estes que já vem há anos sendo pesquisados, sem qualquer apoio governamental, por movimentos de familiares e ex-presos políticos.** A Comissão, na realidade, tem resumido a sua atuação tornando oficiais tais pesquisas e seus resultados, acrescentando muito pouco ao assunto já pesquisado. Daí a contínua análise crítica que o GTNM/RJ vem fazendo em relação a estas Comissões da Verdade e aos seus apelos de uma maior participação de nossa parte. **O sigilo dos procedimentos desta Comissão e o silêncio imposto como metodologia nos faz crer que não há uma vontade política do Estado brasileiro de repensar de forma coerente o terror do Estado a que nós, brasileiros, fomos submetidos, ao longo da ditadura.**<sup>88</sup>

Ao analisar o excerto acima, percebe-se que há um compartilhamento de discursos com o texto escrito por Vladimir Safatle, no que concerne ao real sentido da criação da Comissão, pois ambos explicitam a mesma ideia de uma CNV criada apressadamente com o objetivo de atender às exigências feitas pela CIDH em 2010. Quando se referem à limitação, e no caso do primeiro texto implícito pela frase: “sem poder de julgamento”, deixam explícita a ideia de que para ambos, a CNV ideal é aquela que atua com transparência, trazendo e verdade dos fatos e buscando responsabilizar os culpados. Este último fator é o mais apontado entre os grupos de esquerda que criticam a atuação da CNV. Entretanto, a acusação não tem fundamento, pois, não cabe a uma Comissão da Verdade, seja ela de qualquer país, o poder jurídico de julgar. Seu trabalho se propõe à investigação e apuração dos fatos para que se

<sup>88</sup> Quem Somos. GTNM/ RJ (grifo nosso). Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/projeto-clinica> >. Acesso em 22 de setembro de 2015.

estabeleça uma verdade, ficando a cargo da Justiça a punição pelos crimes apontados durante as investigações.

Outro aspecto relevante discutido nos textos é a questão da ‘verdade’ e do ‘silêncio’, opostos presentes nos debates em relação à ditadura civil-militar, a criação da CNV tem por objetivo o estabelecimento da verdade que será considerada oficial, mas que de acordo com *GTNM/RJ* não passa de ‘meias verdades’, manipuladas pelos acordos estabelecidos entre o Governo, militares e forças econômicas. No que concerne à questão do silêncio, sabe-se que este foi imposto aos brasileiros com a criação da Lei de Anistia que visava a superação “e mais do que isso, silenciar, o que limita ou elimina a superação – o drama vivido diante da violência estatal”. (TELES. 2009: 578).

A transição foi realizada, segundo Edson Teles (2009), sob a tutela de uma visão política elitizada que não levou em conta as subjetividades sociais. A política brasileira, através de seus acordos, ao invés de se constituir como espaço divulgador das experiências de um passado violento, tornou-se o lugar de imposição do silêncio social. Tal fator, de acordo com Teles, contribuiu para que os coletivos envolvidos no debate busquem a hegemonia da memória nacional como forma de projetar suas posições, gerando um embate de memórias. Essa ideia é fortemente percebida ao analisar a postura do *Grupo Tortura Nunca Mais/RJ* em relação à CNV, ao não concordar com sigilos, com a memória e a verdade impostas pelo órgão.

“Comissão Nacional da Verdade: acordos, limites e enfrentamentos” (2013), escrito por Cecília Coimbra, põem em discussão a criação e atuação da CNV, apontando para a importância de se divulgar outras versões acerca da ditadura que vão além da história oficial. Cecília Coimbra inicia afirmando que ainda hoje a sociedade brasileira conhece muito pouco sobre os acontecimentos do período militar e que a comissão, através da mídia, divulga poucas notícias. Tal fator permite que apenas parcelas conservadoras e algumas saudosistas do golpe se empenhem em criticar o trabalho da CNV, enquanto que as demais categorias, dentre as quais estão intelectuais, apoiam a proposta. Segundo Cecília Coimbra, existe outra posição denominada por ela de “terceira via”, “que vem se afirmando, e forjando outros modos de pensar uma comissão diferente desta Comissão do Possível”. Para a pesquisadora, essa terceira opinião vem sendo silenciada pela mídia brasileira.

Quando se refere à expressão “Comissão do Possível”, Cecília Coimbra deixa explícito que, para ela, a instituição da Comissão foi feita dentro daquilo que foi possível

realizar, devido às pressões exercidas pela CIDH, ou seja, uma CNV elaborada apressadamente tendo como pano de fundo os limites e acordos impostos pelo governo e setores conservadores da sociedade. Cecília Coimbra prossegue perfazendo uma breve discussão sobre a política de transição brasileira, afirmando que o Brasil é mais atrasado que todos os países latino americanos na questão da reparação dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura, e as medidas tomadas pelos governos pós-repressão não buscaram responsabilizar e tornar público os atos de terror cometidos durante o período. Na verdade, a reparação foi feita através de indenizações que, de acordo com Coimbra, tal medida se converte em uma proposta de esquecimento e silenciamento, em especial para os atingidos e para a sociedade em geral.

Em relação à criação da CNV, Cecília Coimbra pontua que a mesma surgiu nesse contexto de encobrimentos e acordos. Faz acusações de sua política de sigilo em relação à alguns depoimentos, e diz que sua atuação se resumiu em tornar oficial os fatos que já se sabiam:

Espetacularmente eram anunciados, como se fossem produtos de pesquisa da Comissão, os assassinatos sob tortura de Rubens Paiva no DOI-CODI/RJ e de Wladimir Herzog no de São Paulo. Anunciou-se, também de modo “surpreendente”, que “o extermínio e a tortura tiveram o aval dos presidentes militares e de seus ministros” e que o Estado ditatorial “usou força desproporcional” na repressão à Guerrilha do Araguaia, utilizando bombas de napalm. Fatos — já fartamente documentados através de pesquisas feitas, sem qualquer apoio governamental, por muitos familiares e movimentos de direitos humanos — são apresentados como importantes descobertas da Comissão, agora, pelo menos, visibilizados pela grande mídia e tornados oficiais pelo Estado brasileiro. O mesmo ocorreu no relatório parcial onde se afirma que “a tortura teve início logo após o golpe de 64 e que “já naquele ano funcionavam centros de tortura”. A grande novidade desse relatório é a enumeração de vários centros de tortura, inclusive dezesseis só no Rio de Janeiro. Sem dúvida é um importante avanço, graças às pressões exercidas; entretanto, sem ultrapassar certos limites e acordos realizados. (COIMBRA, 2013).

A parte final do texto discute os crimes cometidos pela ditadura civil-militar, afirmando que os mesmos, ainda que timidamente, começam a ser apontados, embora os documentos que comprovem os fatos permaneçam em segredo. A psicóloga prossegue afirmando que a “terceira via” deseja sim uma “Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça onde todos os documentos e relatórios dos aparatos de repressão sejam amplamente abertos e tornados públicos, onde o período de terrorismo de Estado (1964-1985) seja efetivamente investigado, esclarecido e conhecido da sociedade brasileira”(Ibidem,s/p),

responsabilizando aqueles perpetradores da violência e repressão exercida em nome do governo militar.

Outro texto postado no *sítio* do *GTNM/RJ* foi o intitulado “Comissão Nacional da Verdade: acordos e limites” (2015), escrito por Cecília Coimbra e Victória Grabóis, com título semelhante ao último artigo publicado e dando sequência ao debate sobre a Comissão, o texto trata de uma versão resumo do anterior, mas com alguns pontos adicionais. Parte do pressuposto de que os acordos feitos entre as forças políticas e econômicas que financiaram a ditadura e os governos que se sucederam após 1985, contribuíram para o esfacelamento de variadas memórias da resistência daquele período. Ressaltando que a criação da Comissão surgiu em resposta às exigências da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, devido à condenação do Brasil em relação ao esclarecimento dos atos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia. As autoras comentam que, nesse contexto, foi inserida a temática dos mortos e desaparecidos políticos, “afirmando que a interpretação oficial da Lei da Anistia não é empecilho para tais atos reparatórios”.

Em relação ao trabalho realizado pela Comissão, este texto chama novamente a atenção para o sigilo da CNV, concernente a alguns depoimentos, e afirma que a maioria dos casos já havia sido levantada, sem apoio do governo, por entidades como o grupo *Tortura Nunca Mais* e as Comissões de Familiares de Mortos e Desaparecidos que não são citadas no Relatório Final. Coimbra e Grabóis (2013) prosseguem na crítica com a seguinte afirmação: “Trabalhos e pesquisas de quase 30 anos foram retirados de nossa história”. Elas ainda defendem que as concepções do *GTNM/RJ* em relação aos crimes cometidos durante ditadura civil militar são divergentes daquelas defendidas pela CNV. Para o *GTNM/RJ*, falar dessas violações é afirmar que a tortura foi instrumento oficial do Estado brasileiro e não apenas que ocorreram “graves violações de direitos humanos”. E apontar esses casos sem que haja punição, dizem: “É apontar para continuidade nos dias de hoje da tortura, dos sequestros, das prisões arbitrárias, das mortes e desaparecimentos”.

Observa-se a partir da análise destes artigos que a forma como a CNV foi instituída e como se deu a realização de suas investigações com a questão do sigilo das informações e da falta de responsabilização dos repressores, pontos estes recorrentes nos quatro textos aqui discutidos, são os principais fatores criticados pelo grupo *Tortura Nunca Mais*. Quando Cecília Coimbra afirma existir uma terceira opinião (terceira via) sobre os fatos referentes ao

período da ditadura civil-militar, percebe-se que o GTNM/RJ é defensor dessa visão que se propõe a pensar outro tipo de Comissão Nacional da Verdade.

Contudo, a criação da CNV no Brasil foi um grande avanço em relação às medidas de reparação realizadas pelo Governo Federal e não se pode negar o caráter de sua criação que visou atender à imposição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas também é importante salientar que a Comissão fez um relevante trabalho dentro daquilo que lhe foi possível operar, auxiliando no resgate da história e suscitando debates referentes à democracia, direitos humanos, verdade, memória e justiça.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento das novas tecnologias contribuiu para a formação de uma sociedade definida pela velocidade, pois, vive-se a geração do instantâneo e do imediato, e essa nova característica culminou por afetar a duração das imagens e das coisas, como também da memória. Juntamente com esse movimento de aceleração surgiu o que se pode chamar, a grosso modo, de ‘boom da memória’, ou seja, o homem com receio do esquecimento e mediante o vazio do passado que a aceleração produz, passou a tratar a memória, assim como o resgate da mesma, como tema relevante para construção de um coletivo. Inseridos nessa busca, segundo Beatriz Sarlo (2005:96), surgiram os primeiros trabalhos voltados para a discussão da memória do holocausto e na América do Sul, e acerca dos quais, pensadores e instituições influenciados por tais debates, divulgaram os relatos dos vencidos, a memória dos crimes cometidos pelas ditaduras militares, situação na qual a lembrança social preservava o desejo de justiça.

No Brasil, a política de transição ocorreu baseada na Lei de Anistia que concedeu perdão àqueles que atuaram contra a ditadura civil militar e beneficiou também aos agentes do Estado (alguns deles torturadores), contribuindo para a disseminação de uma cultura de ‘silenciamento’ e ‘reconciliação’. Feito isso, falar sobre as atrocidades cometidas em nome da segurança nacional, para os defensores do golpe de 1964, era praticar ‘revanchismo’. Entretanto, a partir dos anos 80 foram lançados trabalhos de memórias das esquerdas, “esses discursos narrativos se expressam na luta de resistência contra o esquecimento; na auto denúncia dos crimes hediondos da ditadura”. (CARDOSO, 2012:138). Paralelo a esse movimento surgem as primeiras medidas, ainda tímidas, no que diz respeito ao contexto latino americano dos governos em relação à justiça de transição.

Em resposta ao surgimento dos testemunhos dos vencidos, militares e civis defensores do golpe também passaram a divulgar suas versões dos fatos. Criou-se um embate memorialístico onde, de um lado estavam aqueles que pregavam que os acontecimentos desencadeados durante os anos 60 foram em nome de uma ‘revolução’ que visava livrar o Brasil de um golpe comunista, e do outro estavam aqueles que criticavam uma ditadura civil-militar e se utilizavam dos testemunhos para exigir verdade e justiça.

Essa disputa em nome de uma verdade dos fatos repercute até os dias atuais e ganhou outros espaços públicos. Além dos livros, com a expansão da *internet*, o *ciberespaço* vem



sendo utilizado como meio de embate e divulgação desses testemunhos. O ambiente virtual ganhou proporções nunca antes imaginadas na sociedade contemporânea e se consolidou como espaço de interação social, de divulgação de ideologias, de articulações política, entre outros. Partindo dessas considerações e da importância dessa nova tecnologia no cotidiano do homem moderno, essa pesquisa buscou discutir a apropriação do ambiente virtual pelos grupos *Tortura Nunca Mais* e *Terrorismo Nunca Mais*, assim como suas visões e apropriações memorialísticas acerca da ditadura civil-militar de 1964.

Nesse sentido, a *web* tornou-se espaço de ativismo político, e como exemplo pode-se citar as manifestações de rua contrárias aos governos que ocorreram no Oriente Médio e em 2013 no Brasil. Elas foram organizadas com o uso das redes sociais e percebe-se a partir desses exemplos a influência que as redes exercem sobre as sociedades modernas e, de acordo com Pierre Levy (2010)<sup>89</sup>, a revolução de comunicação, causada pelo uso da *internet*, está sendo a mais rápida de toda a história. No entanto, a utilização da *internet* como espaço de organização política não anula a importância dos partidos políticos e das mobilizações sociais, ou seja, constitui-se em mais um ambiente que favorece a articulação política e social.

O Grupo *Terrorismo Nunca Mais* (*TERNUMA*) faz parte de uma rede grupos de direita formada por alguns militares e civis que buscam defender os ideais conservadores e anticomunistas e se utiliza do *ciberespaço* para defender o que para eles é a versão verdadeira sobre a tomada de poder realizada pelos militares, assim como dos fatos que se sucederam. Os seus membros são adeptos da ideologia que defende a ‘revolução’ como necessária para livrar o povo brasileiro do ‘caos’ instalado pelo governo de João Goulart, um aliado das forças comunistas que pretendia implantar uma ‘ditadura socialista’.

Dessa forma, o *TERNUMA* se propõe a defender esse ideal e lutar contra aqueles, nesse caso as esquerdas, que em atos de ‘revanchismo’ tentam denegrir a imagem dos revolucionários (militares golpistas). O ativismo presente no *sítio* decorre da divulgação e influência desses ideais, no entanto, o grupo não se propõe apenas a ficar no campo das discussões em relação à ditadura civil-militar ou, no caso dele, a ‘revolução de 64’, sendo possível encontrar artigos em sua página virtual que debatem sobre temas atuais relacionados ao governo brasileiro e à política como um todo.

---

<sup>89</sup> Ver Diálogos sobre Ciberdemocracia. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=8EKm\\_Qsq8ck](https://www.youtube.com/watch?v=8EKm_Qsq8ck)>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

No que concerne ao atual governo do Brasil, o *TERNUMA* é unânime em afirmar que o PT é a representação da esquerda revanchista e que pretende transformar o país em uma ‘ditadura comunista’. Partindo desse pensamento, percebe-se que os ideais defendidos por grupos conservadores, durante o período ditatorial e atualmente, são semelhantes no que diz respeito à atuação daqueles que tomaram o poder em 1964. Para eles, tratou-se de um ato revolucionário e que se houve ‘exageros’, nesse caso as denúncias de torturas feitas por integrantes das esquerdas, os únicos culpados foram os próprios militantes, pois o Estado apenas respondeu à radicalização representada pela luta armada. E as Forças Armadas são a representação da ordem no país.

O *Tortura Nunca Mais/ RJ (GTNM/RJ)* faz parte dos movimentos sociais que se iniciaram no Brasil pós-ditadura com a finalidade de buscar justiça e de trazer a público os crimes de violação dos direitos humanos cometidos por agentes do Estado durante a ditadura. A *página* do grupo, utilizada como meio propagador das ações realizadas pelo *GTNM/RJ*, traz notícias sobre temáticas do período da ditadura, como também temas atuais acerca da criminalização e injustiça sociais cometidas pelas esferas públicas e particulares. Segundo os membros da entidade, os problemas de violência e exclusão social que ocorrem no país são resquícios da ditadura implantada no Brasil.

Compartilhando do signo do “Nunca Mais”, percebe-se que a grande bandeira levantada pelo *GTNM/RJ* é a luta contra o esquecimento das violações cometidas durante a repressão. Busca-se lembrar e produzir, uma memória que conscientize a sociedade brasileira acerca do que realmente aconteceu durante os 21 anos de governo militar, para que os fatos não se repitam. Esse ideal do grupo atinge esferas que vão além da *web*, ampliando suas ações no âmbito judicial, político e social. Se comparado ao *TERNUMA*, no que se refere a sua visão ideológica, nota-se que o *Tortura Nunca Mais* milita sob a influência das ideias defendidas pelas esquerdas, porém, distante da ação da luta armada, pregada pelos revolucionários durante as décadas de 60 e 70. A atuação do *GTNM/RJ* se baseia no combate às desigualdades sociais e no empenho contra ações violadoras dos direitos fundamentais.

Em relação à memória defendida pelos dois grupos, percebeu-se que o *Grupo Tortura Nunca Mais* se utiliza das suas representações memorialísticas com a finalidade de que se estabeleça verdade e justiça, perspectiva defendida pelos movimentos sociais da América Latina que atuam na busca por reparação dos atos repressivos cometidos durante as ditaduras militares iniciadas nos anos 60 e 70 no Cone Sul. Por ser uma entidade formada em sua

maioria por intelectuais e pesquisadores, o *GTNM/RJ* deixa claro em seu site que sua militância está embasada na busca por disseminar e estabelecer uma memória que conscientize a sociedade brasileira acerca do que foi a ditadura militar e as consequências da mesma para aqueles que buscaram contesta-la, como também para sociedade brasileira.

Em contrapartida, o *TERNUMA* se propõe, através de suas ações, o resgate da ‘verdadeira história da Revolução de 1964’ e que esta seja conhecida pelas gerações futuras. Percebe-se com isso que o grupo, em seu *site*, não atua na busca por uma memória que siga a bandeira ‘memória, verdade e justiça’, mas age em discordância a esse lema defendido pelos movimentos de esquerda. O *TERNUMA* defende uma ‘verdade’ que procura criticar e acusar as esquerdas brasileiras, principalmente aqueles grupos que optaram pela luta armada. Portanto, observa-se que o grupo não está bem articulado ou não deixa explícita sua consciência acerca da memória e seus usos, contudo, isto não significa que não defendam ou não façam uso da mesma, uma vez que agem em favor da memória de um determinado grupo (militares golpistas).

Inserido nessa temática memorialística da ditadura civil-militar no *ciberespaço* encontram-se *sites* financiados pelo governo federal, como é caso do *sítio Memórias Reveladas* e o da *Comissão Nacional da Verdade*, ambos organizados com a finalidade de reconstruir a história nacional referente ao período. Quando nos referimos a CNV, fica evidente que sua instituição no Brasil, além de ocorrer de forma tardia, enfrentou muitas críticas tanto de camadas conservadoras da sociedade, nesse caso inclui-se o *TERNUMA*, como das esquerdas e do *GTNM/RJ*. O primeiro acusava a Comissão de ser ‘revanchista e parcial’ e o segundo de ser limitada e produto dos acordos firmados entre os governos pós-ditadura, grandes empresários e militares.

Contudo, mesmo que de forma atrasada, a constituição de CNV no Brasil foi um grande passo no que se refere à justiça de transição, pois, as investigações feitas pela entidade contribuíram para a reconstrução da memória e da história nacional. No que diz respeito à crítica de ser ‘parcial’, acreditamos que não há embasamento para tal argumentação, pois as comissões são criadas com o objetivo de investigar e apurar os crimes de violação dos direitos humanos cometidos em nome do Estado durante alguma ditadura. A atuação limitada das CNV(s) é devido ao fato de não possuírem o poder de julgar os responsáveis por tais crimes, uma vez que sua tarefa consiste na apuração dos casos e indicações dos culpados que poderão ser julgados pelas autoridades competentes.

Fazer história do tempo presente é uma tarefa árdua e por vezes de difícil organização, pois se trata da discussão de dossiês abertos e que estão em constante mudança. O tema da ditadura ainda é uma questão que suscita muitos debates entre os estudiosos e continua sendo uma ferida aberta para o povo brasileiro, mais especificamente para os familiares dos desaparecidos e mortos, assim como para aqueles que sofreram com as torturas realizadas pelos agentes do Estado. Mas, apesar dos avanços significativos no campo da justiça de transição, ainda há muito para ser feito e divulgado em relação às punições dos culpados e a abertura dos arquivos. A temática proposta por essa pesquisa é apenas uma entre muitas outras perspectivas de estudo, principalmente no campo de análise do *ciberespaço* e do entendimento da ditadura civil militar atualmente.

Sem dúvida, houve avanços, ainda que tardios, na política de reparação da memória e no reconhecimento pelos governos pós-ditadura dos crimes cometidos durante o período dos militares no poder. Os *sites* aqui analisados possuem representações memorialísticas distintas que buscam ser ouvidas e vistas pela sociedade brasileira e, não se pode negar que além de posições diferentes, a expressividade em meio ao público também são pontos contrastantes, pois o *GTNM/RJ* é um grupo que tem destaque nas ações referente à ditadura civil-militar, já que está inserido em um círculo que ganhou proporções internacionais no que se refere a luta contra a violação dos direitos humanos, enquanto o *TERNUMA* representa um pequeno grupo de vozes que busca respaldo na sociedade na defesa por seus ideais anticomunistas.

Mesmo atuando em escalas diferentes, esses dois movimentos representam, tanto para a sociedade quanto para o governo brasileiro, uma forma de pressão política e de alerta, pois o Brasil ainda é um país que não possui uma transição política consolidada, haja vista ainda existirem questões acerca da ditadura civil-militar que não foram esclarecidas e isto é essencial para que se evite uma amnesia política e social, principalmente diante do processo político em que se encontra o país, onde a direita conservadora, aproveitando-se da crise, tenta mais uma vez ascender ao poder.

## REFERÊNCIAS:

### A) Lista de fontes:

#### Sites:

<http://www.torturanuncamais.rj-org.br;>

[http:// www.ternuma.com.br](http://www.ternuma.com.br)

[http:// www.memoriasreveladas.gov.br](http://www.memoriasreveladas.gov.br)

[http:// www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com)

[http:// www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br)

<http://bnmdigital.mpf.mp.br>

<http://armazemmemoria.com.br/>

### 1. TV TERNUMA

#### 1.1 *Links*

Baú da Verdade. Disponível em: <<http://ternuma.com.br/index.php/o-bau-da-verdade>>. Acesso em 08 de janeiro de 2015

Contraponto. Disponível em: <<http://ternuma.com.br/index.php/2013-08-22-03-35-31>>. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

Estatuto do TERNUMA. Disponível em:<<http://ternuma.com.br/index.php/nosso-estatuto>>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Justiçamentos. Disponível em: <<http://ternuma.com.br/index.php/justicamentos>>. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

Onde eles estão. Disponível em: <<http://ternuma.com.br/index.php/onde-eles-estao>>. Acesso em 10 de outubro de 2014>.

Para Meditar. Disponível em: <<http://ternuma.com.br/index.php/parameditar>> Acesso em 10 de outubro de 2014.

Quem somos. Disponível em: < <http://ternuma.com.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em 15 de outubro 2014

Revanchismo. Disponível em: <<http://ternuma.com.br/index.php/revanchismo>>. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

Verdades Históricas. Disponível em: < <http://ternuma.com.br/index.php/2013-08-22-03-34-31>>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

## 1.2 Artigos do TV TERNUMA

AQUINO. Sérgio Tasso Vázques, Comissão da infâmia. TV TERNUMA. 2014. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/2311acomissaodainfamiavalterefmsergiotassova-squezdeaquino>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2015.

A Testemunha. TV TERNUMA 2013. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/revanchismo/14-revanchismo/7-a-testemunha>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

A verdade verdadeira. TV TERNUMA. 2011. Texto disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1549%ADa%ADverdade%ADverdadeira>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015

BRAGA. Pedro Luis de Araujo. 31 de Março de 1964 – Uma data a ser lembrada. TV TERNUMA. 2014. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1872-31-de-marco-de-1964-gen-braga-sensaciona>>. Acessado em 01 de abril de 2014.

Carta Aberta ao Povo. Disponível em: < <http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1913-carta-aberta-aos-brasileiros>>Acessado em outubro de 2014.

CHAGAS, Paulo. O regime militar alcançou todos os objetivos do movimento de 1964? TV TERNUMA. 2014. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1893-o-regime-militar-alcancou-todos-os-objetivos-do-movimento-de-1964-pchagas>>. Acesso em 10 de abril de 2014.

CHAGAS, Paulo. Memorial da Corrupção. TV TERNUMA. 2013. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1792-memorial-da-corrupcao>>. Acesso em 12 de dezembro de 2014

CHAGAS, Paulo. Monumento para as vítimas da ditadura ou mais um ato de corrupção?. TV TERNUMA. 2014. Disponível em: < <http://ternuma.com.br/index.php/art/2101-monumento-para-vitimas-da-ditadura-ou-mais-um-ato-de-corrupcao-gen-bda-paulo-chagas>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015

É bem mais profundo..... Não é só o Ustra. TV TERNUMA. 2011. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/2013-08-22-03-35-31/225-e-bem-mais-profundo-nao-e-so-o-ustra>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

FERREIRA. Walter Luis. Um basta a hipocrisia e ao revanchismo. TV TERNUMA. 2013 Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/2013-08-22-03-35-31/346-um-basta-a-hipocrisia-e-ao-revanchismo>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

FILHO, José Carlos Leite. Comissão da Verdade. TV TERNUMA. 2011. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1497comissaodaverdadegenexjosecarlosleitefilho>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

GARCIA, Alexandre. 31 de março, Abordagem clara, análise coerente e imparcial. TV TERNUMA. 2014. Disponível em: <<http://ternuma.com.br/index.php/art/1875-31-de-marco-abordagem-clara-analise-coerente-e-imparcial>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

Manifesto a Nação Brasileira. TV TERNUMA. 2014. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/2213-manifesto-a-nacao-brasileira-generais-de-exercito-da-reserva-do-exercito-brasileiro>>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

PEREIRA, Valmir Azevedo. O silêncio das Forças Armadas. TV TERNUMA. 2013 Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1788-o-silencio-das-forcas-armadas>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2015.

Preparando o Golpe passo a passo. Texto de autor desconhecido. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1903-preparando-o-golpe-passo-a-passo>>. Acesso em fevereiro de 2015

PIRES, Milton Simom. 50 anos depois. TV TERNUMA. 2014 Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1907-50-anos-depois-escrito-por-milton-simon-pires>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2015.

ROSENFELD, Denis Lerrer. Anistia sim. TV TERNUMA Disponível : <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1918-anistia-sim-denis-lerrer-rosenfeld>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2015

Um caso para analisar... “ Os procuradores de ossos”. TV TERNUMA. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/component/content/article/14-revanchismo/8-um-caso-para-analisar-os-procuradores-de-ossos>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

USTRA, Carlos Brilhante. Uma acusação falsa e leviana. TV TERNUMA. 2014. Disponível em: <<http://ternuma.com.br/index.php/art/2306-uma-acusacao-falsa-e-leviana-carlos-alberto-brilhante-ustra-cel-refm-eb>>. Acesso 20 de fevereiro de 2015.

## **2. Tortura Nunca Mais –RJ [www.torturanuncamais.rj-org.br](http://www.torturanuncamais.rj-org.br)**

### ***2.1 Links***

Brasil Nunca Mais. Disponível em :< <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/brasil-nunca-mais>>. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

*Dossiês.* Disponível em:< <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/dossies/>>. Acesso em 20 de setembro de 2015

Jornal Tortura Nunca Mais. Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/noticias/jornal-gtnmrj>>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

Quem somos. Disponível em:<<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>>. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

Medalha Chicos Mendes. Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/medalha-chico-mendes>>. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

Notícias. Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/noticias/>>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

Página inicial do GTNM/RJ. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

Projeto Clínico Jurídico. GRUPO TORTURA NUNCA MAIS Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/projeto-clinica/>>. Acesso em 20 de setembro de 2015

## 2.2 Artigos do GTNM/RJ

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. 50 anos depois a resistência continua. GTNM/RJ. 2014. Texto disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/50-anos-depois-a-resistencia-continua>>. Acesso em 20 de setembro de 2015

COIMBRA, Cecília. Comissão Nacional da Verdade: acordos, limites e enfrentamentos. GTNM/RJ. 2013. Disponível em: <[http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm\\_79/comissao\\_verdade.html](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_79/comissao_verdade.html)>. Acesso em 20 de dezembro de 2015

COIMBRA, Cecília. GRABOIS, Victória Comissão Nacional da Verdade: acordos e limites GTNM/RJ. 2015. Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/comissao-nacional-da-verdade-acordos-e-limites>>. Acesso em 20 de dezembro de 2015

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Depoimento de Cecília Maria Bouças Coimbra às Comissões Nacional e Estadual da Verdade. GTNM/RJ, 2013. Texto disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/depoimento-de-cecilia-maria-boucas-coimbra-as-comissoes-nacional-e-estadual-da-verdade>>. Acesso em 22 de setembro de 2015.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. 50 anos depois a resistência continua. GTNM/RJ. 2014. Texto disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/50-anos-depois-a-resistencia-continua>>. Acesso em 20 de setembro de 2015

GRABOIS, Victória Lavínia. MACHADO, Maysa Pinto. Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ: origens, compromissos, lutas e ações políticas. GTNM/RJ. 2014. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/grupo-tortura-nunca-mais-rj-origens-compromissos-lutas-e-acoes-politicas/>>. Acesso em 22 de setembro de 2015.

*Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais / RJ - Ano 25 - Nº 76- Junho 2011. Algumas Memórias Brasileiras: Cemitério de Ricardo de Albuquerque, Mortos e Desaparecidos Políticos enterrados como indigentes.* Disponível em: <[http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm\\_76/cemiterio.html](http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_76/cemiterio.html)>. Acesso em, 22 de setembro de 2015

LEAL, José. Direitos humanos com afinco e afeto. GTNM/RJ. 2014. Texto disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/direitos-humanos-com-afinco-e-afeto>>. Acesso em 22 de setembro 2015

SAFATLE, Vladimir. Suportar a verdade. Artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em 20 de setembro de 2011. Disponível em: < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/suportar-a-verdade>>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.



### 3. Memórias Reveladas

#### 3.1 links

Apresentação. Disponível em: <  
<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2>> Acesso  
 em 12 de fevereiro de 2016

Banco de Dados. Disponível em:< <http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>>. Acesso e em 12 de fevereiro de 2016.

Objetivos. Disponível em:  
<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4&sid=2> Acesso  
 em 12 de fevereiro de 2016.

Publicações no site Memorias Reveladas. Disponível em: <  
<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=17&sid=4#>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

Sessão Sala de Aula do site memoria reveladas. Disponível em:<  
<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1414&sid=33>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

### 4. Verdade sufocada [www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com)

Início. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/incio-mainmenu-1>  
 Acesso em 05 de maio de 2015.

Projeto Orvil. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/projeto-orvil-especial-78>. Acesso em 05 de maio de 2015.

Sinopse. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/sinopse-mainmenu-6>. Acesso em 05 de maio de 2015

### 5. Comissão Nacional da Verdade <http://www.cnv.gov.br/>

A CNV. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>>. Acesso em 15 de novembro de 2015

Acervo da Comissão nacional da verdade. Disponível em: <  
<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/acervo.html>>. Acesso em 15 de novembro de 2015

Grupos de Trabalho. Disponível em:<<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/grupos-de-trabalho.html>>. Acesso em 15 de novembro de 2015

Membros da Comissão. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/membros.html>>. Acesso em 15 de novembro de 2015

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em dezembro de 2015

## 6. Vídeos:

Depoimento de Riscala Corbaje. Disponível em:

<<http://www.prrj.mpf.mp.br/institucional/crimes-da-ditadura/atuacao-1/caso-rubens-paiva-integra-dos-audios-dos-depoimentos/depoimento-de-riscala-corbaje-2-3/view>>. Acesso em 08 de janeiro de 2016.

Depoimento do ex- major Jacarandá. canal da CNV/You Tube. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=7gU3g-gOpMw>>. Acesso em 08 de janeiro e 2016.

Diálogos sobre Ciberdemocracia. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=8EKm\\_Qsq8ck](https://www.youtube.com/watch?v=8EKm_Qsq8ck)>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

MEZAROBBA, Glenda *Justiça de Transição e Comissão Nacional da Verdade*. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=VuUHAImiG4E>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

## 7. Outros sites:

A Comissão Nacional da Meia Verdade e Lei de Anistia. Texto Disponível em: <<http://clubemilitar.com.br/pensamento-do-clubemilitar-5/>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

Anistia e Justiça de Transição, texto disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/anistia-e-justica-de-transicao/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2016

BBC BRASIL. Dilma diz em Assembleia da ONU que espionagem é grave violação dos direitos humanos. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130924\\_dilma\\_assembleia\\_onu\\_lgb.sht'ml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130924_dilma_assembleia_onu_lgb.sht'ml)>. Acesso em 11 de maio de 2016

BAPTISTA, Rodrigo. Revisão da Lei de Anistia avança no Senado. *Senado Federal*. 2014. Disponível em: < <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/04/09/revisao-da-lei-de-anistia-avanca-no-senado>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2015.

Biografia de Ivan Cavalcante Proença. Disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/ivan-cavalcante-proenca/biografia>> . Acesso em 10 de Janeiro de 2016.

Biografia de Jose Carlos Brandão. Texto retirado do Verbete do (CPDOC). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-carlos-brandao-monteiro>>. Acesso em 05 maio de 2015.

Carta Aberta a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<https://ocomentaristapolitico.wordpress.com/2013/07/16/comissao-nacional-da-verdade-recebe-criticas-em-carta-aberta/>>. Acesso em 15 de novembro de 2015

Cecília Coimbra define Riscala Cobarge como sádico e frio. *O Globo*. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/cecilia-coimbra-define-riscala-corbaje-como-sadico-frio-12613606>>. Acesso em 08 de janeiro de 2016.

Comissão Nacional da Verdade critica manifesto em que generais se negam a pedir desculpas. 29 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.midianews.com.br/politica/cnv-critica-manifesto-em-que-generais-se-negam-a-pedir-desculpas/211682>>. Acesso em 10 de dezembro de 2015

Comissão da Verdade apresenta documentos oficiais sobre autoria da bomba no aeroporto dos Guararapes. *Diário de Pernambuco*. 2013. Disponível em : <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/12/06/interna\\_politica,478056/comissao-da-verdade-apresenta-documentos-oficiais-sobre-autoria-da-bomba-no-aeroporto-dos-guararapes.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/12/06/interna_politica,478056/comissao-da-verdade-apresenta-documentos-oficiais-sobre-autoria-da-bomba-no-aeroporto-dos-guararapes.shtml)>. Acesso em 10 de junho de 2015.

COSTA, Marcela. Tortura Nunca Mais (verbete temático). CPDOC. Disponível em : <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em 05 de maio de 2015

Direita supera esquerda no Brasil. *Instituto Data Folha*. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/09/1512693-direita-supera-esquerda-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

GAMA, Reginaldo. O Fim da guerra no fim do mundo. Um coronel da Aeronáutica revela como foram terríveis e sangrentos os últimos dias da guerrilha do Araguaia. *Revista Veja*, Xambioá, 13 de outubro de 1993.

MACEDO, Fausto. Morre coronel Ustra, ex-chefe de órgão de repressão da ditadura. *Estadão*, 2015. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/morre-coronel-ustra/>>. Acesso em 16 de outubro de 2015

PINTO, Celi Regina Jardim. “Direita e as Eleições de 2014” foi publicado em 28 de julho de 2014 no *Jornal Sul 21*. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/a-direita-e-as-eleicoes-de-2014>>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

Resolução Política do PT (Partidos dos Trabalhadores). Disponível em: <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/11>>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

STF é contra revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois. *Notícias STF*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515>>. Acesso em 10 de março de 2015

TOSTA, Wilson. Coronel admite ter participado de sessões de tortura no DOI-Codi. *Estadão*, São Paulo. 14 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,coronel-admite-ter-participado-de-sessoes-de-tortura-no-doi-codi,1063938>>. Acesso em 15 de novembro de 2015

Verbetes Biográfico de Leonel Brizola. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2015.

## 8. Leis:

AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PROCESSO FUNDAMENTAL Nº 153. **Relatório do STF**. Distrito Federal. Disponível em: <[www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf)>. Acesso em Agosto de 2015

BRASIL, **Lei nº 12.965**, (Marco Civil da Internet) 23 de abril de 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm)>. Acesso em 14 de agosto de 2015.

BRASIL, **Lei Nº 9.140**, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9140compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140compilada.htm)>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

BRASIL, **Lei nº 12.528** de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm)>. Acesso em 15 de novembro de 2015

Caso Gomes Lund (Guerrilhado Araguaia) Vs. Brasil. **CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS** Sentença de 24 de novembro de 2014. Disponível em: <[http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf)>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

## 9. Livros:

MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes(org). **Orvil-Tentativas de Tomada de Poder**. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php/projeto-orvil-especial-78/737--a-difuso-do-projeto-orvil-download>. Acesso em 05 de maio de 2015

**Brasil Nunca Mais**. Arquidiocese de São Paulo. Rio de Janeiro: Ed, Vozes, 1985

## **B- LIVROS, ARTIGOS E TESES**

ABRÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e justiça. In: PAYNE, Leigh A. Et. Al. **A Anistia na era da responsabilização: O Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford, 2011.

ACHARD, Pierre. et al. (Org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Rev. Aedos**. n°8, vol. 3, 2011

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, Juventude e radicalidade na América latina dos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos. Et. Al. **Ditadura e Democracia na América Latina**. Balanço Histórico e Perspectiva. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ARENDT, Hanna. O Significado da Revolução. In: ARENDT, Hanna. **Da Revolução**. Brasília/DF: Ed. Atica, 1988.

BRANDÃO, Gildo Marçal. O conceito de hegemonia. Gramsci e a esquerda brasileira. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos** ano VII 2007. Disponível em : <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1205&secao=231](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1205&secao=231)>. Acesso em setembro de 2015

BEDARIDA, François. Tempo Presente e Presença da História. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes (org). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BERNARDES, Márcio de Souza. SILVA, Rodrigo Aguiar. A Espionagem dos Estados Unidos da América e a Violação da Privacidade de Dados Pessoais dos Brasileiros na Internet. **REDESG**, v. 3, n. 1. 2014

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de Política.** Brasília, DF: Ed. UNB, 1998.

\_\_\_\_\_. **Teoria Geral da Política:** a filosofia e lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BORGES, Nilson. “A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Tempo da ditadura:** regime Militar e movimentos sociais em fins de século XX (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.13-42

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unep, 1992.

CARDOSO, Célia Costa. **O Estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983).** São Cristóvão, Editora da UFS, 2014.

CARDOSO, Lucileide. **Criação da Memória:** Defensores e Críticas da Ditadura (1964-1985). Cruz das Almas, Ed. UFRB, 2012.

\_\_\_\_\_. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. Disponível em [http:// www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo). 2011.

CARELLI, Ana Esmeralda. MONTEIRO, Silvana Drumond. Ciberespaço, Memória e Esquecimento. **VIII ENANCIB.** 2007

CHAMMAS. Eduardo Zayat. O Correio da Manhã no golpe de 1964: impasses e dilemas na relação com os militares. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História.** ANPUH: São Paulo, 2011.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ªed. 1982 (2011)

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo de. A Trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. Rio de Janeiro: **Dissertação.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era na Internet.** 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CATELA, Ludmila da Silva. Do Segredo à Verdade.... Processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e Argentina. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins de século XX (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Tradução: Faculdade de Letras da UFMG. Petrópolis, Vozes, 4ª Edição, 1986.

DODEBEI, Vera. GOUVEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. **Data Grama Zero Revista de Ciência da Informação** v. 9 n.5. 2008

FALCON, Francisco. História e Poder. In: FLAMARION, Ciro. VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FAGANELLO, Cláucia Picolli. O Resgate da Memória e da Verdade: Uma análise de punibilidade dos crimes ditatoriais no Brasil e do Uruguai. In: FILHO, Carlos Moreira da Silva. **Justiça de transição no Brasil: violência, justiça e segurança**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2012

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Rev. Bras. Hist.** vol.24 n°. 47, São Paulo. 2004

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. O PTB e o avanço das esquerdas. In: **1964: O golpe que derrubou o presidente pôs fim ao Regime Democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro. Ed: Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis, o caso brasileiro. **Varia História**. Belo Horizonte, n ° 47. V° 28. 2012

\_\_\_\_\_. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.** vol.24 n°.47. São Paulo, 2004.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. São Paulo: Atual, 1988.

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. **Revista Espaço Acadêmico**, n°125. 2011

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. (1995). O sujeito e o poder. In: RABINOW. Paul. DREYFUS. Hubert. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 8. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. (1978) Diálogo sobre o Poder (entrevista com estudantes em Los Angeles). In: **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. O futuro da política radical. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Tradução: Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HIRATA, Dalton. SILVA, Leda Batista, et.al. Anistia e Estado de Direito: Análise do caso brasileiro. **EDESP/ FGV**. São Paulo, 2008.

HOBBS, Eric. Guerra Fria. In: **Era dos Extremos- O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

HUYSEN, Andreas. **Passados Presentes: mídia, política, amnesia**. In: Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

JENKINS, Keith. Algumas perguntas e algumas respostas. In: JENKINS, Keith. **A história repensada**. 3ªed. São Paulo: contexto, 2007.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, Sebastião Velasco. KAYSEL, André. CODAS, Gustavo (Org). **Direita Volver!** : O retorno da direita e o ciclo político. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

KRSTICEVIC, Viviane. AFFONSO, Beatriz. In: PAYNE, Leigh A. Et. Al. **A Anistia na era da responsabilização: O Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2006

LEMOS André. PALACIOS, Marcos (Org). **Janelas do Ciberespaço**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

\_\_\_\_\_. **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 5ªed. 2010

LEMOS Renato. Anistia e Crise Política no Brasil pós 64. **Tópoi**: Rio de Janeiro, 2002.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora, ed. 34. 1999

\_\_\_\_\_. **O que é Virtual?** São Paulo: Editora . ed.34, 1996.

\_\_\_\_\_. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: ed.34, 1993.

\_\_\_\_\_. A Revolução Contemporânea em Matéria de Comunicação. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre , nº 9, 1998.

LEITE. Loiva dos Santos. Et.al. **Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias** / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre 2013.



MACIEL, Wilma Antunes. Militares de esquerda: formação, participação na política de engajamento na luta armada (1961-1974). São Paulo. **Dissertação**. Universidade de São Paulo, 2009.

MELO, Dermian Bezerra. Ditadura “Civil-Militar”? Controvérsias Historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**. Ano XIII, nº 27. 2012

\_\_\_\_\_. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado as disputas políticas contemporâneas. **Marx e Marxismo**. V. 1, nº1. 2013

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, PUC, n. 10, 1993, p. 7-28.

NOVAIS, Fernando Antonio. SILVA, Rogerio Forastiere. Para uma Historiografia da Nova História. In: NOVAIS, Fernando Antonio. SILVA, Rogerio Forastiere (org). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Livros, 2005.

ORTELLADO, Paulo. SOLANO, Esther. Nova Direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Revista Perseu**, nº11, vº 7. 2016

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sergio. O passado não está morto: nem é passado ainda. In: DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989. P. 3-15

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. P 200-212.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 6ªed. 2002

QUADRAT, Samantha Viz. A Emergência do tema dos direitos humanos na América. In: FICO, Carlos. Et. Al. **Ditadura e Democracia na América Latina**. Balanço Histórico e Perspectiva. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

REMOND, Rene. O retorno do político. In: CHAUVEAU, A. TÉTARD, PH (org). **Questões para a história do tempo presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1991.

\_\_\_\_\_. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora, UFRJ, 1996.

RIDENTI, Marcelo. “1968: rebeliões e utopias”. In: FILHO, Daniel Aarão Reis, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste (Organização). **O século XX: o tempo das duvidas**. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 135-158

\_\_\_\_\_. “Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Tempo da ditadura: regime Militar e movimentos sociais em fins de século XX** (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 135- 166

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e esquecimento. **Unisinos**. V 13. N 02. 2009

RODRIGUES, Marly. **A década de 80: Brasil: quando a multidão voltou às praças**. São Paulo: Ática, 1992.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionarias e luta armada”. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX** (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Memória e Verdade: em busca do universo dos homens. . In: SANTOS, Cecília Macdowel. Et.al. **Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil**. VII. São Paulo: Ed, Hucitec. 2009

SALES, Jean Rodrigues. “O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política”. In: Cadernos da AEL: **tempo de ditadura**. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, V. 8, N14/15, 2011.

SANTANA, Monica da Costa. Neonazismo no Ciberespaço do Brasil e da Argentina: Análise comparada dos sítios Valhalla 88 e Ciudad Libre Opinion (1997-2009). Rio de Janeiro. **Dissertação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SARLO, Beatriz. **Tempo Presente: Notas sobre a mudança de uma cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

\_\_\_\_\_. **Tempo Passado: cultura da memoria e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Marcas da Clandestinidade: Memória da Ditadura Militar Brasileira. Rio de Janeiro: **Dissertação**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2009.

SCARPATI, Riler Barbosa “Moradas Provisórias”: A História do Tempo Presente entre o objeto e a periodização. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, ano 7, n.º 1, junho de 2012

SEABRA, A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. **Soc. e Cult.** V13 . n 02. 2010

SHAFF, Adam. **História e Verdade**. 6ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, Juremir Machado. **1964. Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Walkiria Oliveira. História do tempo presente e a experiência ditatorial no Brasil: uma análise a partir do trauma e do esquecimento. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, ano 7, n.º 1, junho de 2012.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. “**Crise da Ditadura e o processo de abertura política no Brasil, 1964-1985**”. O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TEIXEIRA, Mauro Eustaquio Costa. A Revanche dos Vencedores: História, Memória e Luta política. Mariana: **Dissertação**. Universidade Federal de Ouro Preto. 2012.

TELES, Edson. Políticas de Silêncio e interditos da memória na transição do consenso. In: SANTOS, Cecília Macdowel. Et.al. **Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil**. V.II. São Paulo: Ed, Hucitec. 2009

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, nº19. 2004.

WEICHERT, Marlon Alberto. Arquivos Secretos e direito à verdade. . In: SANTOS, Cecília Macdowel. Et.al. **Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil**. V.II. São Paulo: Ed, Hucitec. 2009

VAINER, Bruno Zielberman. Breve Histórico Acerca das Constituições do Brasil e do Controle de Constitucionalidade Brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**. n. 16, 2010

VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIEIRA, Cleidson Carlos Santos. Anistia de 1979, Justiça de Transição e Comissões da Verdade: Apontamentos e Limites. **Revista Crítica Histórica**. Ano V, N 10. 2014

\_\_\_\_\_ Anistia de 1979 e transição política: dos projetos e campanhas à luta por justiça e reparação às vítimas sergipanas. Alagoas: **Dissertação**. Universidade Federal de Alagoas, 2015.